

AÉCIO THIAGO ALVES DE SOUZA

**A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM *PODCASTS*:
HISTÓRIA NO MUNDO DIGITAL E USOS DO PASSADO**

DOURADOS – 2022

AÉCIO THIAGO ALVES DE SOUZA

**A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM *PODCASTS*:
HISTÓRIA NO MUNDO DIGITAL E USOS DO PASSADO**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, região e identidades.

Orientador: Dr. Fernando Perli.

DOURADOS – 2022

AÉCIO THIAGO ALVES DE SOUZA

**A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM *PODCASTS*: HISTÓRIA NO
MUNDO DIGITAL E USOS DO PASSADO.**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Fernando Perli (Dr., UFGD) _____

1º Titular externo:

Sônia Maria de Meneses Silva (Dr., URCA) _____

3º Titular Interno:

Leandro Seawright Alonso (Dr., UFGD) _____

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, a experiência de passar pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e conhecer a comunidade acadêmica foram de incentivo para que essa pesquisa fosse realizada. Dentre colegas e docentes, muitos são aqueles que me ajudaram, incentivaram e que tenho em estima.

Enriquecido não somente de discussões intelectuais para o trabalho histórico, a UFGD proporcionou memórias. Nada menos que um tesouro a ser resgatado em situações de crise, de ruptura entre o passado e o futuro. Lá fiz amigos, encontrei-me e me deixei perder, criei sonhos e nutri esperanças. Nunca esquecerei os bons momentos que passei por entre seus corredores, e nunca negarei um sorriso no rosto ao encontrar, numa escola ou num simples esbarrar na esquina, algum camarada que me confesse “Eu também estudei lá”. A UFGD marcou uma mudança de rumos na minha vida e, de seus docentes, serei eternamente grato.

Dois professores da graduação em História pela UFGD tiveram um grande papel para que eu buscasse o mestrado — Eudes Leite e Fernando Perli. O primeiro foi meu orientador no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e me ensinou a iniciar o processo de escrita na História. Sem essa experiência não teria referenciais de pesquisa e de escrita que me prepararam para concorrer ao mestrado na UFGD. O segundo, meu orientador, através de suporte, dicas e críticas, ajudou-me a compreender os critérios para a produção de uma dissertação de mestrado. Agradeço ao professor Fernando Perli pela paciência e seu zeloso trabalho de leitura e recomendações que pretendo levar ao longo da vida.

Devo um agradecimento à CAPES, pela bolsa de estudos que me ajudou a manter o trabalho de pesquisa, auxiliando para minha formação tanto profissional quanto cidadã, pois tenho consciência de que meu trabalho deve retornar à sociedade brasileira, no caso, uma melhor compreensão das disputas políticas envolvendo a memória e a história.

Um especial agradecimento à Sonia Meneses e Leandro Seawright, que puderam ler e criticar este trabalho em sua fase de Qualificação. Se for cabível a expressão que existe grandeza em pequenos começos, a grandeza está nestes doutores que reservaram um pouco de seu tempo para avaliar e criticar um pequeno começo, esta dissertação. Sei que as considerações dirigidas à minha pesquisa, bem como a vida e a obra tanto de Sônia Meneses, quanto de Leandro Seawright serão ensinamentos que mostrarão o caminho para um futuro profissional digno. A riqueza de nossos projetos e sonhos depende também de nossos companheiros, daqueles que nos ajudam e que identificam nossas falhas para melhorá-las. Sabendo disso, não poderia estar mais orgulhoso de saber que Sônia Meneses e Leandro Seawright estiveram presentes na minha trajetória.

Incontáveis amigos foram importantes ao longo da minha vida e formação acadêmica. Porém, nesta pesquisa, agradeço ao meu amigo William, discente de Sistemas de Informação da UFGD, que me ajudou com questões técnicas e conceituais referentes à informática e suas linguagens.

Por fim, devo um agradecimento especial à minha família que me deu o apoio necessário para buscar meus sonhos. Foi o amor que me fez continuar em todas as fases difíceis da minha vida. Sei que sempre terei um lugar nos braços da minha família e isso é o maior presente que eu poderia ter.

RESUMO

Nos últimos tempos, o negacionismo sobre a violência de Estado da ditadura militar brasileira (1964-1985) tem aumentado e recebido respaldo na arena política, fenômeno muito vinculado ao uso político do negacionismo histórico pelo presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018. A proliferação nas redes sociais virtuais de narrativas defensoras da ditadura militar suscita uma discussão sobre os usos e abusos do passado no cenário público no ambiente das novas tecnologias de informação. A proposta desta dissertação é compreender a inserção de historiadores na *podosfera* brasileira, analisando *podcasts* produzidos entre 2009 e 2019, que trataram da ditadura militar. Pretende-se compreender o conteúdo elaborado e divulgado por esses produtos culturais sobre o período autoritário e quais as demandas históricas da época em que foram produzidos, contribuindo para identificar traços comuns de como produtores de *podcasts* com formação acadêmica em História lidaram com o negacionismo histórico da ditadura militar brasileira. Para elucidação dessas questões, propõe-se a análise de três *podcasts*: o *Nerdcast*, o *Fronteiras no Tempo* e o *História FM*.

PALAVRAS-CHAVE: *Podcasts*, História, Ditadura Militar, Negacionismos.

ABSTRACT

Nowadays, the denialism about the state's violence from the Brazilian military dictatorship (1964-1985) has increased and gained support in the political arena. This phenomenon it's related to the political use of historical denialism by the president Jair Bolsonaro, elected in 2018. The proliferation, in virtual social networks, of legitimizing narratives of the military dictatorship mobilizes a discussion about the uses and misuses of the past in public arena, in the context of new technologies of information. This research attends to investigate the insertion of historians in the Brazilian *podosphere*, mainly the *podcasts*, in which the military dictatorship is the topic, between the years of 2009 and 2019. The aim is to comprehend the content elaborated by these cultural productions regarding the authoritarian period and what was its historical demands by the time the *podcasts* were produced, contributing to the identification of the common elements, in the *podcasting* made by academic historians, which dealt with denialism concerning the Brazilian military dictatorship. To enlighten these questions, it was chosen three important sources: the *Nerdcast*, the *Fronteiras no Tempo* and *História FM*.

KEYWORDS: *Podcasts*, History, Military Dictatorship, Denialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Podcasts no Ngram Viewer	37
Figura 2. Exemplo de CDF.....	37
Figura 3. Pesquisa Google Trends nos EUA ao termo " <i>podcast</i> ".	38
Figura 4. Pesquisa Google Trends no contexto global ao termo " <i>podcast</i> ".	38
Figura 5. Pesquisa Google Trends no Brasil ao termo " <i>podcast</i> ".	39
Figura 6. Exemplo de podcast brasileiro (Decodificando, 2007).	39
Figura 7. Exemplo de podcast brasileiro (Monacast, 2008).	40
Figura 8. Podpesquisa 2018 e o meio pelo qual os ouvintes escutam <i>podcasts</i>	40
Figura 9. Podpesquisa 2019 e a diversidade da podosfera.	41
Figura 10. Podpesquisa 2019 e a renda da podosfera.	41
Figura 11. Podpesquisa 2018 e os aspectos importantes em um <i>podcast</i>	42
Figura 12. Podpesquisa 2018 e a razão para se ouvir <i>podcasts</i>	42
Figura 13 - Arte da capa do Nerdcast 185.....	81
Figura 14 Página do Fronteiras no Tempo, episódio 21..	81
Figura 15 Página do Fronteiras no Tempo, episódio 22..	82
Figura 16 Página do Fronteiras no Tempo, episódio 24.	82
Figura 17 Página do Leitura Obrigatória, História FM 03..	83
Figura 18 Página do Jovem Nerd com propaganda do Memórias Reveladas..	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Episódios de <i>podcasts</i> com a temática da ditadura militar brasileira no Brasil.	71
------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPOD – Associação Brasileira de Podcast

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

AI – Ato Institucional

ANPUH-BRASIL – Associação Nacional de História

ARPANET – Advanced Research Projects Agency Network

BBC – British Broadcasting Corporation

CDF – Channel Definition Format

CERN – Organização Europeia para Pesquisa Nuclear

CIE – Centro de Informações do Exército

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DARPA – Defense Advanced Research Project Agency

ECDQEMSD – En Caso de que El Mundo se Desintegre.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENIAC – Electronic Numeral Integrator And Computer

EUA – Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

HTML – Hypertext Markup Language

HTTP – Hypertext Transfer Protocol

IBM – International Business Machines

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

ICE – Information and Content Exchange

ICEJBRASIL – Índice de Confiança na Justiça

IP – Internet Protocol

IPTO - Information Processing Techniques Office

LPPE – Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino em História

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MIT – Massachusetts Institute of Technology.

NCP – Network Control Program

NPR – National Public Radio

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEA – População Economicamente Ativa

PODCON – Conferência Brasileira de Podcast

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RBHP – Rede Brasileira de História Pública

RSS – Really Simple Syndication

SO – Sistema Operacional

STF – Supremo Tribunal Federal

STM – Superior Tribunal Militar

TCP – Transmission Control Protocol

TERNUMA – Terrorismo Nunca Mais

TI – Tecnologia da Informação.

UC – Universidade da Califórnia

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNINTER – Centro Universitário Internacional

UNIVAC – Universal Automatic Computer

UPE – Universidade de Pernambuco

URCA – Universidade Regional do Cariri

URL – Uniform Resource Locator

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA E A DINÂMICA SOCIAL DOS <i>PODCASTS</i>	15
1.1. Para onde as informações convergem: a <i>Web</i>	15
1.2. A história do <i>podcast</i> em convergência de tecnologias.....	21
1.3. Um caminho para o sucesso: o <i>podcast</i> amplia seus públicos.....	27
1.4. Os <i>podcasts</i> no Brasil.....	29
1.5. Um mergulho na <i>podosfera</i> brasileira: aspectos estruturais e sociais de produção.....	32
CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA ADENTRA A <i>PODOSFERA</i>	43
2.1. A História que pode ser ouvida a qualquer hora.....	43
2.2. A versão <i>podcastal</i> da história pública.....	60
2.3. A ditadura militar brasileira na <i>podosfera</i>	70
2.4. Momentos distintos pedem <i>podcasts</i> distintos	74
CAPÍTULO 3 - A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM <i>PODCASTS</i>	84
3.1. Civis e militares no golpe de 1964.....	84
3.2. O papel da oposição e da luta armada nas disputas de memória.....	89
3.3. O assim chamado milagre econômico.....	93
3.4. O caráter sistêmico da repressão e da tortura.....	100
3.5. A polêmica lei da anistia e a memória militar.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	114
FONTES.....	118

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação de mestrado é entender como historiadores apresentaram a história da ditadura militar brasileira (1964 – 1985), em formato *podcastal* nos últimos anos. Da análise deste tipo de fonte histórica digital procura-se entender a produção e a divulgação de temáticas históricas em suas relações com revisionismos e negacionismos do período autoritário, numa delimitação temporal de *podcasts* de história produzidos e divulgados entre 2009 e 2019. Coaduna-se à empreitada uma busca por um maior entendimento dessa nova mídia chamada *podcast* em seu desenvolvimento histórico.

Escolhi como fontes três *podcasts*, em tempos distintos, que tiveram em suas criações a participação de historiadoras e historiadores: *Nerdcast* 185, com o tema “Histórias do Brasil: Ditadura Militar” de 2009; os episódios 21, 22 e 23 do *Fronteiras no Tempo*, intitulados, respectivamente, “Golpe de 1964”, “Ditadura Civil-Militar” e “Fim da Ditadura Civil-Militar”, todos disponibilizados em 2017 e, por último, o *História FM* 03, que abordou “Revisionismos sobre a Ditadura Militar” em 2019.

A seleção foi feita para entender como profissionais da história apresentaram a ditadura militar em três momentos de tensão política no cenário contemporâneo brasileiro. O primeiro foi anterior ao ano de 2014, ano da eleição do segundo governo de Dilma Rousseff e da conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O segundo ocorreu após a crise do governo Dilma e o golpe parlamentar de 2016 (SANTOS, 2017, p.14)¹, com Michel Temer ocupando a presidência. O terceiro correspondeu ao primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

O objetivo é compreender quais os principais tópicos das narrativas revisionistas e negacionistas que são mobilizados para as disputas políticas contemporâneas, compreendendo na mesma medida o papel da história neste processo. Em diálogo com a historiografia estabelecida, pretende-se desvelar quais as distorções e má interpretações usadas por revisionistas e contrapô-las com as fontes pertinentes. Assim, acredita-se contribuir para o entendimento das disputas políticas em que a história é mobilizada e prover informações para impedir narrativas legitimadoras da ditadura militar.

Como é possível identificar os abusos da história? O que as memórias traumáticas têm a dizer quanto ao trabalho do historiador? Essas são questões que se apresentam ao longo da

¹ O processo ocorreu dentro do Congresso, conduzido por políticos com mandatos de representação, obedecendo formalmente à letra das leis vigentes no país (SANTOS, 2017, p.26)

dissertação de mestrado, em suas entrelinhas, e que serão respondidas com a ajuda de uma análise crítica dos revisionismos e negacionismos da ditadura militar brasileira.

Para conseguir encontrar os usos do passado no ambiente virtual, optou-se por selecionar *podcasts* exemplares de contextos políticos distintos. Após 2014, ocorreu uma retomada das disputas de memória do passado ditatorial, coadunando-se com um projeto político que retirasse a presidenta Dilma e as esquerdas do poder. Há uma diferença entre o *Nerdcast* de 2009 e o *Fronteiras no Tempo* de 2017: a necessidade de se contrapor aos revisionismos e negacionismos históricos que emergiram na arena política. Em 2019, isso intensificou-se, uma vez que houve a conjunção do negacionismo histórico, enquanto discurso político. Vale observar que, nesse conjunto de *podcasts* selecionados, o *História FM* é a única fonte que abarcou, em um episódio específico, os revisionismos da ditadura militar brasileira.

Enquanto fontes históricas, os *podcasts* devem ser compreendidos a partir de seus lugares de produção (CERTEAU, 1982, p. 65), suas origens, tempos em que se inserem, públicos alvo e seus objetivos. Defende-se que o *podcast* é um produto cultural que atende à lógica do número de acessos, pois o maior número de visualizações permite agregar patrocinadores, aumentando a renda do *podcaster*.

Nesse sentido, cabe investigar o tipo de apoiadores e as ideologias cooptadas em cada *podcast*. Pesquisar a história desses produtos culturais passa pela identificação do seu formato e as formas de manutenção financeira. Caso o *podcast* seja financiado por setores econômicos, provavelmente fará propaganda de seus colaboradores. Caso tenha sua própria linha de produtos, terá certa liberdade de expressão. Ainda existem aqueles que são financiados por *Crowdfunding*, ou financiamento coletivo dos ouvintes que, por incrível que pareça, não desejam nada em troca, salvo um *podcast* de qualidade (ALVES et al, 2020, p. 252 – 253).

A análise dos formatos se mostra importante para o estudo dos *podcasts*. Assim, torna-se parte constituinte da pesquisa a compreensão de algumas características da produção do *podcast*, podendo ser um programa solo com apenas um comentarista, um bate-papo através de uma conversa aberta sobre algum tema, uma entrevista focada no participante entrevistado, um *storytelling* narrado e encenado, ou um jogo de *Role Playing Game*² (RPG) em si. Cada formato pode ser entrecruzado, gerando formas variadas de *podcasts*, que podem ser analisados para se identificar os intuítos dos programas.

Como parte da metodologia de pesquisa, identificou-se datas de publicações, autores e propósitos dos produtos culturais. Além disso, o conteúdo foi escutado sem se desvincular dos efeitos sonoros de cada *podcast*, comparando produções em seus tempos para identificar

² RPG é um jogo de tabuleiro em que os participantes têm que encenar personagens dentro de uma história contada por outro participante, chamado de Mestre. O intuito é criar uma estória e interpretá-la

mudanças de posicionamento de autores. Foi crucial salvar os programas em locais seguros, manter *print screens* das páginas, considerando que fontes digitais desaparecem facilmente. Quando necessário, foi utilizado o site *Web Archive*, que guarda páginas virtuais antigas que já estão fora do ar. Também foi possível usar o protocolo *WHOIS* para encontrar os donos dos *sites* desejados. No entanto, constatou-se um problema para a pesquisa histórica: não é possível verificar satisfatoriamente as datas encontradas em páginas da Internet. No máximo, uma maior veracidade seria atingida caso se houvesse acesso ao servidor³. A perda de fontes digitais foi um problema até mesmo no curto período desta pesquisa. Em apenas alguns meses ou dias, fontes identificadas saíram do ar, das quais não foram possíveis ter reavaliações.

A pesquisa de fontes digitais foi iniciada através da ferramenta de busca mais popular, o *Google*. Procurou-se palavras-chave, como “ditadura militar *podcast*”; “regime militar *podcast*”; “golpe de 1964 *podcast*”; “golpe militar *podcast*”, bem como “Revolução de 1964 *podcast*”; “Revolução Redentora *podcast*”; “Governo Militar *podcast*” ou “Ternuma *podcast*”, visando a encontrar programas revisionistas ou negacionistas, embora com pouco sucesso.

Para ampliar a compreensão temática da ditadura militar nos *podcasts* brasileiros, nessas pesquisas, foram focados os anos entre 2007 e 2019. A escolha do ano de 2007, fora do escopo específico do trabalho, justifica-se somente por rastrear a gama de manifestações *podcastais* sobre o tema, facilitando a pesquisa para demais historiadores que queiram adentrar nessas fontes. A pesquisa no *Google* nem sempre apresenta resultados acessíveis, optando-se pelo *Google Images* para ampliar o número de resultados.

A síntese para a escrita do conteúdo dos *podcasts* se vislumbrou como um trabalho mais difícil. Num estágio inicial foram feitas resenhas dos áudios, com comentários sobre a bibliografia da ditadura militar brasileira referente aos tópicos que mais causam revisionismos e negacionismos. Assim, os escrevi para tê-los como guia numa tarefa nada fácil.

Por se tratar de um trabalho exaustivo, readaptei alguns procedimentos considerando que os *podcasts* têm uma tendência a apresentar blocos com início, meio e fim. Logo, tornou-se frutífero escrever os principais temas de cada bloco dando sentido geral a cada um deles. A partir dessa elaboração, optou-se por apresentar a ditadura militar através dos principais tópicos surgidos nos *podcasts* estudados e coaduná-los, fazendo comentários sobre suas divergências e convergências.

Na fonte *podcastal*, uma dica do grau de edição de um programa pode ser sua própria fluidez, pois toda fala é cheia de pausas e engasgos. Um programa liso e fluído significa um grande trabalho de edição. Outra coisa necessária de atenção é se há personagens, pois pode

³ Servidor é um computador de uma empresa, instalado num local específico, que permite o acesso dos clientes à Internet.

ocorrer aos integrantes dos *podcasts* que alguém fique responsável por interpretar um papel para dar dinâmica ao papo. Sua função é estimular a conversa através de dúvidas, colocando-se no lugar do ouvinte que não entende do assunto.

Para tanto, esta dissertação de mestrado está dividida em três capítulos. O primeiro apresenta brevemente a “cultura de convergência” que caracteriza as relações midiáticas contemporâneas, seguindo para a história da Internet que a possibilitou. Em diante, perfilou-se a trajetória do *podcast* enquanto mídia, começando pela história de seu próprio termo e, conseqüentemente, pela produção dos *podcasts* em si, explicando seus conceitos, suas disputas de memória e os tipos de narrativas *podcastais* mais comuns. Na mesma linha, esboçou-se a história do *podcast* no Brasil, terminando com algumas considerações sobre os públicos e os produtores *podcastais*, para compreender suas dinâmicas sociais. Dessa história, acreditou-se encontrar os elementos para melhor compreensão da fonte histórica e do objeto de estudo.

No segundo capítulo optou-se por esboçar a inserção de historiadores na *podosfera*⁴ brasileira. Discutiu-se a ascensão concomitante dos debates sobre história pública no Brasil e a popularidade dos *podcasts* em igual período. Aprofunda-se numa elaboração das recorrências da temática histórica da ditadura militar brasileira dentro da *podosfera* nacional, elaborando possíveis razões para o seu aumento ao longo do período estudado. Assim, discutiu-se o cenário político pelo qual passou o Brasil nesses anos e seus vínculos com a história pública *podcastal*.

No terceiro capítulo trabalhou-se os *podcasts* produzidos por ou contando com a participação de historiadoras e historiadores que versaram sobre a ditadura militar brasileira entre os anos de 2009 e 2019. Procura-se estabelecer, em linhas gerais, como a ditadura militar brasileira foi tratada em formato *podcastal*, demonstrando quais foram os tópicos escolhidos para serem apresentados e discutindo possíveis revisionismos e negacionismos.

Por fim, acredita-se que esta dissertação possa contribuir com a história da mídia *podcastal* no Brasil, a divulgação histórica nas novas mídias e as discussões sobre história pública, bem como entender usos do passado da ditadura militar brasileira no cenário público.

⁴ Significa a comunidade de consumidores e produtores de *podcasts*.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA E A DINÂMICA SOCIAL DOS *PODCASTS*

1.1 Para onde as informações convergem: a *Web*

A história dos *podcasts* e a versão *podcastal* da história pública perpassa pela compreensão da chamada cultura de convergência, conceito que foi título da obra do pesquisador de mídias, Henry Jenkins. O conceito, oriundo do século XX, expressa a articulação entre diversos suportes de informação – as mídias – e a mudança de posicionamento dos públicos de consumidores passivos para ativos, engendrando uma interatividade.

Em outras palavras, trata-se da capacidade de utilizar e cruzar várias mídias de maneira prática. Nos termos de Jenkins, assim entendida:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando [...]. Meu argumento aqui será contra a ideia de que a convergência deve ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos. Em vez disso, a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos (JENKINS, 2013, p. 30).

Isto significa que antigas e novas tecnologias entram em diálogo constantemente, por exemplo, quando se assiste à um filme pelo celular ou se ouve rádio pela televisão. Essa interrelação gera uma consequência: a possibilidade de os públicos ajudarem na produção do conteúdo que irão desfrutar. Como exemplo, pode-se citar programas em que a discussão e a votação do público são ingredientes fundamentais para suas manutenções, como o fenômeno *Big Brother* do século XX e, mais recentemente, os *podcasts*. Os últimos, como se verá adiante nesta dissertação, tiveram seu desenvolvimento marcado pela tentativa de diminuir a distância entre produtores de conteúdo e seus públicos.

A expressão convergência entre as mídias nem sempre teve o sentido defendido por Henry Jenkins. Anteriormente, o termo parecia se vincular à pretensa “revolução digital” em que as novas mídias suplantariam as antigas, “que a Internet substituiria a radiodifusão e que tudo isso possibilitaria aos consumidores acessar facilmente o conteúdo que mais lhe interessasse” (JENKINS, 2013, p. 32).

Jenkins usou a metáfora da “caixa preta” para esta concepção de convergência, uma suposição de que todas as mídias se integrariam em um único aparelho eletrônico. “Como a *Cheskin Research* explicou num relatório de 2002, ‘a velha ideia da convergência era a de que todos os aparelhos iriam convergir num único aparelho central que faria tudo para você (*à la [sic] controle remoto universal*)’” (JENKINS, 2013, p. 42-43).

Efetivamente, Henry Jenkins discorda desta visão e defende que os “velhos meios de comunicação não estão sendo substituídos. Mais propriamente, suas funções e *status* estão sendo transformados pela introdução de novas tecnologias” (JENKINS, 2013, p. 42). Sua opinião coincide com a dos historiadores Peter Burke e Asa Briggs quando argumentam que as tecnologias do século XX não se anularam entre si, mas conviveram.

Em nenhuma das eras, mesmo naquelas que receberam a alcunha "de ouro" [...] nenhum meio eliminou o outro. O velho e o novo coexistiram. A imprensa permaneceu uma força poderosa na década de 1960 e, em alguns aspectos, cresceu de importância depois daquela data. A televisão, às vezes chamada de "quinto poder" (ver p. 192), não suplantou o rádio, rejeitado, na infância da televisão, como "rádio a vapor": mais fácil de operar que a televisão, permanece o veículo predominante nos países do Terceiro Mundo [...] No entanto, à medida que os avanços tecnológicos se aceleravam cada vez mais (com períodos de calmaria), as antigas tecnologias eram desafiadas, e, acima de tudo, sua estrutura institucional precisava ser repensada (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 263).

A convergência, enquanto uma conexão de mídias diferentes, está “diretamente relacionada à tecnologia, à história do computador [...] do transistor, do circuito integrado e da digitalização” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 263). O advento dos computadores, da Internet e da *Web*⁵ foi importante para a convergência. Ainda, segundo Jenkins, a “digitalização estabeleceu as condições para a convergência” (2013, p. 39). A razão para estas afirmações se encontra na capacidade de as informações analógicas serem convertidas em dígitos binários, os

⁵ Internet se refere à rede mundial de computadores, a parte física em conexão. A World Wide Web (WWW) se refere ao sistema de hipermídias que são traduzidos pelos navegadores para o usuário que os acessa através dos computadores, trata-se da parte lógica, digital, de *softwares*.

*Bits*⁶, tornando-se digitais e podendo ser processadas e armazenadas. Ou seja, mídias diferentes poderiam ser integradas nos computadores e reproduzidas digitalmente.

Com a Internet, as informações digitais puderam ser acessadas por diferentes partes do mundo, generalizando-se. Os usuários da Internet logo puderam entrar em contato mais direto entre si e entre os produtores de conteúdo, alterando a forma de produção de entretenimento nos meios de comunicação. Assim, a cultura de convergência pôde se expandir e gerar novas relações sociais e novas formas de produzir mídias.

Sendo de grande importância para o estudo das fontes digitais, tal qual o *podcast*, convém elucidar a trajetória de desenvolvimento da Internet, embora de maneira breve, no século XX, iniciando pela criação dos computadores e seus componentes, seus *softwares*, seguindo até a rede que os ligam.

Os computadores eletrônicos digitais foram produzidos no contexto da Guerra Fria, sendo o primeiro deles o ENIAC (*Electronic Numeral Integrator And Computer*) e, posteriormente, o *Colossus* e o UNIVAC (*Universal Automatic Computer*), que eram enormes devido a necessidade de se usar válvulas para funcionarem (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 273). O problema do tamanho dos computadores seria resolvido com a criação dos transistores em 1947, feito de germânio⁷. E foi Gordon Teal que substituiu o elemento germânio pelo silício e inventou o *Chip*⁸, de menor tamanho (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 273-274).

Por outro lado, o primeiro minicomputador comercial foi lançado por Wiliam Olsen em 1963, o PDP-8, sendo que a primeira loja de computadores foi aberta em Los Angeles, em 1975 (BRIGGS; BURKE, 2006, p.280 – 281). Os computadores pessoais obtiveram maior destaque após 1976, quando Steve Wozniak e Steve Jobs lançaram o *Apple I*. No mesmo ano foi lançado o *Apple II*, com capacidade de realizar várias tarefas (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 282-283).

À parte os componentes físicos do computador, deve-se observar em paralelo a história de sua parte lógica, de seus programas/*softwares*, ou seja, da linguagem de programação que os possibilita. Esta é uma linguagem escrita que especifica o conjunto de instruções e regras para gerar um programa ou *software*. O conjunto ordenado dessa linguagem constitui o código-fonte dos *softwares*, este código, por sua vez, é traduzido para o código binário⁹ que será executado pelo microprocessador do computador.

⁶ *Bits* são as menores unidades de medida da informação que pode ser transmitida, correspondem a ligado/desligado (sim/não), de uma forma que o computador possa entender como 0 ou 1, possibilitando fórmulas calculáveis, instruções que o computador pode interpretar.

⁷ Os transistores amplificam ou barram a corrente elétrica, assim, podem funcionar como interruptores que ligam e desligam a corrente elétrica de um circuito. O germânio, por sua vez, é um elemento químico metálico.

⁸ O *Chip*, ou circuito integrado, é um circuito eletrônico miniaturizado, isto é, uma organização de componentes eletrônicos de pequeno porte visando controlar o movimento de elétrons.

⁹ O código binário faz parte da “linguagem de máquina”, não da linguagem de programação. Esta funciona como um mediador entre àquela e o ser humano que programa o computador.

Segundo Briggs e Burke, foi

John Backus, trabalhando na IBM, [que] desenvolveu em 1957 uma nova linguagem de computador de "programação interna", a Fortran (*formula translating system*, ou sistema de tradução de fórmula). Plankalku, a primeira dessas linguagens, foi criada por um engenheiro alemão, Konrad Zuse, três anos antes de ser inventado o primeiro computador eletrônico. Zuse costuma ser esquecido na história (2006, p. 278)¹⁰.

O sistema operacional (SO), que é responsável pelo gerenciamento de todo o *hardware* do computador e que torna os comandos numa interface mais prática e fácil para que o usuário possa utilizar, não era compatível entre máquinas distintas até o surgimento do UNIX, considerado o primeiro SO do mundo. Ele foi desenvolvido pelos Laboratórios Bell e seu código fonte foi liberado para as universidades em 1974, possibilitando que estudantes o alterassem livremente. O UNIX acabou gerando um movimento “fonte aberta”, uma tentativa deliberada de manter aberto o acesso a toda informação relativa aos sistemas de *software*. Não foi por coincidência que o finlandês Linus Torvalds desenvolveu um novo sistema operacional de fonte aberta baseada no UNIX, o Linux (CASTELLS, 2015, p. 19-20).

Se existem sistemas operacionais com códigos abertos, similarmente, os de código fechado foram produzidos, como o *Windows* da *Microsoft*. Ainda, de acordo com Briggs e Burke,

Em 1980 a IBM havia encomendado um sistema operacional de uma pequena firma, a *Microsoft*; em três anos [...] 40% de todos os computadores pessoais rodavam com os programas da *Microsoft*. Quando ela foi revelada ao público, dois anos depois, Bill Gates, que a havia criado quando tinha 19 anos de idade, tornou-se milionário da noite para o dia [...] A *Microsoft* rapidamente se transformou no maior fornecedor do ramo, quando seu sistema operacional *Windows* foi distribuído para o mundo todo. Embora dominasse o mercado, havia competidores, sobretudo a *Netscape*, de Marc Andreessen, que, ainda antes de se formar, tinha desenvolvido o programa de navegação "*Mosaic*", lançado em 1993. Quando Gates anunciou, em 7 de dezembro de 1995, [...] que a *Microsoft* estava investindo pesado na Internet e ia introduzir um servidor de informações para a Internet, o *Internet Explorer*, o *Netscape Navigator* já estava em produção (2006, p. 283-284).

Percorrido a trajetória dos componentes físicos dos computadores, bem como a formação de sua parte lógica, os *softwares* comuns que os compõem, resta, neste momento, esboçar a formação das redes de computadores em si, a Internet propriamente dita. As iniciativas voltadas para o desenvolvimento tecnológico em boa parte do século XX foram realizadas sob a influência da Guerra Fria e o processo inicial de formação da Internet não escapou deste contexto.

¹⁰ A IBM (*International Business Machines*) é uma empresa da tecnologia da informação (TI) que fabrica *Hardwares* e *Softwares*. O MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) é uma universidade privada estadunidense.

Em reação ao lançamento do primeiro satélite artificial pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1957, o *Sputnik*, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) decidiu formar, no ano seguinte, a DARPA¹¹ com o intuito de mobilizar recursos de pesquisa, principalmente no meio universitário, para aprimoramento de tecnologia militar (CASTELLS, 2015, p. 16). Dela surgiria a ARPANET, primeira rede de computadores entre as universidades estadunidenses:

A Arpanet não passava de um pequeno programa que surgiu de um dos departamentos da ARPA, o *Information Processing Techniques Office* (IPTO), fundado em 1962 com base numa unidade preexistente. O objetivo desse departamento, tal como definido por seu primeiro diretor, Joseph Licklider, um psicólogo transformado em cientista da computação no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), era estimular a pesquisa em computação interativa. Como parte desse esforço, a montagem da Arpanet [sic] foi justificada como uma maneira de permitir aos vários centros de computadores e grupos de pesquisa que trabalhavam para a agência compartilhar *on-line* tempo de computação (CASTELLS, 2015, p. 16).

Os primeiros nós da rede estavam na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, no *Stanford Research Institute*, na Universidade da Califórnia Santa Barbara e na Universidade de Utah. Este sistema só foi possível graças a teoria da comutação de pacotes, desenvolvida independentemente por Paul Baron na *Rand Corporation* (centro de pesquisa californiano) e por Donald Davies no *British National Laboratory* (CASTELLS, 2015, p. 16). A comutação de pacotes é uma forma de dividir a informação em vários “pacotes” que podem trafegar em caminhos diferentes até chegar ao destino, ou seja, não trafega por uma rota única.

Isto era importante no caso de uma eventual guerra, pois, se uma linha de comunicação fosse destruída, a informação comutada em pacotes procurava linhas alternativas até chegar aonde deveria.

Este sistema interligado de computadores em universidades foi demonstrado, segundo Manuel Castells, numa conferência em Washington em 1972, sendo que o passo seguinte seria interconectar outras redes, como a PRNET e a SATNET, gerando o conceito de “rede de redes” (2015, p.16 – 17). Contudo, para comunicar com outras redes de computadores era necessário uma língua comum entre as máquinas, isto é, protocolos de comunicação padronizados.

Isso foi conseguido em parte em 1973, num seminário em Stanford, por um grupo liderado por Cerf, Gerard Lelann (do grupo de pesquisa francês *Cyclades*), e Robert Metcalfe (então no Xerox PARC), com o projeto do protocolo de controle de transmissão (TCP). Em 1978, Cerf, Postel e Crocker, trabalhando na Universidade da Califórnia do Sul, dividiram o TCP em duas partes, acrescentando um protocolo intrarrede (IP), o que gerou o protocolo TCP/IP, o padrão segundo o qual a Internet continua operando até hoje. A

¹¹ *Defense Advanced Research Project Agency* ou Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa.

Arpanet [sic], no entanto, continuou por algum tempo a operar com um protocolo diferente, o NCP (CASTELLS, 2015, p. 17).

Em 1983, o Departamento de Defesa estadunidense resolveu montar sua própria rede exclusiva para questões militares, a MILNET, enquanto a renomeada ARPA-INTERNET ficou dedicada à pesquisa. Porém, na década de 1990, a ARPA-INTERNET foi retirada de operação por ser demasiada obsoleta e sua administração ficou a cargo da *National Science Foundation*, abrindo espaço para a privatização da Internet (CASTELLS, 2015, p. 17-18).

A infraestrutura física que possibilitava a comunicação entre redes de computadores estava relativamente montada. Porém, faltava, ainda, uma infraestrutura de *softwares* que facilitasse a comunicação entre as redes, façanha esta alcançada por um programador que trabalhava no Laboratório Europeu para Física de Partículas em Genebra (CERN), Tim Berners-Lee, com a World Wide Web (WWW). Ele

[...] definiu e implementou o *software* que permitia obter e acrescentar informação de e para qualquer computador conectado através da Internet: HTTP, MTML [sic] e URI (mais tarde chamado URL). Em colaboração com Robert Cailliau, Berners-Lee construiu um programa navegador/editor em dezembro de 1990, e chamou esse sistema de hipertexto de *world wide web*, a rede mundial. O *software* do navegador da *web* foi lançado na Net pelo CERN em agosto de 1991 (CASTELLS, 2015, p. 21).

Para que um usuário possa ter acesso à *Web* e trafegar pelos hipertextos, faz-se necessário um programa chamado navegador de rede ou *Browser*. Este traduz as informações em HTML e o apresenta ao usuário com uma interface fácil de ser compreendida e manuseada, permitindo que se possa clicar em *links* para acessar outros hipertextos disponíveis na Internet.

De acordo com Manuel Castells, mencionado anteriormente, o primeiro navegador de rede foi criado por Tim Berners-Lee e possuía o mesmo nome de *World Wide Web* em 1990. Mas outros navegadores surgiram, sendo um dos primeiros mais conhecidos o “*Mosaic*”:

Dessas versões modificadas da *www*, a mais orientada para o produto foi o *Mosaic*, projetado por um estudante, Marc Andreessen, e um profissional, Eric Bina, no *National Center for Supercomputer Applications* da Universidade de Illinois. Eles incorporaram ao *Mosaic* uma avançada capacidade gráfica, tornando possível captar e distribuir imagens pela Internet, bem como várias técnicas de interface importadas do mundo da multimídia (CASTELLS, 2015, p. 21).

Marc Andreessen e Eric Bina se juntaram ao empresário Jim Clark e formaram a companhia *Mosaic Communications*, que mudou de nome para *Netscape Communications*. Esta companhia publicou o primeiro navegador de rede comercial, o *Netscape Navigator*, em 1994,

sendo seguido pela *Microsoft* que lançou seu *Internet Explorer*, em 1995 (CASTELLS, 2015, p. 21-22).

Enfim, as condições para a expansão da Internet estavam postas na década de 1990 e, com ela, a investigação de suas potencialidades midiáticas. Nela, os suportes de informação se interligam através da *Web*, de hipertextos à arquivos de áudio. Foi através da Internet, e da convergência de mídias que ela possibilitou, que surgiu o *podcast*, tema que será tratado adiante.

1.2 A história do *Podcast* em convergência de tecnologias

A história do conceito “*podcast*” se diferencia da história do conteúdo apresentado pelo produto cultural, como geralmente há de ser. Trata-se de um consenso sem muitas disputas. A primeira menção ao termo apareceu em um artigo do jornal britânico *The Guardian*, em 2004, referindo-se a produções de áudio com baixo custo feitas por pessoas comuns (ALVES et. al, 2020, p. 238). Na época, o jornalista Ben Hammersley, não encontrando uma melhor definição, chamou essa mídia emergente de “programas de rádio baixável”, lançando a pergunta para esses novos programas produzidos longe das mídias tradicionais: “Como chamá-los? *Audioblogging? Podcasting? Guerrilla Media?*” (2004, *on-line*, tradução do autor).

Ficou creditado à Hammersley o primeiro uso do termo. Em entrevista ao *podcast Radio 4 in four* da *British Broadcasting Corporation (BBC)*, o jornalista afirmou ter inventado a palavra acidentalmente em meio a um tempo limitado para entregar a matéria ao *The Guardian*. Faltando cerca de 10 minutos para terminar, recebeu um e-mail do auxiliar do editor, dizendo que o texto estava curto, com 20 palavras a menos, e que precisava espichar. Hammersley, então, começou a inventar possíveis nomes para o fenômeno que descrevia e que ainda não existia, surgindo daí o “*podcasting*”, que ficou popular (RADIO..., 2015).

O termo *podcast* é uma mistura de *Pod*, referente ao tocador de mídia *iPod*, com *broadcasting*, que significa “transmissão” em inglês, constituindo um significado de transmissão de mídia por *iPod*. Para fugir da conceitualização vinculada à marca e desvencilhar essa mídia do monopólio da *Apple*, alguns afirmam que *Pod* significa *Personal on Demand*¹².

No *Ngram Viewer*, ferramenta do *Google* que possibilita encontrar as menções de palavras e frases na produção literária, o termo começou a aparecer depois de 2000 (Figura 1). O que se pode constatar é que essas expressões apareceram em grande quantidade nas páginas

¹² “Pessoal e sob demanda”. Este é o caso da página da *Microsoft* (rival da *Apple*) no seguinte link: <<https://web.archive.org/web/20151225095312/http://windows.microsoft.com/en-au/windows-vista/create-your-own-podcast-what-you-need-to-know-to-be-a-podcaster>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

de livros na Internet no início do século XXI¹³. Não há menções do termo antes do ano 2000, demonstrando um aumento contínuo de sua relevância nas últimas décadas. Aqui, deve-se ponderar que o uso *Ngram Viewer* pode falhar e confundir, misturando informações como "pod" ou "casting" separados e dar uma porcentagem de ocorrência desses dois termos distintamente, ou outros equívocos.

A percepção sobre a produção *podcastal* é mais complexa de se afirmar no seu desenvolvimento histórico. Os arquivos de áudio em MP3 (1993) para *download* não eram novidade, mas começavam a chamar atenção através de mecanismos portáteis de reprodução de mídia, como o *iPod*. Era possível ouvir música e programas com maior praticidade e dinamismo, sendo que a produção de conteúdo havia se tornado mais barata através de *softwares* de edição de áudio grátis, por exemplo, o *Audacity*, em 2000, e o *GarageBand*, em 2004.

Jornalistas podiam colocar seus programas na Internet sem passar pelo crivo de uma empresa, além de conversar com o público diretamente. Não só eles se beneficiaram, mas amadores concorreram por seus públicos, caracterizando uma "revolução auditiva". Foi o caso do jornalista Christopher Lydon com suas entrevistas; do *Webtalkguys.com* de Rob e Dana Greenlee; do *Shander.com* de Mark Shander; do *Business TalkRadio.net* e do *Graveline.com* com o *Into Tomorrow*, este último com um programa de rádio para o *Ipod* (HAMMERSLEY, 2004, *on-line*)¹⁴.

Além desses, havia o *Geek News Central* de Todd Cochrane¹⁵, que publicou seu programa em 9 de outubro de 2004¹⁶; o *Dawn and Drew Show*; o *Daily Source Code* de Adam Curry e Ron Bloom¹⁷; o *Yeast Radio* da personagem ficcional Madge Weinstein (Richard Bluestein)¹⁸, como alguns exemplos. Já dentre as grandes mídias que investiram no *podcast* na mesma época estão a *BBC* e a americana *National Public Radio*, a NPR (CAVA, 2005, *on-line*)¹⁹.

O nascimento do *podcast* está vinculado ao diletantismo, independentismo, gratuidade e até mesmo ao amadorismo. Sua mágica foi demonstrar que todo mundo podia fazer um programa. Um dos fatores pela relativa demora para que o *podcast* se tornasse um fenômeno

¹³ Lembrando que o *iPod* foi lançado em 2001.

¹⁴ Todos esses sites ainda existem, embora somente o *Graveline.com* aparente estar atuante.

¹⁵ É possível encontrar os primeiros programas em 2004 no link: <https://archive.org/details/pcs_Geek_News_Central/GNC-10-12-04.mp3>. Acesso em: 31 out. 2020.

¹⁶ Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20041014080752/http://www.geeknewscentral.com/>>. Acesso em: 31 out. 2020.

¹⁷ Arquivo dos primeiros podcasts em: <https://archive.org/details/pcs_Adam_Curry_Daily_Source_Code>. Acesso em: 03 set. 2020.

¹⁸ Existem 2 podcasts datados de 2004 que podem ser recuperados em: <<https://www.yeastradio.com/?s=2004>>. Acesso em: 03 set. 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://web.archive.org/web/20121021172310/http://usatoday30.usatoday.com/money/media/2005-02-08-podcasting_x.htm>. Acesso em: 03 set. 2020.

amplamente conhecido parece ter sido sua característica gratuita. Na matéria de Hammersley (2004, *on-line*), há um prognóstico de que "algum dia alguém poderia viver disso", vinculado a ideia de que os produtores poderiam pagar para que uma empresa publicasse seus *podcasts* em algum site, sistema *Vanity Press*.²⁰

A produção *podcastal* foi precedida pelas rádios de Internet, por um lado, e pelos *audioblogs*, por outro. O rádio foi transposto para o meio digital em 1993, por Carl Malamud, com o *Internet Talk Radio*²¹, garantido por *softwares* de organização de áudios anteriores. As entrevistas, gravadas em MP3 e distribuídas em arquivos, não diferiam em nada dos *podcasts* atuais, estruturalmente falando. De certa forma, este programa foi o primeiro passo do *podcast*, porém sua forma de distribuição era rudimentar. Segundo o *Podcast-se* do site *Comunique-se*, Malamud passava seus áudios por disquetes, na mesma época em que os computadores tinham telas pretas com letras verdes (POLITI; ROSA, 2019, *on-line*).

Os *audioblogs*, por sua vez, vieram dos *weblogs/blogs*, que são uma forma de diário pessoal feito para ser publicado na Internet e lido por outras pessoas. Assim, usuários comuns podiam contar e compartilhar as histórias de suas vidas e, quando isto foi feito através de MP3, teve-se o *audioblogging*. Esses programas podiam ser relatos de vida que, ao invés de serem escritos, eram gravados em áudio e publicados.

Mas esses programas já eram *podcasts*? Essa é uma conceitualização difícil. O que se argumenta na *podosfera* é que não, devido à falta de utilização de um sistema de *web feed*²², uma forma que possibilita aos usuários atualizações automáticas. Um ouvinte é quase um assinante. Ele não precisa acessar o *site* todos os dias para ouvir um *podcast*, pois recebe automaticamente em seu computador, *iPod* ou *smartphone*. Não é necessário ir até o conteúdo, este é entregue a cada atualização ao usuário. Para receber o *podcast*, o usuário precisa se inscrever no *feed* do programa desejado:

[...] uma vez cadastrado o endereço de determinado *podcast*, o programa agregador baixa para o computador do internauta o arquivo desejado automaticamente e, a partir daí, cada indivíduo decide quando e onde vai ouvi-lo, podendo transferir o episódio (como também são chamados os programas distribuídos via *podcasting*) para um tocador multimídia (*iPod*, *MP3 player*), telefone celular, microcomputador, *notebook* ou, mais recentemente, *tablet* (KISCHINHEVSKY, 2017, p. 6).

²⁰ Sistema em que autores pagam para ter seus conteúdos publicados por alguma empresa.

²¹ O seu programa "Geek of the Week" pode ser encontrado em: <<https://web.archive.org/web/20090923191948/http://town.hall.org/radio/Geek/>>. Acesso em: 24 dez. 2020.

²² Cabe dizer brevemente que o *web feed* — também conhecido como um sistema de *web syndication* — foi precedido por duas tecnologias importantes: os programas de *push*, que "empurram" o conteúdo para o usuário; e o *metadado*, mecanismo que cria ligações entre palavras, ao clicar na palavra você é levado para outra página como um *hiperlink*.

O *web feed* é um mecanismo que permite aos produtores de conteúdo entregar informações automaticamente para os usuários que se inscrevem nos *feeds*. Por sua vez, há os ditos “agregadores” que são serviços ou plataformas que organizam esses *feeds* para que o público possa ter melhor visão das informações e escolher acessar a que bem lhe prouver. Como exemplo de alguns agregadores, pode-se citar o *Spotify* e o *Google podcasts*. Parece que a tônica do *podcast* está na esfera da circulação/distribuição e nem tanto da produção ou do formato. Essa importância dada ao *web feed* suscita uma disputa de memória na *podosfera*.

Talvez se possa considerar como um dos primeiros *web feeds* lançados, o *Channel Definition Format* (CDF), vinculado ao programa da *Microsoft*, o *Active Channel*, introduzido na versão do *Internet Explorer 4.0* (1997). O *Active Channel* era uma tecnologia de *pushing*, ou seja, enviava as notícias dos *sites* até o *desktop* do usuário, por meio de canais, mesmo ele estando *off-line*. Os canais permitiam o acesso às informações, eram *sites* descritos pelo arquivo CDF: "O arquivo CDF define uma hierarquia de páginas incluídas no canal [...] o CDF também especifica como cada item será usado ou exibido e quando o canal deve ser atualizado" (*INTRODUCTION...*, 2017, *on-line*, tradução do autor). O CDF foi uma aplicação que usava o XML²³. O XML é uma linguagem de marcação padronizada, em texto, que facilita a exibição e codificação de documentos (Figura 2).

Foi através desse mecanismo que o *podcast* espanhol *En caso de que el mundo se desintegre* (ECDQEMSD)²⁴ foi lançado em 1999 e defende ser o "primeiro *podcast* do mundo", sobrevivendo até os dias atuais. Na mesma época, também publicaram o programa *Óxido*, mas esse foi abandonado. Infelizmente, o primeiro episódio não foi encontrado. Em suas memórias, dizem que o programa foi pensado para ser um *podcast* (THE FIRST-EVER..., S/D, *on-line*), em cerca de 15 minutos de áudio, pois era o tempo suportado na época (EN..., S/D, *on-line*). Se de fato o CDF era capaz de mandar áudios nos canais do *Active Channel*, pode-se expandir o conhecimento que se tem dos *podcasts* para programas ainda pouco conhecidos. Vale lembrar que além do CDF, havia também o *Information and Content Exchange* (ICE).

Há certo interesse pela autoria do *podcast*, como pode ser testemunhado pela Universidade de Harvard que propagandeia seus dois alunos — Dave Winer e Christopher Lyndon — como o ponto de origem dessa mídia²⁵. Segundo depoimento de Lyndon, eles se consideram o “Neil Armstrong” do *podcasting* (WALSH, 2011, *on-line*).

Além deles, há também Adam Curry, um ex-vj da MTV, que é considerado o *PodFather* (pai do *podcast*) por tê-lo popularizado. Parte disso se deve à aliança que Adam fez com Steve

²³ As especificações do CDF podem ser vistas em: <<https://www.w3.org/TR/NOTE-CDFsubmit.html>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

²⁴ Os integrantes do *podcast* não dizem o local de onde são em sua página.

²⁵ Winer e Lyndon eram membros do centro de pesquisa Berkman Klein da Harvard.

Jobs, criador da *Apple*, para promover o *iPod* e os *podcasts* no agregador *iTunes*, como ele disse em entrevista ao *podcast* estadunidense *Joe Rogan Experience* nº1436.²⁶

O papel de Winer e Lyndon foi de criar um meio mais fácil e popular deste fenômeno, com um novo sistema de *web feed* e demonstrar sua viabilidade para produtores de conteúdo. O *web feed* que veio a se tornar o mais popular foi o *Really Simple Syndication*, ou RSS. A primeira versão, o RSS 0.90, foi lançado em 1999 por Ramanathan Guha para a *Netscape*, recebendo modificações ainda naquele ano²⁷. O RSS, assim como o anterior CDF, era usado para documentos. Winer, que trabalhou para fomentar um *blog* da Harvard, introduziu no RSS um dispositivo chamado *enclosure*, que possibilitava anexar áudios junto ao *feed* em 2000 (arquivos de mídia em geral). Em 2001, ele transmitiu algumas músicas em seu *blog*²⁸ (WALSH, 2011, *on-line*).

Por sua vez, a modificação possibilitou ao jornalista Christopher Lyndon, numa nova versão, em julho de 2003, disponibilizar uma série de entrevistas na Internet (LUIZ, 2015, p.15), no *blog* da Harvard, onde Winer os chamou de "*blog para os ouvidos*" (WINER, 2003, *on-line*, tradução do autor). Foi feito num estúdio caseiro, demonstrando como era possível tornar a produção de programas de rádio mais acessível (CHRISTOPHER..., 2003, *on-line*). Lyndon reivindicou suas entrevistas como sendo os "*primeiros podcasts*", no entanto, como observado anteriormente, rádios via Internet e *audioblogs* já existiam há certo tempo, bem como o sistema de *web feed*.

Em outubro de 2003, Winer organizou a primeira *BloggerCon*, uma conferência para reunir *bloggers*, discutir esse fenômeno e as novas tecnologias. No segundo dia da *BloggerCon* foram discutidos tecnologia, agregadores e *audiobloggers*. Este último foi apresentado por um programador chamado Kevin Marks (CMS..., 2004, *on-line*)²⁹. Kevin afirmou que havia conversado com Adam Curry na conferência e que ambos pensaram na ideia de um *script*³⁰ que permitiria que cada áudio postado fosse direcionado para o *iTunes* (MARKS, 2003, *on-line*). Segundo Lúcio Luiz (2015, p.15), foi

[...] em 2004, que ocorreu o 'pulo do gato' que passou a diferenciar de vez esse sistema do RSS 'normal': Adam Curry criou, a partir de um *script* de Kevin Marks, uma forma de transferir esse arquivo de áudio disponibilizado via RSS para o agregador *iTunes* (que na época era a única forma de 'alimentar' de

²⁶ Joe Rogan é atualmente o *podcast* estadunidense mais famoso.

²⁷ A lista de atualizações por ano pode ser encontrada em: <<https://www.rssboard.org/rss-history>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

²⁸ O primeiro teste de Winer foi com uma música da banda *Greatfuld Dead*. Na época ele usou o termo "áudio blog" <<http://scripting.com/2001/01/11.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

²⁹ É possível encontrar alguns áudios gravados dessa conferência em: <<https://www.cmsreview.com/Videos/Bloggercon.html>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

³⁰ *Script* é qualquer algoritmo, com uma série de passos, escrito em alguma linguagem de programação.

conteúdo os *iPods*, populares tocadores de mídia da *Apple* – o *iPhone* ainda não havia sido lançado).

Foi a atualização do RSS de Winer combinado com o *script* de Curry e Marks que trouxe o *podcast* ao jeito que é conhecido atualmente. Isto significa que os áudios não mais estavam sendo baixados apenas em computadores domésticos, mas também em *iPods*. Com isso, temos a mobilidade, algo essencial ao *podcast*. Em um reproduzidor de mídia portátil, o público pode ouvir seus programas quando e onde quiser.

Mas porque Adam escolheu o nome "*podcast*"? Segundo ele, como disse no *Joe Rogan Experience*, o uso do termo começou depois que seu colega, Daniel Gregoire, chamou seu trabalho desta forma. O nome pode ter sido uma boa jogada de *marketing*, pois Adam foi chamado por Steve Jobs para fazer a propaganda do produto da *Apple* (JOE..., 2020, 18m – 20m45s).

Com esta forma de disponibilizar automaticamente programas em áudio para um público móvel através de aparelhos portáteis como o *iPod* e, posteriormente, os *smartphones*, o *podcast* ganhou receptividade nos últimos anos. Mas, como conceitualizar o *podcast*? Os rádios por Internet e *audioblogs* já eram *podcasts*? Os programas que usavam CDF também, ou só o sistema RSS que define o *podcast*?

O que a história do *podcast* pode nos informar sobre a sua especificidade é que precisou de uma tradição de rádio e sua respectiva versão digital, em que se copia parte de seus elementos de comunicação, o desenvolvimento da Internet, a capacidade de distribuir arquivos de áudio automaticamente e aparelhos portáteis que possam ser levados na vida corriqueira da sociedade contemporânea, com mobilidade e flexibilidade.

Seguindo estes parâmetros, é possível fazer uma distinção para o *podcast* enquanto fonte histórica, caracterizando-se como um arquivo de áudio/vídeo digital. Para historiadores, uma fonte digital significa, segundo Almeida (2011, p. 17), um suporte de informação de qualquer conteúdo "codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações. Tal máquina é, na maioria das vezes, um computador", o que nos leva, obviamente, à transmissão pela Internet. Os *podcasts* não são transmitidos por ondas sonoras de rádio, nem por distribuição de discos de vinil, pois trafegam no mundo digital.

Além disso, possuem a capacidade de serem disponibilizados via *web feed*, independente de qual seja, CDF; RSS; ATOM ou ICE. O importante é que os áudios/vídeos sejam entregues automaticamente a cada atualização, realizados para o consumo *on demand*, para que o ouvinte possa ouvir quando, onde e o quanto quiser, possuindo regularidade. Um arquivo de áudio/vídeo isolado não é um *podcast*, se tornando somente quando é pensado para

ter uma estrutura que se repita e se recrie ao longo de episódios, tendo como centro de atenção o uso da voz e dos diálogos, semelhante ao rádio.

Isso significa que uma série interpretada por atores contracenando e que se repete com regularidade em episódios via Internet para baixar, não é um *podcast*. Embora possa haver vídeos, o *podcast* não encena da maneira que se faz em séries de TV. Seus agentes ou personagens não são privilegiados pela imagem que proporcionam, mas pela narrativa oral. Mesmo que haja cenas e personagens teatrais, tudo é feito numa ambientação sonora e de atuação vocal.

1.3 Um caminho para o sucesso: o *podcast* amplia seus públicos

Os pontos elencados até aqui podem ser considerados as condições necessárias sem a qual o *podcast* não pode ser entendido em sua especificidade. No entanto, possuem outras características tendenciais que variam bastante, com a forte presença do “faça-você-mesmo”. Os *podcasts* têm uma aura de ser algo independente, feito por pessoas comuns com interesses diversos, diletantes, o que privilegia o consumo de nicho, favorecendo a ideia de produtor-consumidor ao mesmo tempo. No entanto, seu público tem aumentado e cada vez mais há profissionais de várias áreas entrando no ramo.

Os *podcasts* começaram com um aspecto de descentralização da produção e distribuição de conteúdo. Sua ideia geral era desfazer as barreiras entre o produtor de conteúdo e o consumidor realizado por grandes empresas de comunicação, embora atualmente grandes empresas tenham aderido aos *podcasts*. Havia um apego pela interatividade entre ouvintes e produtores através de diálogos constantes, garantindo a fidelização do consumidor. O *podcast* também é grátis, mas nada impede que possa ser cobrado.

A produção de *podcasts* foi paulatina, ano após ano. Em 2005, o jornal *USA Today* publicou que

Ao final do verão, dezenas de *podcasters* surgiram, e a pesquisa no *Google* por '*podcasting*' gera umas poucas centenas de resultados. Seis meses depois, um diretório popular [não informado] lista mais de 3,300 *podcasts*, e a pesquisa *Google* apresenta 687,000 resultados (ACOHIDO, *on-line*, tradução do autor)³¹.

³¹ Disponível em: <https://usatoday30.usatoday.com/money/media/2005-02-09-podcasting-usat-money-cover_x.htm>. Acesso em: 03 set. 2020.

Por sua vez, a busca do termo no *Google* até a data de escrita deste texto, chegou a 845 milhões de resultados. Em 2006, a revista *SFGate* fez a análise de que era difícil estabelecer a quantidade de pessoas produtoras e ouvintes de *podcasts*:

Até os números mais confiáveis são vagos: uma pesquisa realizada pela *Pew Internet & American Life Project* de Washington, D.C., publicada em abril estima que 29 por cento dos donos de *Ipod* ou outros tocadores de MP3 têm baixado *podcasts* — isto é mais de 6 milhões de americanos. *EMarketer* teve uma postura mais agressiva, reivindicando que 10 milhões de pessoas irão baixar *podcasts* neste ano (HARMANCI, *on-line*, tradução do autor)³².

A *Forrester Research* e a *Diffusion Group* — empresas de pesquisa de mercado estadunidenses — presumem, respectivamente, cerca de 700,000 ouvintes no geral e 80% de ouvintes em computadores, não em dispositivos móveis (2006, *on-line*).

Apesar desses resultados conquistados, o sucesso dos *podcasts* não foi meteórico. Foi necessária a expansão de dispositivos móveis e a expansão do acesso à Internet como 3G, 4G e *wi-fi* para que se fizesse engrenar essa mídia. Foi após 2014 que o *podcast* tornou-se muito mais popular, virando um fenômeno *mainstream*³³, superando os limites de grupos pequenos para atingir públicos amplos. Sua popularidade ascendeu concomitantemente com a popularização dos *smartphones* e com a ampliação da banda larga, ocorrida no mesmo período.

No mecanismo de busca *Google Trends*, que apresenta a tendência de pesquisa de palavras no sistema de busca do *Google*, vê-se que a busca por “*podcast*” se manteve instável, crescendo consideravelmente nos últimos anos (Figura 3). Num contexto global, o movimento é semelhante. Porém, o período estável entre 2009 e 2014 está num número de consultas um pouco mais elevadas. Novamente, o número de pesquisas aumenta muito nos anos recentes (Figura 4).

Em relação ao Brasil, os índices atingem um pico de popularidade em 2019 e caem, mantendo-se num nível médio de interesse (Figura 5). Isto leva a uma reflexão sobre as mudanças e facetas que o *podcast* adquiriu ao longo dos anos em diversas escalas e lugares sugeridos para a busca. Nessa direção, alguns autores acreditam poder periodizar o *podcast* ou a *podosfera* em duas ondas. Alves, Prata e Pessoa (2020, p. 242) observam que:

Inicialmente, as produções não possuíam um direcionamento específico e dependiam das assinaturas de atualização (RSS) para serem consumidas (*download*), caracterizando, assim, a 'primeira onda do *podcast*' (Gallego Pérez, 2010). Iniciada em 2014, a 'segunda onda do *podcast*' (Kischinhevsky, 2017) está diretamente ligada à humanização do conteúdo proposto.

³² Disponível em: <<https://www.sfgate.com/entertainment/article/How-an-ex-VJ-transformed-conventional-media-into-2534849.php#photo-2662926>>. Acesso em: 03 set. 2020.

³³ Significa “corrente principal” ou “convencional”. É o termo que representa uma cultura que se tornou hegemônica.

Seguindo a argumentação de Kischinhevsky (2017, p. 8), talvez a popularidade de 2014 nos EUA em diante tenha se dado com a propaganda do *podcast* chamado *Serial* em outubro daquele ano, tornando-se um "fenômeno *mainstream*"³⁴. O *Serial* teve muito sucesso pela dinâmica de jornalismo investigativo com a temática dos crimes misteriosos, tornando o público um investigador conjunto, na medida em que os relatos eram explicados num estilo de *Storytelling*³⁵. Com essa fórmula, o *Serial* quebrou o recorde de *downloads* para um *podcast* no *iTunes* na época, atingindo 5 milhões de *downloads* e chegando ao *top 10* em países como África do Sul e Índia (DREDGE, 2014, *on-line*)³⁶. Consecutivamente, a possibilidade de *Crowdfunding* deu um novo ânimo à produção. Este é o caso do *podcast 99% Invisible*, um programa de arquitetura que conseguiu doações de 5.661 ouvintes, juntando 170 mil dólares (KISCHINHEVSKY, 2017, p. 7).

Estes foram os elementos tecnológicos e investimentos que possibilitaram a expansão e popularização de *podcasts*, de um fenômeno marginal para a difusão ampla e diversificada, uma vez que sua característica de fácil produção ajudou a atender às demandas dos mais variados públicos. Cabe agora uma investigação mais pormenorizada desses elementos no Brasil.

1.4 Os *podcasts* no Brasil

Como dito anteriormente, é difícil traçar as origens dos *podcasts*. No Brasil, os *blogs* já publicavam arquivos de áudio, mas um deles se tornou um marco reconhecido como o primeiro *podcast*, denominado de *Digital Minds*, de Danilo Medeiros, no dia 21 de outubro de 2004³⁷. A data é utilizada, inclusive, para fins de comemoração do "dia do *podcast*" brasileiro³⁸. O *Digital Minds* tratava de temas diversos, como tecnologia e cultura *geek*³⁹. No mesmo ano vieram outros, como o *Podcast do Gui Leite; Perhappiness*, de Rodrigo Stulzer e *Código Livre*, de Ricardo Macari (LUIZ; ASSIS, 2010, p. 4).

Cabe relatar que, em 2004, surgiu o *Escreva Café*, que se considera o "primeiro *podcast* de história do Brasil", criado por Christian Gurtner, piloto comercial de aviões e escritor. Seu

³⁴ O *Serial* é um desdobramento do rádio e também *podcast* "*This American Life*",

³⁵ Narrativa roteirizada, montada sonoramente para se contar uma história.

³⁶ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2014/nov/18/serial-podcast-itunes-apple-downloads-streams>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

³⁷ É possível ver o RSS do programa em: <<https://web.archive.org/web/20090503165043/http://digitalminds.com.br/podcasts/rss.xml>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

³⁸ Segundo Danilo Medeiros em entrevista ao *podcast AlôTécnica* do site RádioFobia, a data correta seria dia 20 de outubro de 2004, pois ele havia escrito errado a data no momento da edição do RSS (2017, *on-line*).

³⁹ Genericamente a cultura *nerd* dileitante.

podcast talvez tenha sido a primeira produção diletante focada em história, uma vez que somente em 2018 Christian foi fazer o bacharelado em História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), de acordo com seu LinkedIn⁴⁰. A estrutura do *Escriba Café* é de *storytelling*, ou seja, constrói-se um roteiro e se encena conjuntamente com uma produção sonora para contar uma narrativa coesa, referente a alguma temática da história. Uma empreitada no mesmo estilo que o *Serial* estadunidense e que se demonstrou muito popular. O interessante é notar que o *Escriba Café* vende seus roteiros como "imparcial e fiel aos fatos [...]" (ESCRIBA CAFÉ, S/D, *on-line*), afirmação questionável para historiadores acadêmicos, uma vez que todo conhecimento é fruto de um lugar social, produzido a partir de locais específicos, logo, parciais, sob a qual a crítica histórica recai. Nesse sentido, o produtor do *Escriba Café* observa que "[...] nas ocasiões em que opinião ou dados contraditórios são falados, isso é deixado claro ao ouvinte, respeitando a inteligência do mesmo e permitindo que o próprio formule sua crítica" (ESCRIBA CAFÉ, S/D, *on-line*)⁴¹.

Em 2005 surgiram mais programas como o *Pod Sem Fio*, de Bia Kunze⁴², o *Impressões Digitais*, o *Café Brasil*, de Luciano Pires,⁴³ e o *Papo Tech*⁴⁴. Naquele mesmo ano:

[...] foi organizada a primeira edição da Conferência Brasileira de *Podcast* (*PodCon* Brasil), primeiro evento brasileiro dedicado exclusivamente ao assunto, em 2 e 3 de dezembro, em Curitiba, Paraná. O evento foi organizado por Ricardo Macari e patrocinado pelo *podcaster* Eddie Silva e pela cervejaria Kaiser. Posteriormente, passou a fazer parte do Fórum de Mídias Digitais e Sociais. Durante a *PodCon* 2005, foi organizada a Associação Brasileira de *Podcast* (*ABPod*), tendo sido indicado para presidente o *podcaster* Maestro Billy [Billy Umbella]⁴⁵, aceito por unanimidade (LUIZ, 2010, p. 4)⁴⁶.

O jornalista e doutor em educação, Lúcio Luiz, que também faz parte do *podcast* *Papo de Gordo* (2007)⁴⁷, observa que o período entre 2004 e 2005 é atravessado pelo *podfade*, ou seja, a tendência de *podcasts* deixarem de ser produzidos com o passar do tempo, o que faz constatar que poucos dos primeiros programas retornaram à atividade⁴⁸. Além dele, na opinião

⁴⁰ Disponível em: <https://www.linkedin.com/checkpoint/challengesV2/AQH9zQNgdKDF5gAAAXalvnLZcbk_cUwEJ43Ghr7GOI82EnHWBkU3uQGED3o7KDCnK4B4rhUThwTEZTK4FXRo_OHNftawzVOhMQ?original_referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>. Acesso em: 27 dez. 2020.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.escriba.cafe/sobre>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

⁴² Dentista e blogueira que atualmente possui uma página na Gazeta do Povo.

⁴³ Escritor brasileiro.

⁴⁴ XML disponível em: <<https://papotech.com.br/podcast/papotech.xml>>. Acesso em 21 mai. 2021.

⁴⁵ Maestro Billy é um produtor musical que já trabalhou com a Jovem Pan e o Caldeirão do Huck.

⁴⁶ Há um vídeo da *Podcon* 2005 bem breve de Ricardo Macari em: <<https://vimeo.com/3105800>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

⁴⁷ Em 2007 o programa tinha o nome de *Contrapeso*, criado por Eduardo Sales Filho.

⁴⁸ Alguns *podcasts* mais antigos e que ainda existem pode ser visto em: <<https://mundopodcast.com.br/artigos/podcasts-mais-antigos-em-atividade/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

do *blogger* e patrocinador da primeira *PodCon* Brasil, Eddie Silva, o *podcast* no Brasil nos anos que vão de 2005 a 2008 parecem ter sido de pouco engajamento (MOTA, 2008, *on-line*).

Mesmo assim, programas importantes continuaram a surgir. Em 2006 estrearam o *Nerdcast*, apresentado por Alexandre Ottoni e Deive Pazos, e o *Rapaduracast*, com Jurandir Filho, até hoje muito populares. O primeiro, inclusive, tornou-se um modelo para os *podcasts* brasileiros. No ano de 2007, vieram o *Decodificando* de Johnny Ken e o *Melhores do Mundo* (Figura 6).

O *Monacast*, do blog Monalisa de Pijamas, foi publicado em 2008, por Raquel Gompy, Chelly Ramos e Vi Marassi (Figura 7). No mesmo ano foi lançado o *Matando Robôs Gigantes* de Roberto Estrada, Affonso Solano e Diogo Braga. Em 2009, surgiu o *RádioFobia* de Leo Lopes e Qessa, assim como vários outros⁴⁹. Posteriormente, surgiram alguns programas com temáticas mais acadêmicas, como o *AntiCast* (2011), criado por Ivan Mizanzuk, Marcos Beccari e Rafael Ancara, e o *Dragões de Garagem* (2012), produzido por diversos colaboradores de formação universitária com o objetivo de fazer divulgação científica.

O processo de formação desses programas seguiu, em grande medida, duas fórmulas comuns: amigos criaram um *blog*, conheceram o formato em *podcast* e decidiram iniciar um programa sobre o tema que os convinha. Noutros casos, foram radialistas que descobriram o novo formato.

Em 2008, os *podcasts* brasileiros tiveram um impulso com incentivos na forma de premiações. O *iBest* deu o prêmio de melhor *podcast* ao *Nerdcast*; seguido por *RapaduraCast* e *Monacast* (*Abpod*, S/D, *on-line*). O Prêmio *Podcast* organizado por Eddie Silva, especializado nesta mídia, premiou o *Escreva Café* em suas duas únicas edições⁵⁰. O *Best Blogs Brazil* concedeu prêmio ao *Mundo Palmeiras*, no ano de realização da primeira edição da *Podpesquisa* (LUIZ; ASSIS, 2010, p. 4 – 5)⁵¹.

Em 2009, vários novos *podcasts* surgiram e a tendência é de crescimento, embora haja preocupações sobre a possibilidade de um novo “*podfade*”. Um indicativo desse crescimento são os vários portais dedicados exclusivamente à divulgação de *podcasts*, como *Meupodcast*, *Podpods* e *TeiaCast*, este último no formato wiki, que contam com centenas de programas cadastrados. Além disso, também foi ao ar em 27 de fevereiro o episódio piloto do *Metacast*, programa voltado exclusivamente para falar sobre *podcasts*, com dicas para iniciantes e questões técnicas gerais sobre o assunto, estimulando a criação de novos programas (LUIZ; ASSIS, 2010, p. 5).

⁴⁹ Uma grande lista de programas em 2006 (nacional e internacional) pode ser visto em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/informat/fr2202200626.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

⁵⁰ Disponível em: <<http://premiopodcast.com.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0302-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

A inserção dos *podcasts* também se deu em grandes eventos, como na edição brasileira da *Campus Party*, de 2010 em São Paulo, o maior evento de inovação tecnológica do mundo, que teve uma “banca extraoficial” para os *podcasters* (LUIZ; ASSIS, 2010, p. 10). Em 2014, com 10 anos de *podcast* no Brasil, foi lançado o livro “Reflexões sobre o *Podcast*” e, no ano seguinte, “*Podcast: guia básico*”, ambas as publicações da editora Marsupial, que colocou essa mídia em discussão no formato de livro.

Alguns desses *podcasts* mencionados desapareceram ao longo dos anos. Outros cresceram ao fomentar essa mídia. A mecânica de propagação do *podcast* não se apresentou apenas como tecnológica, mas carregada de questões intersubjetivas e afetivas, em muitas circunstâncias, definidas pela propagação através de recomendações entre ouvintes e conhecidos. Outra ferramenta que ajudou os *podcasters* a terem visibilidade e audiência foram vídeos produzidos para a plataforma de canais *YouTube*, capaz de expandir o público.

Em 2019, ano de um *boom* de popularidade do *podcast* no *Google Trends*, o Brasil sediou a *Spotify for Podcasters Summit* na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, um evento inteiramente voltado para os *podcasters* (BRASIL..., 2019, *on-line*)⁵². A constante inserção dos *podcasts* em eventos, a melhoria na capacidade de acesso à Internet e telefones portáteis, a capacidade de atender as demandas variadas dos públicos e sua interatividade, parecem ter ajudado a produção de *podcasts* no país. Segundo dados do *Spotify*, o Brasil tornou-se o segundo maior mercado de *podcasts* do mundo (FONSECA, 2019, *on-line*). Como parte de um processo de apropriação de campos profissionais de comunicação, cada vez mais, grandes empresas de mídia têm procurado se inserir na *podosfera*, como o portal de notícias *GI*, mantido pelo *Grupo Globo*, que passou a disponibilizar os *podcasts* *Papo de Política* e *O Assunto*.

As produções brasileiras adquiriram características próprias, demarcando sua diferença aos *podcasts* estadunidenses. Vale observar que, no campo dessas diferenças, nos EUA os *podcasts* também são conhecidos por vídeos, enquanto no Brasil predomina a difusão por áudio. Um formato bem popular estadunidense é o de entrevista e o *storytelling*, enquanto o formato bate-papo é mais comum na composição dos *podcasts* brasileiros. Muito influenciado pelas rádios AM e o *Nerdcast*, percebe-se uma tendência nos programas brasileiros do uso de estilosas locuções e efeitos sonoros com elevada dose de edição.

1.5 Um mergulho na *podosfera* brasileira: aspectos estruturais e sociais de produção

⁵² Existe uma série de episódios no *Spotify* sobre esse evento que pode ser ouvido em: <<https://open.spotify.com/show/0MP5I0nVsnQbfKD8f682Ff>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Foi-se dito que o *podcast* está fortemente ligado a forma de distribuição via *RSS*. No entanto, isso não é uma regra, tendo em vista as especificidades e as determinações de cada lugar do mundo. Por exemplo, no Brasil, conforme *Podpesquisa* de 2014, a maioria do público não usava o *feed*, sendo que 47,71% de 16.197 respostas válidas afirmaram acessar os programas direto de *sites* (*abPod*, 2014). Isso significa que nem sempre o público preferiu se inscrever para receber *podcasts* automaticamente. Isso pareceu mudar com plataformas agregadoras de *podcasts*, como a *Spotify*, que permitem ao público acesso aos programas pelo celular. Com essa praticidade, o sistema de *feed* ganhou relevância.

A mobilidade nem sempre foi possível. Segundo a *Podpesquisa* de 2008, a maioria dos ouvintes entrevistados costumava ouvir *podcasts* no computador (63.8%). Em 2014, a situação demonstrou equilíbrio entre os acessos por computador, com 42.81%, e por *smartphones*, com 42.33%. Esse cenário se alterou em 2018, quando 92.1% do público acessavam *podcasts* por *smartphones*, enquanto 25.6% por computadores. Deve-se esclarecer que a pesquisa, aparentemente, permitiu que os participantes escolhessem mais de uma resposta, caso escutassem no computador e ao mesmo tempo em *smartphone* (Figura 8).

Isso condiz com a “Pesquisa sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros” (TIC domicílios)⁵³, sobre o aumento de dispositivos portáteis, como *tablets* e *notebooks*, por domicílio no Brasil:

Em 2014, pela primeira vez, o percentual de domicílios com computador que possuem equipamentos portáteis (60%) ultrapassa o daqueles com computadores de mesa (56%). Concomitante, os *tablets* – presentes em 12% dos domicílios com computador em 2013 – agora aparecem em um terço (33%) das residências com algum tipo de computador (2015, p. 139)⁵⁴.

Outro aspecto importante que ajuda a pensar a expansão de *podcasts* no Brasil foi o acesso à Internet, suporte necessário para sua propagação. De acordo com a TIC Domicílios, o acesso à Internet, incluindo aqueles que somente acessam pelo celular, era de 50% (32,3 milhões) dos domicílios em 2014, com grande discrepância entre áreas rurais e urbanas e faixas de renda baixas. Nas classes D e E⁵⁵ apenas 14% tinham acesso, sendo 17% recebedores de um salário mínimo (2015, p.141-142). Em 2019, 71% dos domicílios tinham acesso à Internet, cerca de 20 milhões, dos quais 50% eram das classes D e E, embora em 13 milhões de

⁵³ A pesquisa TIC domicílios é publicada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

⁵⁴ E sobre os domicílios que somente possuem um tipo de computador diminuiu: computador de mesa foi de 89% em 2008 para 27% em 2014; computador portátil de 32% em 2013 para 28% em 2014 (2015, p,140).

⁵⁵ Não uso o termo “classes” empregado pela pesquisa. Mas, para conhecimento, esse tipo de classificação de “classes A, B, C e E” utilizado se referem a renda familiar. Numa escala que vai da mais inferior até a superior, isto é, de 0 a 11.262 reais.

domicílios nessas faixas de renda não havia acesso à internet. Por fim, a classe A apresentou 99% de acesso (2020, p. 60 – 63).

A disponibilidade de acesso à Internet e os mecanismos portáteis demonstraram uma melhoria nos suportes tecnológicos que possibilitaram a ampliação dos *podcasts* no país. Mas quem se tornou consumidor de *podcasts*? O perfil do público brasileiro se enquadra na classe de trabalhadores de renda média com nível superior. A *Podpesquisa* 2018 elucidou melhor esta questão: dos 22.993 entrevistados, 10.446 se consideraram trabalhadores; 5.873 possuíam renda entre 5 e 10 mil reais; 7.392 tinham ensino superior.

A *Podpesquisa* de 2019 demonstrou que a *podosfera* ainda é branca e masculina, ou seja, com baixa diversidade. De 16.713 respostas válidas, 72% do público ouvinte se declararam masculino e 27% feminino. Cisgêneros⁵⁶ foram 80,4%, enquanto 17,4% se consideraram dentro da comunidade LGBTQIA+⁵⁷, e 2,2% optaram como indefinidos. A análise da renda dos ouvintes mostrou que, quanto maior a renda do público ouvinte, maior era o número de brancos. Somente na região norte e nordeste o número daqueles que se consideraram pardos foi maior ou equivalente ao número dos que se consideraram brancos nas faixas de renda menores (Figura 9 e 10).

Quase metade do público pesquisado apresentaram uma percepção de que os *podcasts* se constituíram como suportes que não são pagos para serem publicados e muito menos baixados. Até 2018, 46% consideraram a “Gratuidade” o fator decisivo para terem acesso aos programas. O “Conteúdo”; “Entretenimento”; “Qualidade de áudio” e “Frequência de publicação” ficaram na frente com 94,2%; 76,8%; 75,4% e 47,6% (*AbPod*, 2018). Novamente, a pesquisa aparenta possibilitar que se possa escolher mais de uma resposta simultaneamente (Figura 11).

Na *Podpesquisa* de 2019 não se fez esse tipo de pergunta, porém, a questão um tanto quanto genérica, se “Pagariam por conteúdos exclusivos”, foi apresentada. Cerca de 25%, pagaria entre 5 e 10 reais, seguida por 15% que não pagariam. Nesse contexto, a influência do *podcast* para o consumo aumentou, sem, contudo, vislumbrar-se boa margem de cobrança pelo *produto-podcast*. Evidentemente, alguns deles conseguiram realizar a venda de seus *podcasts*, como é o caso do *99Vidas*, programa sobre *video-games*, que distribui *podcasts* bônus exclusivos para quem decidir se tornar um assinante.

⁵⁶ Pessoas que se identificam na maioria dos aspectos ao seu sexo de nascença.

⁵⁷ Sigla que representa a diversidade de gêneros e orientações sexuais: lésbicas; gays; bissexuais; transexuais; queer; intersexo; assexual e outros grupos.

A manutenção de projetos de *podcasters* pode vir de várias maneiras, através da renda de outros trabalhos, do *Crowdfunding*⁵⁸ ou com a venda de produtos relacionados aos programas, como camisetas ou brindes. Como Léo Lopes observou (2014, p. 25), no Brasil ninguém ficou rico com *podcast*, pelo menos ainda⁵⁹. Para ele, esta mídia funciona como uma “vitrine” na qual se vende o seu produto ou sua capacidade de trabalho, estando nesse conjunto a possibilidade de rendimentos.

Isso acontece porque os *podcasts* não estão vinculados à produção de mercadorias, não se colocando como nova mercadoria que suporta valor no mundo. Por conseguir dinheiro ao fazer propaganda de outros produtos, o *podcaster* tornou-se um trabalhador sustentado por propagandas. Cada *podcast* é um produto que gera propaganda para uma mercadoria ou serviço e, quanto mais ele produz *podcasts*, mais ele pode receber de seus financiadores.

Mesmo nesse cenário de restrições para se fazer avançar os *podcasts* como negócio, a possibilidade de lucro com propagandas é razoável, como é o caso do *Jovem Nerd* e do *Joe Rogan Experience*. Segundo algumas estimativas da organização de publicidade *Interactive Advertising Bureau* e da rede de consultoria e auditoria *Pwc*, nos EUA,

a projeção é que a receita de anúncios de *podcast* continue aumentando. Para este ano [2019], a tendência é que a publicidade atinja 42%, chegando a US\$ 679 milhões. Seguindo a estatística, o relatório aponta que as receitas superem US\$ 1 bilhão até 2021 (ALVES, 2019, *on-line*).

A característica de consumo de *podcasts* é *on demand*, apresentando versatilidade para ser ouvido onde e quando o ouvinte desejar. Na *Podpesquisa 2018*, 74,6% dos entrevistados, ao escolherem uma ou mais opções, responderam que o motivo de ouvirem *podcasts* se dá pela "Liberdade para ouvir quando, como e onde quiser". Outros 75,3% por "qualidade e diversidade de conteúdo"; 38,1% por "facilidade para acessar e baixar"; 77% por "poder realizar outras atividades enquanto ouço" e 8,6% indicam outras razões. Importante observar as ocasiões em que os ouvintes escutam: 79% quando se “locomovem/no trajeto”; 68% durante a realização de tarefas domésticas, sendo que 12.109 ouvintes de 19.052 disseram não serem ouvintes de rádio (Figura 12).

Estas considerações ajudam a entender o lugar do *podcast* na sociedade capitalista atual, embora não seja uma apresentação definitiva. O *podcast* ainda se encontra dentro das demandas do capitalismo e sua especificidade de comunicação advém da produção de tecnologias de

⁵⁸ Significa "Financiamento Coletivo", serviços como o *Patreon*; *Catarse*; *KickStarter* ou *APOIA-se*, possibilitam que podcasts possam ser financiados pelos ouvintes.

⁵⁹ Mesmo assim há grupos que se beneficia bastante com essa ferramenta. Por exemplo, Joe Rogan assinou um contrato de 568 milhões com o *Spotify* (COMENTARISTA..., 2020, *on-line*).

comunicação que possibilitam o consumo sob demanda. Nelas se expressam as relações e demandas sociais em que essa fonte digital vem sendo constituída e legitimada para se compreender a cultura histórica contemporânea e as relações desses suportes de comunicação com a divulgação da história.

ANEXOS

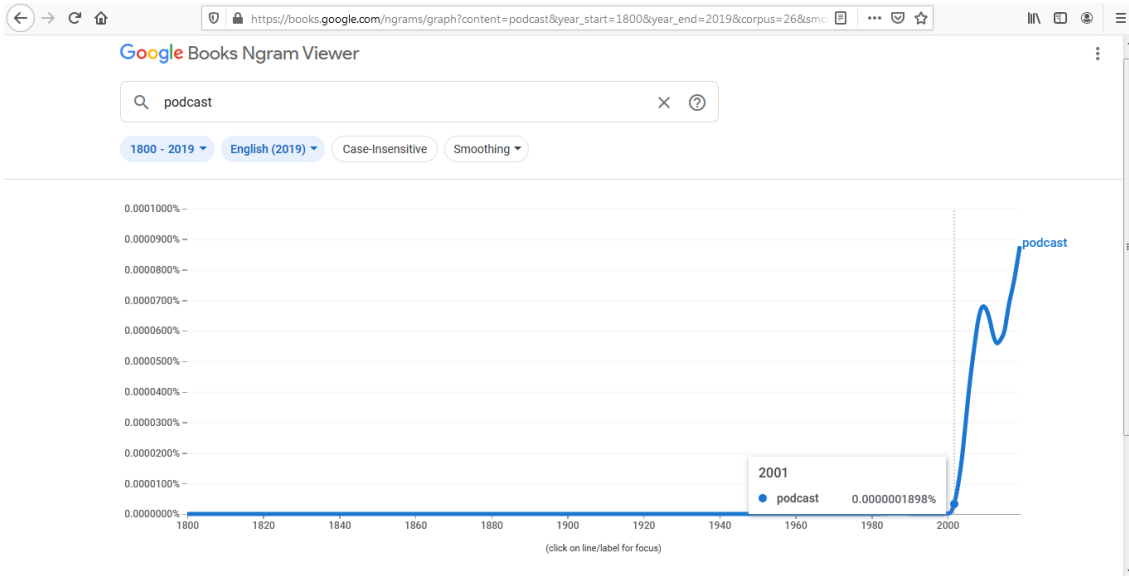


Figura 1. Podcasts no Ngram Viewer

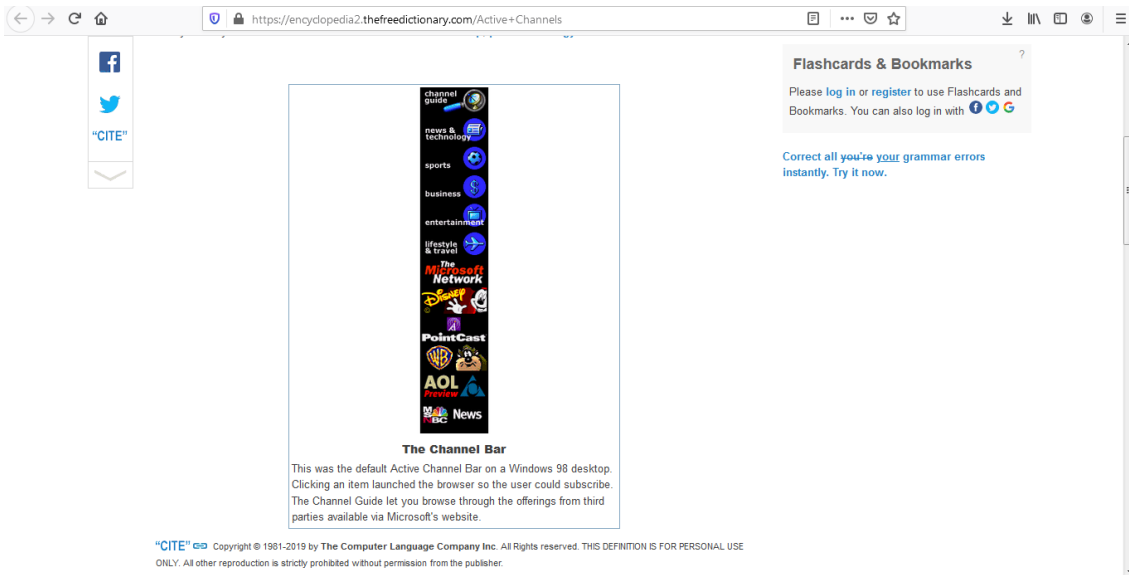


Figura 2. Exemplo de CDF

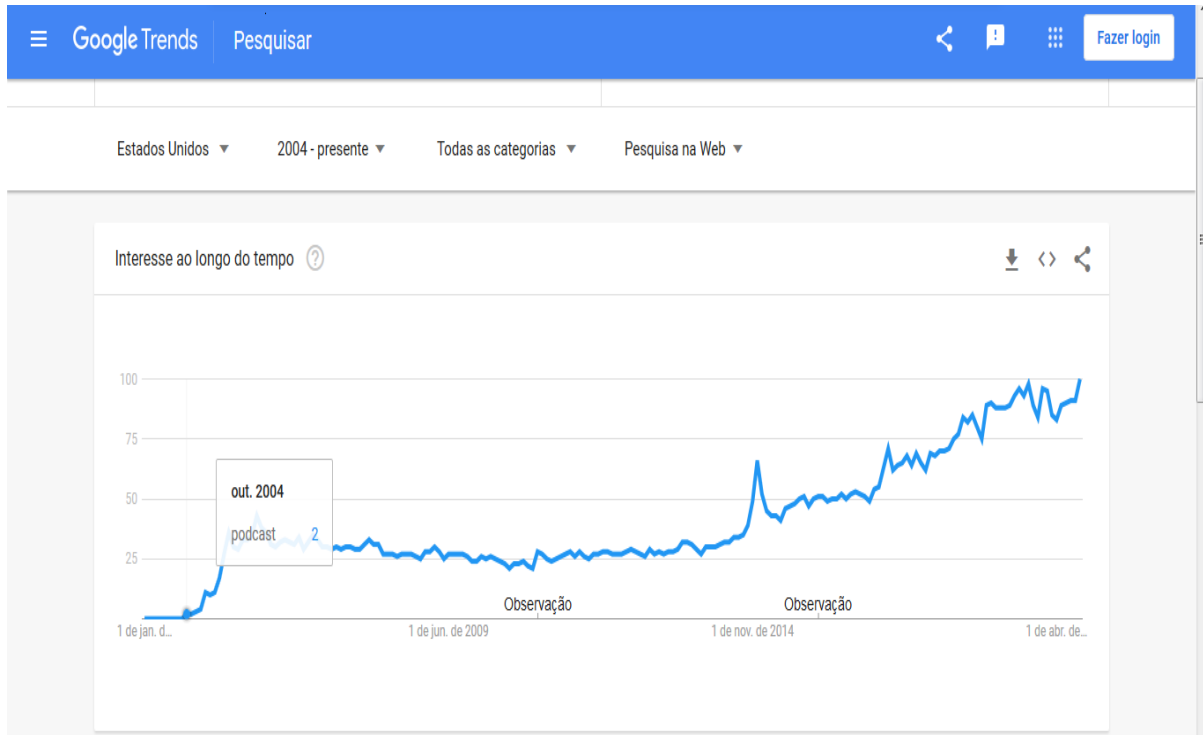


Figura 3. Pesquisa *Google Trends* nos EUA ao termo "podcast".

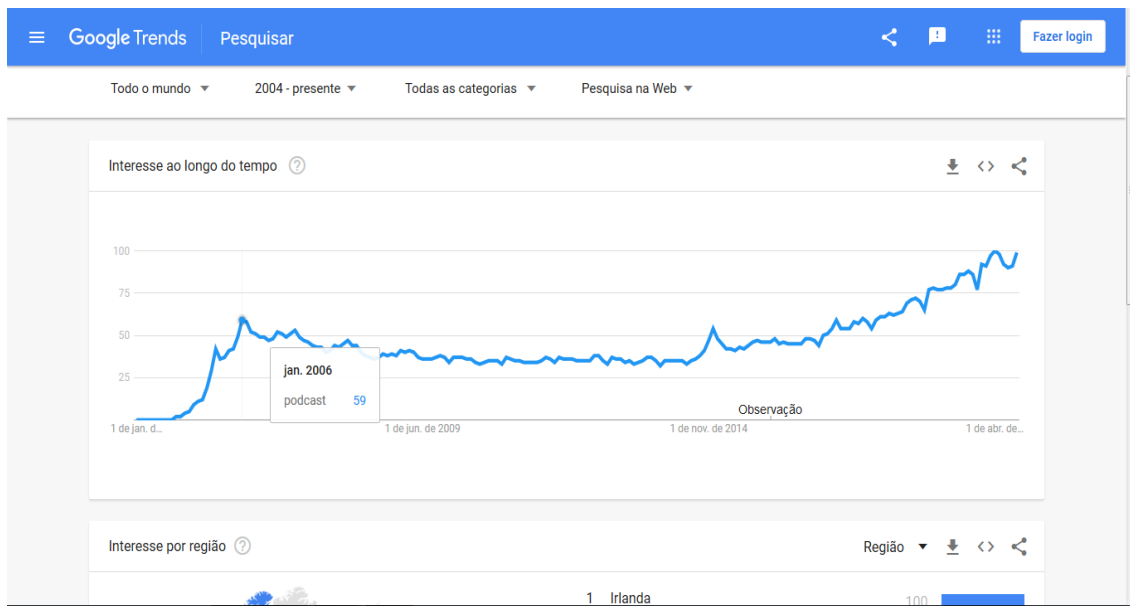


Figura 4. Pesquisa *Google Trends* no contexto global ao termo "podcast".

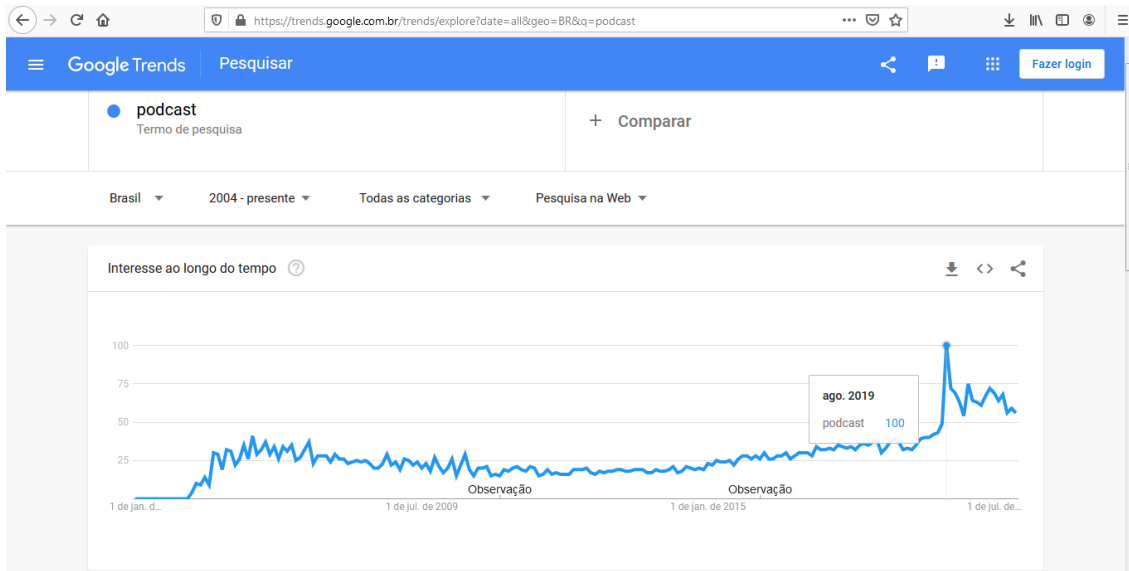



Figura 5. Pesquisa *Google Trends* no Brasil ao termo "podcast".

The screenshot shows a webpage for a podcast episode. The title is 'Episódio 0 - Apresentação, criação e agradecimentos!'. It was sent by Jonny Ken Itaya on 20/05/2007 and has 2 comments. The text describes the episode as an introduction to the podcast/blog. There are three download links: 'Episódio 0' (MP3, 64 kbps, 7'39", 3,59 MB), 'Episódio 0 low' (MP3, 16kbps, 7'39", 0,89 MB), and 'Episódio 0 zip' (MP3, 64 kbps, 7'39", 3,55 MB). The topics listed are 'Apresentação - 0'00"', 'De onde surgiu & objetivos - 1'00"', 'Garota sem fio', 'Papotech', and 'Elaspod'. The episode also includes 'Agradecimentos - 4'30"' and a 'Tema de abertura' by Marcos. A postscript (Ps) apologizes for the microphone volume. The page is edited by sublimating the volume of the voice of Amanda. The file is named 'Podcast'.

Figura 6. Exemplo de *podcast* brasileiro (Decodificando, 2007).

Monacast 1 – Chocolate

Autor: Mafalda – 5 de janeiro de 2008. Categorias: podcasts.




Este é o primeiro Monacast – Podcast da Monalisa de Pijamas – com a presença da Mafalda, Eubalena, Madalena, Rosinha e Ana. Começando timidamente, tanto que eu que tive que apresentar as moças. rsrs.

O tema é chocolate, esta paixão, vício que temos! Vocês sabiam que quem nos trouxe o chocolate (as primeiras fábricas) foram os alemães? E que chocolate amargo é melhor para o coração que uma taça de vinho?

Divirtam-se com o nosso Monacast. Você pode escutar no site mesmo ou baixar o programa para o seu Ipod ou tocador de mp3, e escutar enquanto malha na academia, prepara o almoço, lava a louça, passeia no parque com o cachorro, no trabalho. hehehe

Deixem comentários, ou mandem emails com sugestões, críticas, elogios (bastante!) para mafalda@monalisade pijamas.com.br

Beijos da Mafalda

 AUDIO MP3 Monacast 1 - Chocolate [35:14] Hide Player | Play in Popup | Download

Tags: chocolate, monacast 1.0, Comentários: 0

Ativar o Windows
Acesse Configurações para ativar o Windows.

Figura 7. Exemplo de *podcast* brasileiro (*Monacast*, 2008).

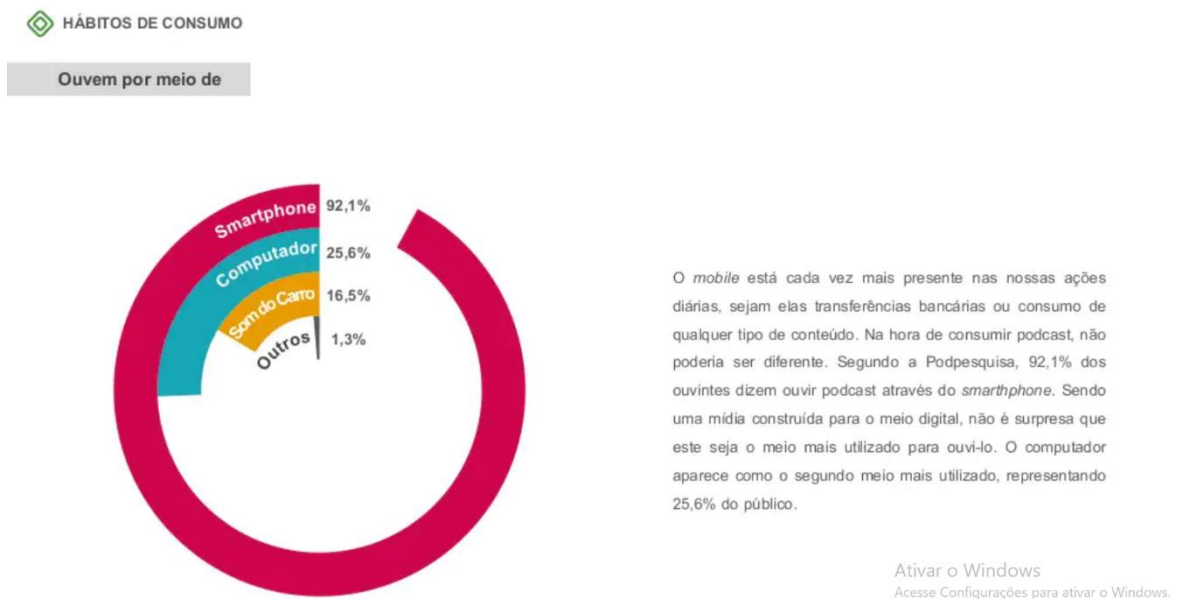
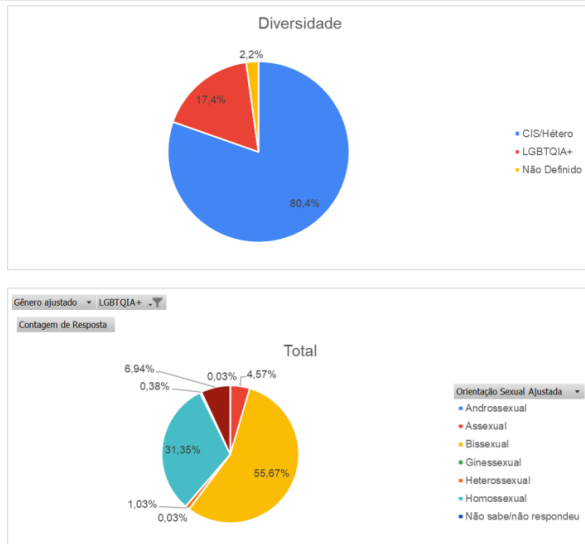
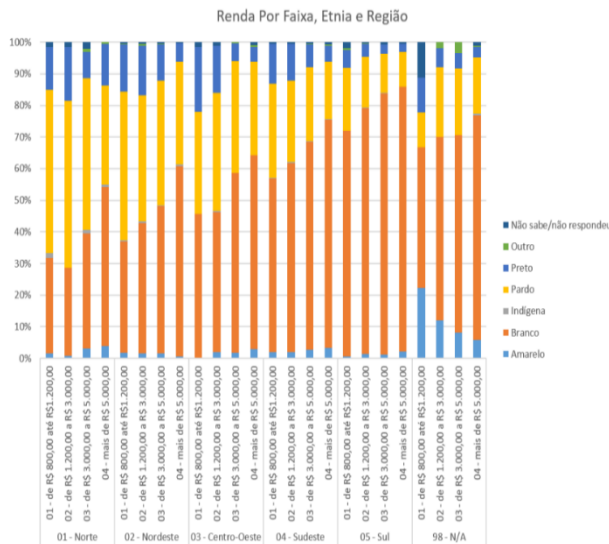


Figura 8. *Podpesquisa* 2018 e o meio pelo qual os ouvintes escutam *podcasts*.



Diversidade.

Figura 9. Podpesquisa 2019 e a diversidade da podosfera.

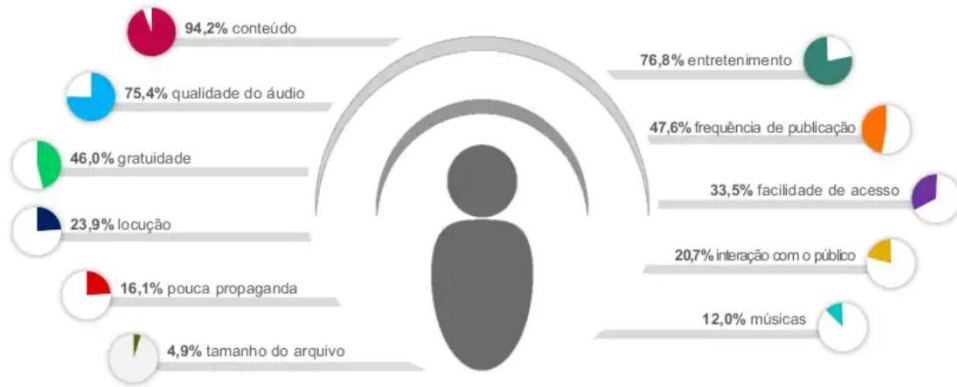


Renda

Figura 10. Podpesquisa 2019 e a renda da podosfera.

INTERESSES E PREFERÊNCIAS

Aspectos importantes em um podcast



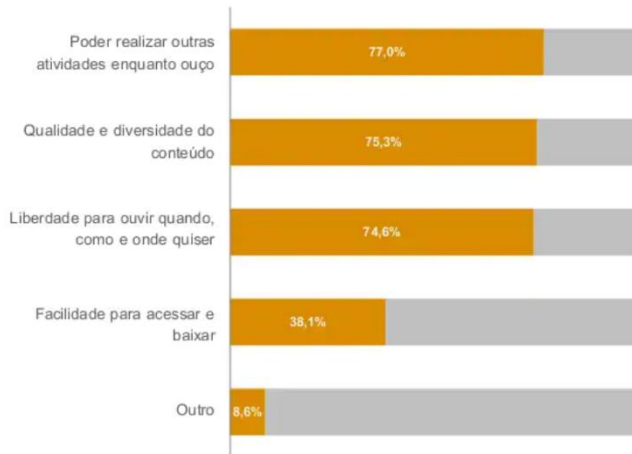
Para 94,2% dos ouvintes, o conteúdo é o aspecto de mais importante para escolha de um podcast. O entretenimento vem logo em seguida, sendo indicado por 76,8% dos respondentes. Além disso, 75,4%

citam a qualidade do áudio como outro fator relevante. Tendo esses 3 itens em mente, o produtor de podcast pode conseguir aumentar a retenção e fidelidade dos seus ouvintes.

Figura 11. Podpesquisa 2018 e os aspectos importantes em um podcast.

INTERESSES E PREFERÊNCIAS

O que levou a ouvir podcast



Poder realizar outras atividades enquanto ouvem é uma característica que o podcast herdou do rádio, sendo apontada como motivo que levou a consumir essa mídia por 77,0% dos respondentes. A qualidade e diversidade do conteúdo é outro fator importante para 75,3% dos ouvintes. Já a liberdade para ouvir quando, como e onde quiser é indicado por 74,6%, reforçando que o modelo *on demand* é um fator de relevância para esse público, sendo essa talvez a principal diferença entre o podcast e o rádio.

Ativar o Windows
Acesse Configurações para ativar o Windows.

Figura 12. Podpesquisa 2018 e a razão para se ouvir podcasts.

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA ADENTRA A *PODOSFERA*

2.1 A História que pode ser ouvida a qualquer hora

As temáticas de história parecem ter se tornado popular na *podosfera* brasileira. Nela, encontram-se apresentações de diletantes e produções bem ou mal elaboradas. Contudo, desde o *Escreva Café*, lançado em 2004, até 2014, historiadores profissionais, aparentemente, mantiveram-se alheios a essa mídia, não produzindo história pública *podcastal*, embora aparecessem, em algumas ocasiões, como convidados de programas.

Naqueles anos, chama a atenção poucos *podcasts* de história elaborados por profissionais atuantes no campo historiográfico ou, pelo menos, que não sobreviveram para serem encontrados na Internet. Nota-se, também, que *podcasts* exclusivamente de história organizados por diletantes não são tão profusos.

De alguns identificados, deve-se dar crédito ao *História Online* pela iniciativa no mundo digital, sendo organizado pelo professor de sociologia, Rodolfo Neves que, por sua vez, ministra aulas de História “há mais de 25 anos em cursos preparatórios para vestibulares em São Paulo e região” e pelo historiador Daniel Pereira, “professor de atualidades há mais de 24 anos em cursos preparatórios para vestibulares em São Paulo [...]” (HISTÓRIA ONLINE, S/D, *on-line*)⁶⁰. O *site*, que contava com um canal no *YouTube*, publicava aulas de história em vídeo nesta plataforma e, posteriormente, em formato *podcastal* para seus ouvintes. Seu trabalho, que remonta ao ano de 2009, é focado em concursos, vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁶¹.

Fora o exemplo citado, grande parte do conteúdo de história é apresentado conjuntamente com outros temas. Assim, encontra-se o *CabulosoCast*, focado em literatura, que lançou em 2011 o episódio 21 com o tema “História da ficção científica”, o *Dragões de Garagem*, que divulgou, em 2013, o episódio 22 intitulado “As mulheres na ciência”, mesmo ano quando o *podcast* do *site Tenho Mais Discos Que Amigos* publicou o episódio 21, denominado “A história do Rock - Anos 50 e 60”. Encontra-se, também, um *SciCast*, no portal

⁶⁰ Disponível em: <<https://historiaonline.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

⁶¹ Infelizmente, não foi possível encontrar a formação acadêmica dos professores do *História Online*, nem em seu *site*, nem na Plataforma Lattes, na página do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Deviante, em seu episódio 25 abarcando o tema Historiografia, em 2014⁶². Neste, encontra-se a participação de Matheus Santos da Silveira, historiador pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Marcelo Guaxinim, *podcaster* e Eduardo Spohr, jornalista e escritor.

Um *podcast* pertinente para esta pesquisa é o *Nerdcast*, do grupo *Jovem Nerd*. Os *Nerdcasts* de história começam com os episódios 39 “Senta a pua”, que trata de detalhes específicos da Segunda Guerra Mundial, e o 41 “Todos os *Nerdcasts* levam a Roma”, de 2006, feito para recomendar a série “Roma” produzida pela HBO (2005)⁶³. Até então, não se convidava historiadoras e historiadores formados para os programas. O papo era conduzido pelas curiosidades e estudos dos próprios *nerdcasters*. Somente a partir do episódio 185, “Histórias do Brasil: Ditadura Militar”, é que historiadores de formação acadêmica participaram, neste caso, a historiadora Martina Spohr, então mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

O *Jovem Nerd* é uma empresa produtora de entretenimento focado no conteúdo *nerd* e cultura pop. Como proposta, diversificou suas atividades em editoração de livros, chamados de *Nerdbooks*, e vendas de mercadorias *on-line*, o *e-commerce Nerdstore*. Teve seu início como um simples *blog* criado por dois amigos, Alexandre Ottoni e Deive Pazos, que se conheceram na Faculdade de Desenho Industrial no Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro (UniverCidade), e ficaram conhecidos, respectivamente, por *Jovem Nerd* e *Azaghal*⁶⁴. O primeiro trabalhou como *web designer* e o segundo foi gerente de uma rede de motéis⁶⁵. Nas horas vagas, cada um manejava sua própria página na Internet. Pazos montou a *Amazing Pixel*, que batizou a atual *network*, uma rede empresarial fundada em 2013 com a parceria de Guga Mafra e vendida em 2018 para o grupo *Snack*, enquanto Ottoni montou o *blog Jovem Nerd*. Com o tempo, ambos se juntaram para produzir conteúdo apenas ao *Jovem Nerd* e, em 2021, a empresa foi comprada pela rede de loja varejista Magazine Luiza.

Segundo eles:

Tudo começou como um simples *blog* para falar do lançamento de *Star Wars* Episódio II – O Ataque dos Clones, no longínquo ano de 2002. Com o tempo,

⁶² Disponível em: <<https://www.deviante.com.br/podcasts/scicast/scicast-025-historia-historiografia-ovos-de-pascoa-easter-eggs-promocao-ipods/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

⁶³ Uma lista dos *Nerdcasts* históricos pode ser encontrada em: <<https://medium.com/@eduardo.spohr/aprenda-hist%C3%B3ria-com-o-nerdcast-um-guia-pr%C3%A1tico-ou-n%C3%A3o-a6e05b69d88b>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

⁶⁴ *Jovem Nerd* se refere à uma piada da série *Os Simpsons*. No oitavo episódio da nona temporada, Lisa Simpson assina uma revista com o nome de “O Jovem Cético” (*Junior Skeptic Magazine*), referindo-se a periódicos antigos em que tudo era “Jovem”. Ottoni pensou que se ele assinaria alguma coisa na Internet, ele assinaria como *Jovem Nerd*. *Azaghal* se refere ao personagem anão do livro *O Silmarillion*, de J. R. R. Tolkien, que feriu o dragão *Glaurung* na barriga.

⁶⁵ LinkedIn Alexandre Ottoni: <<https://br.linkedin.com/in/alexandre-ottoni-07b9479>>; Deive Pazos: <https://br.linkedin.com/in/pazos?trk=public_profile_browsemap_profile-result-card_result-card_full-click> Acesso em: 06 abr. 2020.

o *site* se tornou um grande portal de notícias e entretenimento, que abriga *podcasts*, *videocasts* e uma central de notícias" (S/D, *on-line*)⁶⁶.

Sua abordagem para mobilização do público se faz de maneira transmidiática⁶⁷, dividindo seu conteúdo em *Nerdbunker*, *Nerdcast*, *NerdOffice* — conteúdos de notícias, áudio e vídeo (BENATTI, 2019, p. 16). Inicialmente, os conteúdos do *blog* eram *photoshops* e tirinhas que faziam comédia com o mundo pop. Por exemplo, houve uma série em que se retratavam os personagens de *Star Wars* dentro do programa de TV, *Big Brother*, criando uma trama engraçada para a situação, além de fóruns para a conversa entre os *nerds*. O *site* teve sua popularidade realçada quando começou sua parceria com o portal *iG*, três anos depois de sua criação, que os deu hospedagem e visibilidade (BENATTI, p. 18 – 19).

Para fazer tal mudança, foi necessário abrir uma empresa para realizar o contrato e expandir suas atividades. O *site* ganhou maior atenção e tempo de trabalho para produção de conteúdos novos, exigindo maior investimento, até que o *hobbie* se tornou um projeto de vida. Assim, o conteúdo das tirinhas foi se transformando em notícias e novos projetos, como o *Nerdcast*.

Em 2006, o *podcast* do Jovem Nerd apareceria primeiro como "*Nerdconnection*". Conforme Ottoni, a ideia "[...] era fazer uma espécie de *Manhattan Connection*, só que *nerd*"⁶⁸ (NERDCAST 440, 33m – 33m05s). Naquele tempo, segundo Pazos, os integrantes ainda se juntavam ao redor de "uma banquetta" para falar perto de um microfone de *Headset* apontado para cima: "todo mundo falando como se fosse um bebedouro" (NERDCAST 699, 30m03s – 30m06s). O nome viria a ser trocado a partir do *podcast* número 7 e se popularizado como *Nerdcast*.

Os *podcasts* tiveram que se multiplicar ao longo dos anos para atender aos públicos e a demanda de parceiros patrocinadores. Além do *Nerdcast*, existem: o *Nerdtech*, que fala de tecnologia e é patrocinado por empresas da área, como a ALURA cursos *on-line*; o *Nerdcast Empreendedor*, que apresenta vários empresários convidados para dar dicas de negócios e de empreendedorismo; o *Nerdcast Speak English*, focado no ensino de língua inglesa e patrocinado por empresas como a *Wise up*; o *Nerdcash*, que busca falar sobre o mercado financeiro e investimentos, tendo como parcerias o grupo Nova Futura Investimentos e o *Generacast*, patrocinado pela Genera, empresa que faz banco de dados de DNA, oferece teste de ancestralidade e outros exames.

⁶⁶ "Quem somos". Disponível em: <<https://jovemnerd.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

⁶⁷ Que se faz em vários suportes, como textuais, audiovisuais e sonoros.

⁶⁸ *Manhattan Connection* foi um programa de TV do grupo Globo que visa falar de política e economia em uma perspectiva liberal de Direita. Em 2021 se tornou parte da rede TV Cultura.

Recentemente, em 2021, as membras do *Nerdcast*, Portuguesa e Sra. Jovem Nerd, fizeram seu próprio *podcast*, o *Caneca de Mamica* com o objetivo de mostrar uma visão feminina sobre os mais diversos assuntos. No mesmo ano surgiu o *Lá do Bunker*, *podcast* vinculado ao grupo Jovem Nerd e apresentado por Pedro Duarte e Priscila Ganiko.

O *Nerdcast* possui cerca de 1,5 milhão de ouvintes (*plays*) por episódio, conseguindo a marca de 1 bilhão de *downloads* em 2019, sendo o mais popular no Brasil⁶⁹, resultado que foi comemorado num episódio específico, número 699, "Um bilhão de downloads", que também serve de propaganda da amplitude e da influência da empresa para novos anunciantes.

Posteriormente, em 2014, uma empreitada diletante com foco em história conseguiu popularidade ao longo dos anos: o *TemaCast*, de Francisco Seixas, cujo objetivo é falar de histórias, biografias e cultura em geral⁷⁰. Desde sua fundação, o *TemaCast* tem sido o que mais apresentou temas históricos variados, tendo uma relação com mais de 130 episódios. Sua qualidade está em falar de temas pouco usuais da história, o que pode chamar a atenção de públicos mais curiosos. Em meio a essa variedade, encontram-se dois episódios sobre ditadura militar: o número 4, intitulado "Regime Militar" e o 33, "Corrupção na Ditadura".

Afastando-se das produções diletantes sobre história, as quais apresentam a temática de maneira eventual, emerge uma pergunta: e os *podcasts* específicos dessa área de conhecimento realizado por historiadores? Não foi possível encontrar *podcasts* neste sentido, salvo o já mencionado *História Online*. A *podosfera* contou com pouca participação de historiadores por um tempo relativo.

Aparentemente, a situação começou a mudar quando o *Debates sobre História* foi ao ar entre os anos de 2013 e 2014⁷¹, do *site Debate Histórico*, que não está mais disponível⁷². Por esta razão, ficou difícil encontrar informações sobre esse produto cultural e seus membros. Algumas poucas características referentes ao programa foram fornecidas por Raone Souza quando este discutiu especificamente o episódio 9 do *podcast*, "História, Ciência e verdade":

No programa dividido em três partes, os participantes comentam o livro "Verdades da Ciência e outras verdades" de Newton Freire-Maia. O programa tem parceria com a editora UNESP e segundo os participantes – Daniel MM, Douglas Fricke, Jorge Valpaços e Marcos Noriega – o objetivo do programa é discutir os "3 conceitos complexos para a produção do conhecimento histórico: história, ciência e verdade". Através dos diálogos é perceptível que

⁶⁹ Dados da pesquisa disponível: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2018/10/23/o-perfil-da-audiencia-de-podcasts-no-brasil.html>> Acesso em: 06 abr. 2020.

⁷⁰ Disponível em: <<http://temacast.com.br/wp/sobre-o-temacast/#>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

⁷¹ Lista de episódios disponível em: <<https://www.podbean.com/podcast-detail/j6tym-484ae/Debate-Hist%C3%B3rico-%C2%BB-Debates-em-Hist%C3%B3ria-Podcast>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

⁷² Encontra-se no *Facebook* uma comunidade com o nome Debate Histórico que reivindica o *podcast* em questão como seu. Porém, poucas são as informações sobre seus membros ou sua história. Disponível em: <https://www.facebook.com/debatehistorico/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 24 jan. 2022.

o “Debate Histórico” tem preocupações acadêmicas, ou seja, de discutir temas do ofício do historiador. No entanto, também existe uma preocupação com o público em geral que se manifesta na tentativa de aproximar conceitos e a temática do programa para os ouvintes. Por vezes as explicações tentam ser acessíveis (2016, p. 63 – 64)⁷³.

Outro exemplo de produção que envolveu historiadores para tratar de história na *podosfera* foi o *Fronteiras no Tempo*. Segundo Fernando Perli, o projeto foi iniciado “[...] em 2007, como um *blog* de postagens de conteúdo diverso, que transitava por temáticas de divulgação científica” (2021, p. 93). Mas a estreia do *podcast* se deu em 2014 com um episódio sobre a Segunda Guerra Mundial, gravado muito antes, em 2010. O atraso da publicação ocorreu devido ao pouco conhecimento de edição de seus criadores, gerando uma demora no prosseguimento do trabalho. Num primeiro momento, o episódio ficara com 6 horas de duração (SILVA; DA SILVA, 2017, p. 278 – 279), sendo posteriormente editado em dois episódios de uma hora e meia cada.

Fernando Perli assinala que, em 2014, o atual *site* do *Fronteiras no Tempo*

[...] entrou no ar com a publicação do episódio em plataforma *WordPress*. O processo complexo na produção de *podcasts* exigiu apoio especializado nas edições, que, ao longo dos anos chegaram a dezenas. Ademais, o *Fronteiras no Tempo* passou a produzir e divulgar, em vídeos e *podcasts*, o programa *Historicidade*, composto por entrevistas com historiadores e profissionais de outras áreas das ciências humanas. Seus idealizadores compreenderam que, para além do conteúdo em *podcast*, tornou-se necessária a identidade visual de cada episódio, divulgada por meio de redes sociais e de plataformas de compartilhamento em vídeos, o que contribuiu para a publicidade e o alcance de novos ouvintes (PERLI, 2021, p. 93).

O *Fronteiras no Tempo* é um *podcast* mensal de História realizado por historiadores profissionais e voltado para o público em geral. É apresentado por César Agenor Fernandes da Silva, doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e por Marcelo de Souza Silva, doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O programa conta também com a participação de Willian Spengler, pós-graduado pela UFRJ, e do publicitário Augusto Carvalho (S/D, *on-line*)⁷⁴. De acordo com a página do *Fronteiras no Tempo*, César se dedica “ao estudo da História da Imprensa e da Ciência no Brasil do século XIX. Leciona, desde 2004, em instituições de ensino superior e de educação básica”. E, por sua vez, Marcelo é professor da “Universidade Federal do Triângulo Mineiro [...] onde se dedica às aulas de História do Brasil Colonial, América Colonial [...] além de trabalhar com temas de

⁷³ Não foi possível verificar, com acuidade, a relação dos participantes citados por Raone com a História enquanto disciplina.

⁷⁴ Disponível em: <<https://fronteirasnotempo.com/quem-somos/>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

pesquisa voltados para a ação da Justiça Criminal e a criminalidade no Brasil nos séculos XIX e XX” (S/D, *on-line*)

Como dito por César Agenor Fernandes da Silva e Marcelo de Souza Silva, a intenção do trabalho é "aproximar o público que gosta de História com a maneira como o conhecimento histórico é pensado e construído" (S/D, *on-line*)⁷⁵. Os apresentadores também eram ouvintes desse tipo de mídia e esclareceram a importância desse contato com *podcasts* para que o conhecimento histórico produzido na universidade se torne mais acessível. Segundo eles, o *Fronteiras no Tempo*:

[...] nasceu quanto [*sic*] notamos a possibilidade de poder falar para um público interessado, somada à percepção da necessidade de que o conhecimento produzido por profissionais da área ultrapassasse os muros da academia de forma acessível e palatável para pessoas que optaram por outros caminhos de formação e, até mesmo, aos jovens que estão iniciando seus estudos em história, tanto no ensino superior quanto na educação básica de nível médio (SILVA; DA SILVA, 2017, p. 277).

Na produção do *Fronteiras no Tempo* é marcante o impulso pela história pública, pelo sentimento de que há a necessidade de conversar com um público fã de história de maneira mais despojada, ao mesmo tempo em que se considera o acúmulo de conhecimento criticável da academia. Inclusive, para dar ares de informalidade, os historiadores usam os apelidos "C.A" (César) e "Beraba" (Marcelo), para romper com as marcas acadêmicas que afastam o público (SILVA; DA SILVA, 2007, p. 278).

A manutenção financeira do *Fronteiras no Tempo* conta com o *Padrim*, página virtual que permite aos projetos cadastrados receber ajuda de internautas. Os ouvintes do *podcast*, padrinhos do *Padrim*, podem contribuir diretamente com os produtores. Os sistemas de financiamento coletivo são boas fontes para se investigar os públicos *podcastais*. A ajuda pode ir de 5 a 50 reais, tendo as categorias “Sou um(a) entusiasta da história”; “sou um(a) amante da história”; “sou um(a) guardião(ã) da história”; “sou uma cavaleira/cavaleiro”; “lorde/lady do *Fronteiras no Tempo*” e “mecenas do *Fronteiras no Tempo*”⁷⁶.

Além do *site*, o *Fronteiras no Tempo* possui conta no *Twitter*, *Facebook*, um grupo no *Whatsapp*, como canais para manter diálogos com públicos mais diversos nas redes sociais. Deve-se acrescentar que possuem um *podcast* focado em entrevistas, denominado de *Historicidade*, áudios retirados de *videocasts*, ou seja, entrevistas gravadas. Na relação apresentada no *site*, o episódio 9 do *Historicidade* tem o título "Histórias da Ditadura Civil-militar", com a entrevista da jornalista e professora Lúcia Maria de Melo, que conta a história

⁷⁵ Disponível em: <<https://fronteirasnotempo.com/sobre/>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

⁷⁶ Disponível em: <<http://fronteirasnotempo.com/padrim/>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

do navio prisão Raul Soares, na cidade de Santos. Dos *podcasts* identificados nesta dissertação, este é o que mais trabalhou o tema da ditadura militar.

Vale lembrar que, no mesmo ano de 2014, entrou no ar o *podcast História: Colégio e Vestibular de A a Z*, com o foco direcionado para estudantes em preparação para a prova do ENEM⁷⁷.

Outra experiência de produção de *podcasts* foi a parceria, a partir de 2015, entre amigos que cursavam o mestrado profissional em História, o ProfHistória, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da UFRJ, que gerou o *podcast Sobre História*⁷⁸. Os seus idealizadores foram Mariana Mendes Lins, Fernanda Pereira de Moura, Lícia Gomes Quinan, Karla Rodrigues da Costa, Raone Ferreira de Souza e Daniel Carvalho Pereira. Estes dois últimos trabalharam o *podcast* em suas dissertações de mestrado profissional em História (SOUZA, 2016, p. 68).

O *Sobre História* foi elaborado sem fins lucrativos e nasceu da:

[...] necessidade percebida por todos de levar o debate historiográfico para um grande público, em seu geral afastado da Academia e em muitos casos até da Escola. É um projeto completamente gratuito, sem fins lucrativos, com intuito educativo e de divulgação científica. O projeto de um *Podcast* sobre História feito por historiadores que estão em sala de aula na Educação Básica se estrutura dentro de uma perspectiva de reflexão epistemológica dentro e para o campo do Ensino de História, dialogando também com as discussões do campo da História Pública (SOUZA, 2016, p. 69).

Considerando ser um *podcast* empenhado em dialogar com um público amplo e que ao mesmo tempo incorpora a reflexão sobre o Ensino de História, Raone Souza acrescenta que:

Com o objetivo de discutir problemas de natureza histórica a partir das demandas do presente o *Sobre História* é um *podcast* fundado a partir das discussões sobre o lugar do historiador em meio às novas tecnologias de informação, sua inserção na sociedade como referência em assuntos de natureza histórica e na sua atuação como produtor de conhecimento histórico. O *podcast* tem apresentado temas relevantes para a sociedade, partindo do pressuposto de que pensar historicamente é um fenômeno inerente ao ser humano e não algo exclusivo da academia. O objetivo é discutir sobre história de forma acessível a todos os públicos interessados no tema de maneira sempre embasada e ancorada nos pressupostos teóricos da historiografia (2016, p. 11).

O *Sobre História* teve um caráter experimental, uma vez que as produções no mestrado profissional de seus idealizadores foram concomitantes à produção do *podcast*. Sua proposta

⁷⁷ Disponível em: <https://archive.org/details/podcast_histria-colgio-e-vestibular_932966127>. Acesso em: 08 out. 2021.

⁷⁸ Disponível em: <<https://soundcloud.com/sobrehistoriapodcast/sh-01-mae-vou-fazer-historia>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

foi dialogar com temáticas do tempo presente, da vida dos ouvintes, e abordá-las historicamente.

Adiciona-se aos *podcasts* de história apresentados, o *Fronteiras Invisíveis do Futebol*, produzido em 2015 com a proposta de conciliar história e esporte, dos membros do *Xadrez Verbal*, organizado por Filipe Figueiredo, graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP) em parceria com Matias Pinto. Seu primeiro episódio pode ser encontrado no *site* agregador *Central 3* e trata da história da região da Galícia espanhola.

Depois desses exemplos de história *podcastal*, parece existir um fosso entre 2015 e 2018 quanto à criação, por historiadores com formação, de programas dedicados à história. Somente em 2018 foi possível encontrar iniciativas, como o projeto *Ogro Historiador*⁷⁹, trabalho conjunto de historiadoras e historiadores, como Natália Candida dos Santos Personi, Neide Célia Ferreira Barros, Flávio Justino Rosa, Gustavo Oliveira Brito dos Santos, Hugo David Gonçalves, Thiago Damasceno Pinto Milhomem e Wendryll José Bento Tavares (OGRO HISTORIADOR, S/D, *on-line*)⁸⁰.

O nome do *podcast* é uma homenagem a Marc Bloch, numa referência à clássica passagem do livro “Apologia da História ou o ofício do historiador”, em que historiadores são comparados ao ogro, “onde fareja carne humana sabe que ali está a sua caça”. Segundo os elaboradores, o *podcast* se iniciou em 2019:

Nosso *site*, no ar desde 2018, procura ampliar o debate sobre História na *Internet* e até então fazíamos textos para isso. No fim de 2019 lançamos o *Podcast* do *Ogro*, para diversificar os debates e oferecer um conteúdo mais acessível e flexível pra você. Todo esse conteúdo é produzido para contribuir com o debate público sobre diversos temas e também para difundir o conhecimento histórico. Dessa forma acreditamos colaborar para melhorar a qualidade das reflexões sobre os problemas cotidianos que enfrentamos em nossa sociedade (OGRO HISTORIADOR, S/D, *on-line*).

O *Ogro Historiador* tem uma variedade de conteúdo para os visitantes, desde textos de análises históricas, até vídeos ao vivo no *YouTube* com entrevistas e bate-papos. O *site*, inclusive, inova ao indicar acervos para pesquisa, como a página da Biblioteca Nacional, além de recomendar livros de história para leitura.

Chama atenção a crítica que o *Ogro Historiador* faz da forma como a história tem sido apresentada na *Internet* e a situação político-social do Brasil:

Sabemos que a estrada é longa e que o nosso trabalho na produção de conteúdo é árduo e construído aos poucos. Mas em um cenário repleto de desinformação, anticientificismo e ameaças constantes de autoritarismos, é

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.ogrohistoriador.com/podcast>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.ogrohistoriador.com/equipe>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

muito importante não desistirmos de entregar um conteúdo que vai na contramão de tudo isso, ou seja, que busque informar os ouvintes a partir de critérios científicos e comprometidos com valores democráticos. Todo esse trabalho que fazemos desde 2018 tem custos que têm saído do bolso da equipe. Nossa intenção ao abrir a campanha para assinantes no Catarse é podermos pagar as despesas recorrentes do projeto (*site*, domínio e hospedagem do *feed* do *Podcast*) e fazê-lo crescer. Portanto, se em algum momento o valor arrecadado superar os valores das despesas, vamos investir o restante em melhorias para o *Ogro*, tais como equipamentos, recompensas para os nossos contribuintes, entre outras (OGRO HISTORIADOR, S/D, *on-line*)⁸¹.

Em 2018, veio ao ar o *Historiante*, *podcast* da revista de mesmo nome que conta com a participação de vários profissionais da história⁸² e comumente apresentado por Pablo Michel Cândido Alves de Magalhães, mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e Cléber Roberto da Silva Carvalho, graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE)⁸³. Como consta na página do *Historiante*, em espaço dedicado para financiamento coletivo denominado de *Apoia.se*, o projeto está em atividade

Desde Julho de 2011 [e] o nosso propósito é apenas um: falar sobre História e sobre as Ciências Humanas em geral de modo simples, democrático e ético. E nessa caminhada, pudemos contribuir com os estudos e com a vida de milhares de alunos e alunas em vários cantos deste país. De um portal passamos a um canal no *YouTube*; a expansão fez com que produzíssemos conteúdo para mídias sociais e, recentemente, enveredamos pela *podosfera* com nossa família de *podcasts*! (S/D, *on-line*)⁸⁴.

Dos *podcasts* tratados até aqui, o *Historiante* é o único que possui uma revista de história em formato de *e-book*. O *site* conta com material didático para os internautas e artigos de opinião.

Deste mesmo grupo se originou o *podcast Correspondente de Guerras* focado nas histórias militares⁸⁵. Os episódios procuram se passar por transcrições de batalhas, desde Stalingrado, na Segunda Guerra Mundial, até a Guerra de Canudos no sertão da Bahia. A narração é feita pelo historiador Cleber Roberto da Silva Carvalho, participante do *Historiante*, e conta com uma edição que acompanha a narrativa, procurando causar uma estrutura de enredo sonora.

Outro *podcast* que se iniciou em 2018 foi *História Liberta!*, de Rodrigo Teixeira, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Oriundo das páginas do *Facebook* e

⁸¹ Informações disponíveis em: <<https://www.catarse.me/ogrohistoriador>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

⁸² Os membros do *Historiante* podem ser encontrados em: <<https://ohistoriante.com.br/conselho.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

⁸³ Disponível em: <<https://ohistoriante.com.br/podcast.html>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

⁸⁴ Disponível: <<https://apoia.se/historiante>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

⁸⁵ Disponível em: <<https://ohistoriante.com.br/podcast-correspondente.html>>. Acesso em 25 jan. 2022.

do *Instagram*, contando com um canal no *YouTube*⁸⁶, o projeto de divulgação histórica tem como objetivo discutir uma educação libertadora na área de história.

Nesta mesma onda de *podcasts* de história, também veio o *ClioCast* do site *Clio: História e Literatura*⁸⁷. Com poucas informações e sem dar crédito especial à algum nome específico, o *Clio* traz os seguintes dizeres na página “Quem somos”:

Ainda durante minha graduação como historiador sempre enxergava a falta, o vácuo, que a divulgação do conhecimento histórico causava na sociedade e na cultura de forma geral, não era incomum em rodas de amigos ou familiares exteriores e alheios aos muros acadêmicos ouvir continuamente chavões e lugares comum tanto sobre a história, o passado, a memória e diversos outros temas desse campo do conhecimento tão rico, vasto e dinâmico. Foi então que surgiu o desejo de fazer alguma forma de divulgação do conhecimento histórico, seja através de textos, vídeos ou imagens (S/D, *on-line*)⁸⁸.

Na coluna “Nossa equipe” são apresentados alguns nomes de colaboradores do *Clio*. O primeiro é Bruno Rosa, formado em História pelo Centro Universitário FMU que, pela quantidade de participação no site, no *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e no canal do *YouTube*, aparenta ter sido o primeiro idealizador do projeto. Há ainda Gustavo do Nascimento Silva, também formado pela FMU⁸⁹. Outros membros ou colaboradores do *Clio* aparecem nos vários vídeos presentes no canal do *YouTube*, como Mônica Tortorette⁹⁰, formada em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Uma maior profusão de *podcasts* de história ocorreu no ano de 2019, com o engajamento de historiadores formados em universidades brasileiras. Algumas instituições de ensino superior expandiram suas atividades na *podosfera*. Por iniciativa do Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino em História (LPPE) da UERJ, surgiu o *podcast História Presente*, sendo um projeto de extensão. O *História Presente* conta com parcerias de outras Universidades, como o *podcast Mundo Visto do Sul*, da UFRJ.

Pelas informações do canal no *YouTube* do *História Presente*, o laboratório é coordenado por Jacqueline Ventapane Freitas, mestra em História Política pela UERJ, e o projeto tem como objetivo usar as novas tecnologias de informação como “[...] espaço de discussão de múltiplos temas de interesses não apenas pertinentes ao campo da história, mas dos aspectos abrangentes da constituição da cidadania, como exercício educativo e como espaço de pluralidade, construindo conteúdos que podem ser usados no ensino das disciplinas de

⁸⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCZiHwtWsEw9ETChBOQuTy5g>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

⁸⁷ Disponível em: <<https://cliohistoriaeliteratura.com/podcasts/cliocast/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

⁸⁸ Disponível em: <<https://cliohistoriaeliteratura.com/quem-somos/sobre/>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁸⁹ Isto segundo as informações no vídeo “Gustavo Nascimento, afinal, por que estudar História?”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QVwOzKbb9Dg>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FAwFqC8bH2M>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

história e outras” (LPPE-UERJ, 2021, *on-line*)⁹¹. O projeto conta com uma variedade de categorias quanto aos temas do *podcast*, sendo eles: *Mulheres no mundo*; *Notas sobre historiadoras*; *Ideias e intelectuais pan-africanos*; *Militantes libertárias e libertários*; *História e literatura no vestibular*; *cosmogonias decoloniais: caminhos de Abya Yala*; *Diálogos em Sul Maior*; *Debates e Anarquismo*.

Profissionais da História se engajaram em diferentes programas, dentre eles, Douglas Nunes, jornalista e graduado em História pela Estácio de Sá, Universidade privada no Rio de Janeiro⁹², que criou o *podcast Outro Lado da História*. Em seu canal no *YouTube*, o trabalho foi descrito como tendo “[...] foco em temas e personagens ignorados pela ‘história oficial’”. Um espaço dedicado a mostrar números relacionados a desigualdade, o racismo, a homofobia, o machismo e outros problemas sociais no país” (OUTRO LADO DA HISTÓRIA, S/D, *on-line*)⁹³. Nota-se que o objetivo do *Outro Lado da História* é apresentar ao público amplo questões sociais, demonstrando os personagens apagados da história ou, na expressão conhecida da área, propõe-se uma “história vista de baixo”.

Preocupado com um programa de cunho social semelhante ao *Outro Lado da História*, tem início o projeto *Escuta História Podcast*, proposto por Eric Marques Martins, Felipe Eduardo Kuhl Anastácio e José Paulino Figueiredo Neto, formados em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá⁹⁴. Conforme a página na *Internet*:

O objetivo do *Escuta História Podcast* é produzir episódios inspiradores para estimular a curiosidade sobre História, Política, Educação e as demais Ciências Humanas. Focado em episódios que buscam levar conteúdo acadêmico a públicos mais amplos por meio de uma narrativa embasada e agradável [...] (S/D, *on-line*)⁹⁵.

Seu programa trata de temas sociais, ligados às esquerdas e de um conteúdo expressamente antifascista. Peculiar é o *link* para um *site* chamado “*podosfera antifascista*”, fora do ar no momento da escrita desta dissertação⁹⁶. Os programas vão desde a temática “Palestina Livre” até “Torcedores antifascistas: Uma conversa sobre futebol, política e Corinthians”. Isso fica mais caracterizado em sua página no *Apoia.se*, onde se lê:

⁹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W_DWVGVexRY>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁹² Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/douglasnunes12>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/OutroladodaHist%C3%B3ria/about>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁹⁴ Segundo dados do *site*: <<https://escutahistoria.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

⁹⁵ Disponível em: <<https://escutahistoria.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

⁹⁶ Possível encontrar o *link* em: <<https://escutahistoria.wordpress.com/2020/05/29/episodio-10-palestina-livre-parte-01-introducao-ao-tema-e-panorama-geral-com-experiencias-pessoais-e-apelo-emocional/>>. Acesso em: 26 jan. 2022. E mais informações podem ser vistas em: <<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/post/2020/01/25/podosfera-antifascista/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

O *Escuta História* é um *podcast* antifascista. O *Escuta História Podcast* está no ar desde o início de 2019, e tem como objetivo construir de forma coletiva uma História decolonial e antifascista. Focado em episódios que buscam levar conteúdo acadêmico a públicos mais amplos por meio de uma narrativa embasada e agradável (ESCUTA HISTÓRIA PODCAST, S/D, *on-line*)

Outra iniciativa importante foi a de Thiago André, graduando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que lançou o *História Preta*, programa voltado para contar a história de personagens negros na história do Brasil, trazendo à tona temas silenciados pela história tradicional. Seu programa veio de uma situação conturbada, segundo ele, em entrevista ao Cochicho, *site* que propõe um espaço colaborativo entre *podcasters* narrativos:

Eu fazia graduação em História na Universidade Federal de Pelotas quando, de repente, fui transferido de sede no meu trabalho. Isso implicava em mudar de cidade e, conseqüentemente, trancar meu curso. Pessoas na mesmo [*sic*] situação que a minha puderam solicitar transferência de matrícula para uma outra universidade federal na cidade de destino, o problema é que na minha cidade de destino não tinha Licenciatura em História nas universidades públicas. Eu me senti sem rumo, muito frustrado. Foi como se me tirassem tudo isso. Foi aí que resolvi criar o *História Preta*, porque através do *podcast* eu poderia continuar pesquisando sobre a história negra, poderia falar sobre isso com outras pessoas negras e me manter conectado com a nossa comunidade (apud CARVALHO, 2020, *on-line*)⁹⁷.

O intuito do *História Preta* é “manter viva a memória histórica da população negra no Brasil e no Mundo” (ANDRÉ, S/D, *on-line*)⁹⁸. A forma de apresentação deste *podcast* se caracteriza pela delimitação de um “problema” e a escolha de um personagem negro para conduzir o enredo, como se vê:

[...] eu queria falar sobre a história social do *Blues*, mas falar sobre isso apenas com grandes acontecimentos e datas históricas é pouco atrativo. Então, chamei Robert Johnson para ser o fio condutor da minha história. Ele era um sujeito de pouco talento musical que ganhou habilidades inimagináveis com o violão após um suposto pacto com o Diabo numa encruzilhada. Viu? Aposto que você quer saber um pouco mais sobre ele! (apud CARVALHO, 2020, *on-line*)

Segue-se para pesquisa sobre a bibliografia elementar sobre o tema escolhido, usando a busca no *Google Acadêmico*, e elaborando um roteiro (idem, 2020, *on-line*). Seus programas vão desde a musicista Chiquinha Gonzaga até a temática do “negro no futebol brasileiro”. Thiago André reconhece seu trabalho como uma tomada de espaços para o reconhecimento da história das negras e dos negros no Brasil. Ele destaca, coerentemente com as *Podpesquisas* já mencionadas, que a *podosfera* é predominantemente branca.

⁹⁷ Disponível em: <<https://cochicho.org/thiago-andre-historia-preta/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

⁹⁸ Disponível em: <<https://apoia.se/historiapreta>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Fazer um *podcast* narrativo tendo a história negra como centro é uma maneira de ocupar um espaço majoritariamente embranquecido. Fizemos isso no *YouTube*, no *Instagram*, no *Medium*, no *Twitter*, nos livros e, agora, também no *podcast*. A meta é que você entre em qualquer canal de comunicação e encontre um preto falando sobre negritude com excelência, mas com tanta excelência, que vai ser impossível ser ignorado (CARVALHO, 2020, *on-line*).

Data da mesma época os *podcasts História No Cast*, oriundo da página *História No Paint*⁹⁹, de Leandro Marin, graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)¹⁰⁰. O projeto teve seu início no *Facebook* com o intuito de elaborar e divulgar memes¹⁰¹ de história como um *hobbie*. Quando começou, em 2016, seu primeiro intento era o entretenimento, porém, com o passar do tempo, tornou-se um projeto de divulgação histórica voltada para o ensino com a disponibilização desses produtos culturais.

Leandro Marin defende o uso dos memes e de demais recursos digitais para o ensino de história. Em entrevista concedida à Rede Brasil Atual, rede de notícias criada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Marin defendeu que:

Numa sociedade em que se disputa a atenção dos jovens, contra *YouTube* e jogos, é uma forma de fisgá-lo. Esse material pode fazer o estudante se inteirar melhor com a matéria porque quebra a barreira entre a sociedade e o conhecimento acadêmico, o que sempre pareceu algo difícil. Facilitar a linguagem da academia possibilita que todos absorvam melhor as ideias (apud MASCARI, 2020, *on-line*)

A necessidade de um *podcast* próprio surgiu como um complemento das atividades propostas pelo *História No Paint*, para expandir o público diletante do conteúdo. Conforme Leandro Marin: “Se faço uma imagem sobre Getúlio Vargas e as pessoas se interessam mais sobre, o *podcast* virou um meio para entenderem melhor o assunto. Não dá para falar sobre o tema todo em um meme, então o *podcast* virou um complemento” (Idem, 2020, *on-line*).

E o projeto ambicionou uma ampliação de áreas de conhecimento para compor *História no Cast*, como se pode perceber em informações do Apoia.se:

A *História No Paint* começou com uma brincadeira e ao longo dos anos começou a se tornar algo sério. Até agora, o ápice desse projeto é o *História No Cast*, um *podcast* de História que hoje está entre os 100 mais escutados do *Spotify* Brasil e é o número um da plataforma na temática histórica. Essa sendo desenvolvido um projeto mega ambicioso, difícil complexo e acima de tudo: caro. Em breve, o *História No Cast* vai se transformar em uma iniciativa que irá abranger quase todos os segmentos das ciências humanas: História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Direito etc. Pessoas poderão escutar

⁹⁹ Disponível em: <<https://www.historianopaint.com/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

¹⁰⁰ Segundo sua entrevista em: <https://www.youtube.com/watch?v=DIgtw_GzNOU>. Acesso em: 26 jan. 2022.

¹⁰¹ Imagens e conteúdos que se espalham com facilidade na internet, entrando no jargão popular.

profissionais na área falando de temas mega importantes, algo que dificilmente se encontra pela internet. É um sonho, mas eu não consigo fazer isso sem ajuda financeira. Afinal., sou apenas um estudante de História (HISTÓRIA NO PAINT, S/D, *on-line*)¹⁰².

Outra produção *podcastal* de 2019 foi a iniciativa *A História da Sua Aprovação*¹⁰³, de Fábio Catani, graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)¹⁰⁴, com o intuito de preparar alunos para o ENEM. Catani tem como atividade o ensino de cursos preparatórios para vestibulares e o ENEM, pela empresa MOTTOLA, cuja ação profissional se caracteriza pela venda de aulas por disciplina. O *podcast A História da Sua Aprovação* pode ser encontrado no *Spotify* e apresenta tanto temas históricos quanto filosóficos.

O portal de divulgação científica de História, o *Café História*, idealizado por Bruno Leal Pastor de Carvalho, doutor em História Social pela UFRJ, decidiu expandir seu conteúdo para o suporte *podcastal* em 2019, originando o *podcast Café História*¹⁰⁵. Segundo seu idealizador, Bruno Carvalho, o *site* passou por diversas transformações:

[...] Por volta de 2016, tomei a decisão de desenvolver um projeto na Internet que pudesse construir uma ponte entre História e a Comunicação. Na época, fiz como muitos dos que se arriscam em projetos de conteúdo *online*: me aventurei na dinâmica de “tentativa e erro”. Experimentei diversos formatos, de comunidades virtuais em plataformas como o *Orkut* e *blogs* pessoas em plataformas como o *Blogger*. Nenhum desses empreendimentos obteve êxito. Em 2007, conheci uma tecnologia que parecia corresponder às minhas expectativas: a plataforma *Ning* (CARVALHO, 2019, p. 107).

Utilizando o *Ning*, plataforma intuitiva e colaborativa, o portal *Café História* foi lançado em janeiro de 2008, com dois objetivos: divulgar o conhecimento historiográfico produzido pelos departamentos de pós-graduação para um público amplo e oferecer um espaço democrático para troca de ideias entre alunos, pesquisadores e professores de história (CARVALHO, 2019 p. 108).

[...] entre 2008 e 2016, o *Café História* se apresentou como uma rede social para divulgação histórica. Em 2017, diante da desatualização do *Ning* num contexto de desgaste de espaços virtuais colaborativos na construção do conhecimento, “marcado por discurso de intolerância, pelo denunciamento, pelas *fake news* e pela manipulação das emoções”, o *Café História* foi transferido para a plataforma *WordPress*, tornando-se um amplo portal de divulgação científica de história, com inserção semanal de conteúdos gratuitos e exclusivos. Na transição, o *site* passou a ter em sua administração a subeditora Ana Paula Tavares Teixeira, jornalista pela UERJ e mestre em História pela FGV (PERLI, 2021, p. 90).

¹⁰² Disponível em: <<https://apoia.se/historianopaintcom>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

¹⁰³ Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/3SxL629Zm05H8vYTfeaTh8>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

¹⁰⁴ Segundo informações do *site*: <<https://fabiocatani.com.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/mini-podcast-cafe-historia/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

O *Café História*, então, expandiu-se para o *Twitter* (2009), *Facebook* (2010) e criou um canal no *YouTube* em 2013, o *Café História TV* (PERLI, 2021, p.91). Seis anos depois, surgiria seu primeiro *podcast*. Este se caracteriza por explicar questões conceituais de História e, em seu novo modelo, a narração dos artigos do *site* pelos seus próprios editores (CARVALHO, 2021, *on-line*)¹⁰⁶.

A Associação Nacional de História (ANPUH-BRASIL), entrou na *podosfera* com seu programa chamado *Historiador explica, Historiadora explica*¹⁰⁷. A ANPUH, associação criada em 1961, atualmente, “tem por objeto a proteção, o aperfeiçoamento, o fomento, o estímulo e o desenvolvimento do ensino de História em seus diversos níveis, da pesquisa histórica e das demais atividades relacionadas ao ofício do historiador” (ANPUH BRASIL, S/D, *on-line*)¹⁰⁸. Empenhada em promover a História, organiza simpósios, debates e publica as revistas *História Hoje* e a *Revista Brasileira de História*. Quanto ao seu *podcast*, *Historiador explica, Historiadora explica*, em canal no *Youtube* é esclarecido que:

(...) é um projeto da Associação Nacional de História ANPUH-BRASIL que tem como objetivo aproximar historiadores de formação de um público não especializado em torno de temas do cotidiano que envolvam conteúdo histórico. Em tempos de desinformação, o projeto busca valorizar a pesquisa e o conhecimento de qualidade produzidos em nossas escolas, universidades e outros espaços de saber. O projeto envolve a publicação de pequenos textos, mas também incentiva o uso de plataformas audiovisuais (ANPUH BRASIL, 2020, *on-line*)¹⁰⁹.

O *podcast* tem como premissa trazer uma historiadora ou historiador para discutir brevemente sobre algum assunto de sua área. Note-se que o primeiro episódio é elucidativo para esta pesquisa: trata-se das “ameaças de reedição do AI-5”, referindo-se a ditadura militar brasileira, apresentado por Claudia Wasserman, professora titular da UFRGS. O episódio é, expressamente na voz de Wasserman, uma resposta à declaração do deputado Eduardo Bolsonaro insinuando uma possível reedição do Ato Institucional nº 5 caso a esquerda

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/podcast-do-cafe-historia-e-relancado-em-novo-formato/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

¹⁰⁷ A data no *site* da Anpuh do primeiro episódio remete ao ano de 2020, no entanto, a data do mesmo episódio no *Spotify* remete ao final de 2019. Por isso foi listado aqui. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/programas-de-pos-graduacao-em-historia/5/item/5736-claudia-wasserman-explica-as-ameacas-de-reedicao-do-ai-5-historiadora-explica-ep01>>. Acesso em: 26 jan. 2022. Ver também: <<https://open.spotify.com/show/4FpViIpc95B46GeuF3RH0y>>. Acesso em: 09 nov. 2021

¹⁰⁸ Estatuto da Anpuh Brasil disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/estatuto-da-associacao>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/programas-de-pos-graduacao-em-historia/5/item/5736-claudia-wasserman-explica-as-ameacas-de-reedicao-do-ai-5-historiadora-explica-ep01>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

“radicalizar” (DECLARAÇÃO..., 2019, *on-line*). Apreende-se que a temática da ditadura militar brasileira se tornou muito presente na sociedade brasileira e repercutiu na *podosfera*.

Ainda sobre a temática, o *podcast* da ANPUH lançou em seu episódio número 5, “Negacionismo e revisionismo”, apresentado por Alexandre Avelar, professor pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E o assunto é iniciado por Avelar através de uma fala de Jair Bolsonaro sobre o ENEM, em que este, ao se referir à falta de perguntas sobre ditadura militar na prova, afirma que a razão disto é que “não houve ditadura” (HISTORIADOR EXPLICA, 2019, *on-line*)¹¹⁰

Outro *podcast* de relevância para esta dissertação é o *História FM*, lançado em 2019 com o tema “Jogos Históricos: de Roma à Segunda Guerra”¹¹¹. O *História FM* é um *podcast* do portal *Leitura ObrigaHISTÓRIA*, criado por Icles Rodrigues, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No início, o *Leitura ObrigaHISTÓRIA* era um *blog* de resenhas de livros de historiadores. O intuito de Rodrigues era divulgar o conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que ajudava nas leituras de sua graduação na UFSC. O *blog* teve certa publicidade através do mecanismo de busca do *Google*, onde apareceu, durante um tempo, entre os primeiros mais relevantes na pesquisa de autor e obra.

Com o passar dos anos, ao ver experiências de canais de divulgação científica no *YouTube*, Rodrigues foi motivado e, em 2015, migrou o *Leitura ObrigaHISTÓRIA* para a plataforma de vídeos. Duas influências foram especiais para o projeto de divulgação histórica: o *Canal do Pirula* e o *Xadrez Verbal*. O primeiro, do paleontólogo graduado na Mackenzie, de São Paulo, com doutorado em Zoologia pela USP. O segundo, comandado por Felipe Figueiredo, formado em História, também pela USP (RODRIGUES, 2019, p. 81). Com o objetivo de estabelecer canais de comunicação com públicos diversos, o *Leitura ObrigaHISTÓRIA* tornou-se página nas redes sociais, como *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, empenhando-se na divulgação do conhecimento histórico.

Em 2017, o *Leitura obrigaHISTÓRIA* fez parcerias com editoras que tinham o interesse de divulgar seus catálogos. Estas não interferiram no canal, que teve autonomia para decidir o que seria publicado. Além disso, novas integrantes vieram a participar do projeto: Luana Jales, na época, graduanda em História pela UFSC, ficou com o quadro "Mulheres na História"; e Mariane Pisani, doutora em Antropologia pela USP, com o quadro "Antropológica", que visa

¹¹⁰

Disponível

em:

<https://open.spotify.com/episode/05CzU7nslEd6bpF8WPnrsK?si=gVQ8H_27RXaWSbXjDy1glw&nd=1>. Acesso em: 27 jan. 2022.

¹¹¹ Disponível em: <<https://leituraobligahistoria.wordpress.com/tag/historia-fm/page/3/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

discutir as questões desta área de conhecimento (RODRIGUES, 2019, p. 83). Isto demonstra que o trabalho de divulgação científica exige uma colaboração entre seus pares. Com esta fórmula, no ano de 2019, o canal chegou à marca de 180 mil inscritos (RODRIGUES, 2019, p. 84).

Icles Rodrigues fornece pressupostos para se tratar de história pública na *Internet*: a definição de conceitos é importante e se apresenta como uma das principais dúvidas dos espectadores e ouvintes. Um *podcast* de história deveria levar em consideração essa discussão:

[...] os temas que mais interessam a um público mais amplo são aqueles que nós, acadêmicos, julgamos mais básicos e pouco merecedores de servirem como pauta para um vídeo completo. Conceitos como *Anarquismo*, *Comunismo*, *Socialismo*, *Capitalismo*, *Direita*, *Esquerda*, entre outros, são muitas vezes tomados como "óbvios". Nós, historiadores profissionais, nos esquecemos que, para além dos muros da academia, não necessariamente as definições corretas desses conceitos são populares. Em tempos mais recentes, ideias equivocadas como as de que "nazismo é de esquerda", "capitalismo é definido por trocas voluntárias", "anarquismo é um sistema de direita porque rejeita o Estado, e estatismo é coisa de esquerda", entre tantas outras aberrações óbvias para pessoas com formação na área de História ou Ciência Política se tornaram senso comum em muitos espaços virtuais, e tais percepções podem ser bastante nocivas à formação política dos indivíduos e grupos sociais (RODRIGUES, 2019, p. 86).

Dando enfoque à conceitualização, os vídeos mais populares do canal *Leitura ObrigaHISTÓRIA* são sobre conceitos históricos. O mais popular, "Como se definem Direita e Esquerda?", atingiu 414 mil visualizações até 23 de janeiro de 2019¹¹², muito em decorrência da polarização no recente cenário político brasileiro. O canal cresceu de 600 a 1300 inscrições diárias no período eleitoral de 2018, impulsionado pelo referido vídeo e outros, como "O que é Fascismo" e "Mussolini e a ascensão do Fascismo", num contexto de debate sobre a tendência fascista do então candidato Jair Bolsonaro (RODRIGUES, 2019, p. 84). Como se vê, as questões do tempo presente influenciam no que o público busca e isto é relevante para a análise de *podcasts*.

Conforme observado anteriormente, em 2019, o *Leitura ObrigaHISTÓRIA* criou o seu *podcast*, o *História FM*, com o objetivo de expandir a divulgação do conhecimento histórico. O *site* do *Leitura ObrigaHISTÓRIA* está se tornando um agregador de *podcasts* históricos, publicando as seguintes edições até a escrita desta dissertação: *História Noturna*; o *Colunas de Hércules*, focado em História Antiga; o *Historiconomia*, com o economista Gabriel Ursini; e o *Estação Brasil* com Ricardo Duwe, focado em História do Brasil.

¹¹² Tabela presente no artigo (RODRIGUES, 2019, p. 88).

Antenado aos dilemas da história do tempo presente no ofício dos historiadores, o *História FM*, em seu terceiro episódio, trouxe os “Revisionismos da ditadura militar” (2019) e outro, mais específico, sobre o guerrilheiro "Marighella: o guerreiro que incendiou o mundo" (2019), o que denotou uma preocupação inicial do projeto de divulgação histórica com temáticas da ditadura militar brasileira.

Para Icles, seu trabalho parte do pressuposto de que:

Mais do que entender o conteúdo histórico, é preciso que o público entenda o motivo pelo qual nem tudo se encerra no campo da “opinião”, e que nem todas as narrativas são válidas – deve-se atentar para o método, para o respaldo em fontes, evidências e análises de outros profissionais da área (RODRIGUES, 2019, p. 91).

Esses *podcasts* saíram no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, num ambiente de intensificação de discursos negacionistas da ditadura militar brasileira. O cenário de produção dos *podcasts* e o contexto das demandas do público estão atravessados pela polarização e os usos políticos do passado. Uma vez que o então presidente foi um divulgador do negacionismo histórico da ditadura militar, o *História FM* produziu um de seus primeiros *podcasts* com o objetivo de debater tal tema. Diferente dos outros tratados até aqui, este focou nos revisionismos e negacionismos sobre a ditadura militar.

Por fim, a inserção dos profissionais de história na esfera *podcastal* foi ascendente até um *boom* no ano de 2019, período em que os *podcasts* de maneira geral se tornaram uma mídia de grande aceitação.

2.2 A versão *podcastal* da história pública

Neste item, propõe-se apresentar a trajetória da história pública no Brasil e sua conseguinte versão *podcastal*. Compreende-se história pública como a relação entre um público não especializado em história e historiadores.

A história pública busca espaços públicos de comunicação para possibilitar o diálogo: entrevistas de TV; documentários históricos; novelas com temática histórica; quadrinhos; músicas; museus; programas de rádio; eventos comemorativos; *podcasts* e todos os meios que possibilitem a expansão do conhecimento histórico. Um dos fatores que colocam a discussão pública do conhecimento histórico como necessária é sua capacidade de ir contra as políticas de silenciamento da nossa sociedade latino-americana, a desvalorização das minorias. Pode se constituir como uma ferramenta de pesquisa e reescrita de narrativas que contribuam para "[...] colocar no cenário público grupos a quem se ignorava ou, no máximo, sobre quem se escrevia

a partir de estranhamentos culturais; tido como exóticos ou eternas vítimas, negando-lhes a capacidade de se contar e constituir a si mesmos como sujeitos" (ROVAI, 2018, p. 307).

Resumindo, história pública é a história que penetra no cenário público e político com uma capacidade de emancipação através da publicização do conhecimento histórico, onde vozes dos esquecidos da história podem se fazer ouvir. A história pública é um compromisso com a democracia na medida em que expande a participação política de vários setores da sociedade, contra práticas excludentes dos espaços públicos e dos direitos humanos (idem, 2018, p.308). Principalmente quando se trata da ditadura militar brasileira, em que esta impõe o silêncio. Daí a história pública poder ser um campo de denúncia das violências enquanto controle social legados pelo tempo.

Defende-se, aqui, que os *podcasts* correspondem a um dos mecanismos para promoção do conhecimento histórico e da democracia, por terem capacidade de fácil inserção na vida prática de públicos¹¹³ diversos, pois permitem que uma multiplicidade de pessoas possa ter contato com uma produção histórica que atenda às suas necessidades. O contato com a história por via *podcastal* abre a oportunidade de sujeitos mobilizarem sua consciência histórica¹¹⁴ para atender as necessidades de suas vidas. Isto inclui, a tomada da cidadania e a luta por participação democrática. Acredito que os *podcasts* atendam a demanda de um “lembrar ativo” que se exige da história pública em casos de violações de direitos humanos, pois se constituem em "meios de criação, armazenamento e circulação de múltiplas culturas e memórias" (ROVAI, 2018, p. 309) no mundo digital.

A história pública teve seu início na década de 1970 nos Estados Unidos, significando inicialmente uma alternativa para historiadores ganharem a vida fora das instituições de ensino, preparando estes profissionais para empregos em outras instituições, sejam públicas ou privadas. Iniciou-se com um curso de História Pública na Universidade da Califórnia (UC), em Santa Barbara. Segundo Smith (2018, p. 293), isso se deveu à falta de emprego para historiadores nas universidades, fazendo com que a UC Santa Barbara resolvesse preparar seus alunos para trabalhar em outras instituições.

As primeiras conferências nacionais sobre história pública aconteceram em 1978, na Arizona State University; e em 1979, na UC Santa Barbara. Em 1979,

¹¹³ A vida prática é a relação entre a ação (movimento de corpos ou de pregas vocais para falar) que o ser humano precisa realizar para manter e criar sua vida frente às contingências (processos não controlados pela vontade humana). A História também exerce sua função nessa vida prática como orientação para o agir. Essas concepções são retiradas das obras de Jörn Rüsen (2001; 2007a; 2007b; 2015).

¹¹⁴ Processo genérico pelo qual o ser humano interpreta o mundo através da articulação entre experiências vividas do passado, problemas atuais e expectativas para o futuro, basicamente, projetando a experiência do passado para o presente e futuro; tornando o tempo natural em tempo humano, capaz de ser interpretado e significado para orientação contra as contingências da vida. Com a consciência histórica se formam a identidade e a orientação para a vida prática (RÜSEN, 2001, p. 56).

em decorrência da segunda conferência, o Conselho Nacional de História Pública foi constituído como uma associação profissional que passou a organizar conferências anuais, a publicar um periódico com artigos tanto teóricos quanto práticos, a oferecer prêmios para os melhores projetos e publicações não acadêmicos e a promulgar diretrizes profissionais e éticas para historiadores atuando em museus, agências governamentais, empresas privadas ou como consultores (SMITH, 2018, p. 293)

Depois da década de 1980, a temática da história pública foi expandida em cursos de pós-graduação, criando características especiais em variados países de acordo com suas demandas. A história pública passou a se debruçar sobre políticas públicas, comemorações de efemérides, ensino de história, consultoria para filmes históricos, dentre tantas possibilidades. O debate se estendeu para o âmbito público em que o conhecimento histórico aparece: uma história feita para, com e pelo público (MAUAD et al, 2016, p. 12).

Segundo Frisch (2016, p. 58), na Grã-Bretanha o debate se fez em torno de uma história popular, bem como a exaltação turística do patrimônio cultural compartilhado. Na Austrália, discorreu-se sobre "[...] a necessidade da cultura colonizadora de estabelecer uma identidade nacional compartilhada e o engajamento daquela história feita por e para as comunidades indígenas que reivindicam cultura e história próprias" (FRISCH, 2016, p. 58). Na Itália, houve um papel dos governos locais tendo os festivais públicos como centrais. Nos EUA, recentemente, tem-se "reforçado os valores consensuais da classe média através da celebração da história comunitária e da história nacional", porém atravessada pelas críticas ao pressuposto da cultura nacional, apresentando a questão de "identidades de raça, classe, gênero e sexualidade" (FRISCH, 2016, p. 58).

No Brasil, como observado por Santhiago (2018, p. 325), os debates se desenvolveram a partir de 2011, quando ocorreu o primeiro curso de Introdução à História Pública, na USP. No ano seguinte nasceu a Rede Brasileira de História Pública (RBHP)¹¹⁵, que surgiu após o 1º Simpósio Internacional de História Pública, realizado também na USP. O 2º Simpósio ocorreu em 2014 (MAUAD et al, 2016, p. 12), realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), enquanto o 3º Simpósio ocorreu em 2016, na Universidade Regional do Cariri (URCA). O segundo curso de História Pública ocorreu somente em 2021 na modalidade *on-line*, por causa da pandemia de COVID-19.

Parte das concepções da história pública foi tomada dos estudos de história oral, uma vez que esta se preocupou com a construção do conhecimento de maneira dialógica, principalmente após a redemocratização, quando se intensificou a interlocução entre

¹¹⁵ De acordo com Ricardo Santhiago (2016, p. 27) a RBHP foi criada em Belo Horizonte, durante o evento "História Oral: Um lugar de intersecções", promovido pelo Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

historiadores universitários e a sociedade civil, sendo seguida pela educação histórica e a história digital no que se refere às áreas em que o público é sujeito ativo do processo (SANTHIAGO, 2018, p. 328).

A história pública tem se construído com o diálogo entre historiadores profissionais e o grande público de características diversas e etnicamente distintas da sociedade brasileira, numa perspectiva emancipatória¹¹⁶. No entanto, a história pública não é um campo disciplinar autônomo, nem seu conhecimento sobre o conteúdo da história é diferente. Ela é mais uma "comunidade de práticas", na expressão usada por Caroline Bauer (2018, p. 197).

Seu foco é pensar em práticas diversas e participativas para que o conhecimento histórico seja apresentado pelos diversos meios comunicativos de maneira reflexiva e, se possível, construído conjuntamente. Para exemplificar melhor a história pública, Ricardo Santhiago (2016, p. 28) fez uma tipologia elucidativa:

[...] a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de uma "autoridade compartilhada" é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo).

Mas por que esse impulso pela dimensão pública do conhecimento histórico? Ele é uma resposta à valorização e às demandas por história em ambientes públicos. A história no início século XXI teve um *boom* de publicações. Ana Paula Tavares e Bruno Leal Carvalho citam uma afirmativa do medievalista francês, Jacques Le Goff, que define a situação:

Se lançarmos um olhar pela imprensa, pelas revistas, pelos livros, pelos *mass media* como o rádio e a televisão, pelo número de obras históricas publicadas pelas editoras e pelas respectivas vendas, o triunfo da história é inegável; é uma realidade para a qual os próprios interessados não estavam preparados [...] desejaria fazer-lhe notar que, quando falei de êxito e de triunfo, falei da História e não do historiador (2019, p. 9).

Como salientou Huyssen (2000, p. 9), na transição dos séculos XX e XXI, ocorreu "a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais". Diferente do desejo pelo futuro, que teve relativa influência na modernidade e no século XX, o desejo pela memória ficou mais bem visto na década de 1960 no ambiente da descolonização e dos novos movimentos sociais em que emergiam a memória dos "outros" contra a memória "universal" e excludente. Ali, desejava-se demonstrar as histórias dos povos que haviam sido apagadas pela colonização. O debate se expandiu a partir

¹¹⁶ Esta é uma característica que foi apresentada na coletânea organizada por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Borges, intitulada "Que história pública queremos?", perceptível na escrita de diversos autores.

das reflexões e disputas teóricas na década de 1980 e 1990 acerca da memória do Holocausto / Shoah, vide a querela dos historiadores — a *Historikerstreit*¹¹⁷ — em que historiadores alemães entraram em disputa contra a argumentação revisionista promovida por Ernst Nolte¹¹⁸.

Nas últimas décadas, ainda para Huyssen, houve uma retomada do passado em diversas formas, como as modas retrô. Para o referido autor, nesses anos ocorreu a "comercialização em massa da nostalgia, automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento de romances autobiográficos [...] um canal totalmente voltado para história: *history channel*" (HUYSSSEN, 2000, p. 11 – 14). A explosão da memória e da história está ligada também a expansão da tecnologia e dos meios de comunicação no sistema capitalista devido a uma ultra comercialização em prol da acumulação, como Huyssen sintetizou: "O passado está vendendo mais que o futuro. Mas por quanto tempo, ninguém sabe" (2000, p. 24).

O que preocupa é que, oriundo desse desejo por história, torna-se mais complexa a diferenciação entre revisionismos/negacionismos¹¹⁹ e história metodizada. Com tais problemas, ocorre a necessidade de ir ao público. O perigo seria a ascensão de narrativas ilusórias, revisionistas e negacionistas tomarem o lugar da história enquanto ciência, como é o caso de interpretações sobre a ditadura militar brasileira.

Mas o que seria, então, “revisionismo” e “negacionismo”? A distinção é difícil e não possui um grande consenso, porém, uma melhor compreensão dos significados que ambos tiveram ao longo do tempo pode elucidar um pouco de suas características. Sem dúvida, o de mais simples entendimento e de mais fácil localização é o negacionismo, que surgiu como uma tentativa de negar crimes contra a humanidade.

O negacionismo está vinculado à negação dos crimes perpetrados pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial. Foram eles os primeiros a negar qualquer coisa envolvendo a “Solução Final”, leia-se, o extermínio dos judeus¹²⁰. Mas logo depois, diversos simpatizantes

¹¹⁷ Após a publicação do texto “O passado que não quer passar”, escrito por Ernst Nolte em 1986, ocorreu uma disputa entre historiadores. Nolte tentou dizer que o nazismo e a Shoah foram culpas do bolchevismo, pois havia uma suposta similitude entre “extermínio de classes” e “extermínio racial” nazista. Tentou igualar crimes de lugares diferentes para amenizar consciência alemã, culpando os soviéticos em primeiro lugar. Os alemães deviam ficar “em paz consigo mesmos” e deixar o passado passar. Outros pensadores se opuseram a tal concepção como o filósofo Jürgen Habermas, que denunciou essa tentativa de relativizar os crimes nazistas. Outros historiadores ficaram do lado de Habermas, como a Escola de Bielefeld: Hans-Ulrich Wehler e Jürgen Kocka; bem como Hans Mommsen, Martin Broszat, Heinrich August Winkler, Wolfgang Mommsen e Christian Meyer (DEMIAN, 2016, *on-line*).

¹¹⁸ Ernst Nolte (1923 – 2016) foi um historiador conservador alemão que estudou os fascismos.

¹¹⁹ O negacionismo histórico é uma parte do revisionismo histórico. Para entender o revisionismo histórico: (SOUTELO, 2009, p. 74 – 125; TRAVERSO, 2017, p. 27 – 37; SENA JÚNIOR, 2017, p. 41 – 77). Para o negacionismo histórico: (IGOUNET, 2000; VALIM, AVELAR, BEVERNAGE, 2021; MORAES, 2011). Sem prejuízo aos autores citados, acrescenta-se que o negacionismo e o revisionismo histórico se enquadram nas “Histórias abusivas”, como explicou Antoon de Baets (2013), ou seja, causam dano para a sociedade.

¹²⁰ O discurso de Posen realizado por Heinrich Himmler de 1943 — um dos raros documentos que sobreviveram sobre o genocídio — admite os crimes: “[...] Eu quero falar da liquidação dos judeus, da exterminação da raça

propagariam a mentira nazista. Um exemplo é o francês colaboracionista do nazismo – membro do Comissariado Geral nas Questões Judaicas (CGQJ, no francês) – Louis Darquier Pellepoix, que já dava declarações de negação ao genocídio judaico, isto é, o Holocausto/Shoah.

Como demonstrou Makchwell Narcizo (2012, p. 15 – 18), após a Segunda Guerra Mundial, o jornalista francês Maurice Bardèche começou a negar que houvesse ocorrido algum genocídio perpetrado contra os judeus pelos alemães. Ele era publicamente antissemita e suas amizades eram do círculo de amigos apoiadores do regime de Vichy e, após a morte de seu amigo, Robert Brassilach (julgado pelo crime de traição) após a libertação da França, Bardèche defende abertamente as mentiras nazistas. Segundo a historiadora francesa, Valérie Igounet, ele já chamava a sua empreitada de “revisãoismo” (2000, p. 53).

No entanto, quem começou a popularizar o negacionismo foi Paul Rassinier. Este foi um militante de esquerda preso nos campos de concentração Buchenwald e Dora (não de extermínio), gerando assim uma espécie de credibilidade à sua narrativa. Em seguida, um acadêmico francês, professor de Literatura Francesa, Robert Faurisson, tornou-se um dos militantes do negacionismo com grande destaque, colocando-o em debate público com artigos no jornal *Le Monde* nos anos de 1970. Ele foi o primeiro a dar um toque de pseudociência ao negacionismo, pois tentava argumentar com base em raciocínio lógico, mas sempre negou qualquer fonte contrária que derrubasse sua argumentação. E como Valérie Igounet provou ao longo de seu livro, “História do negacionismo na França”, toda a argumentação de Faurisson e demais negacionistas é apenas uma máscara para se esconder o antissemitismo (2000, p. 605 – 606).

Neste campo de autores negadores do genocídio judeu, o historiador francês Henry Rousso¹²¹ cunha no campo histórico o termo “negacionismo” para defini-los, uma vez que estes não estavam simplesmente revisando a história, mas sim a negando. Embora eles se autoproclamem como uma “escola ou historiografia revisionista”, são o oposto da História, copiando a superfície de apresentação histórica para gerar uma impressão de legitimidade, autoproclamam-se como historiadores, criam seus próprios institutos, mas, no conteúdo, são anticientíficos. É importante lembrar que foi na década de 1980 que se formou o *Institut for Historical Review* em Torrance nos EUA, organização que tem o intuito de publicar textos de autores negacionistas, como David Irving, que ficou famoso por processar a historiadora Deborah Lipstadt por esta criticar seu trabalho negacionista, processo esse que Irving perdeu.

judaica. [...] os judeus devem ser exterminados. Esse é o nosso programa e nós devemos aplica-lo” (apud IGOUNET, 2000, p. 361).

¹²¹ O termo aparece em seu trabalho: "Le syndrome de Vichy de 1944 à nos jours" (1987).

Se o negacionismo é facilmente identificável, o mesmo não ocorre com o revisionismo. Aparentemente, o termo está ligado aos debates ocorridos dentro da social democracia alemã e na Internacional Socialista em fins do século XIX. Refere-se à intervenção de Eduard Bernstein (1850-1932), sendo novamente conjurado nas controvérsias posteriores do movimento comunista ao longo do século XX, tornando-se praticamente sinônimo de “traição” (MELO, 2013, p. 50). “Revisionistas” supostamente eram aqueles que seguiram a interpretação de Bernstein sobre os escritos de Karl Marx.

Posteriormente, ressurgiu no campo do direito internacional, no âmbito do Tratado de Versalhes após a Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha foi considerada culpada por todos os males da guerra. O que provocou uma "guerra mundial de documentos", na tentativa de refutar a "imputação de culpa exclusivamente à Alemanha", que ficou chamado de "revisionismo alemão" (DÖPCKE, 2007, p. 124). Mas, durante a Guerra Fria, o termo será aceito e amplamente utilizado dentro do campo acadêmico. Há uma historiografia que tomou a alcunha de “revisionista”, mas que não se enquadra nas histórias abusivas de Antoon de Baets:

Na historiografia ocidental sobre a Revolução Russa de 1917, por exemplo, o termo “revisionismo” refere-se a um conjunto de trabalhos que a partir da segunda metade dos anos 1960 se opôs à interpretação ortodoxa/anticomunista dos *coldwarriors* estadunidenses, e se caracterizou pela introdução da história social (MELO, 2013, p. 50).

Essa historiografia fez uma revisão no sentido de sair da visão de mundo da Guerra Fria como padrão de sentido da história. Na historiografia da Guerra Fria, os revisionistas diferem da ortodoxia americana ao dizer que o papel da União Soviética na guerra foi defensiva (MUNHOZ, 2020, p. 23)¹²². Desta forma, o termo revisionismo já teve boa aceitação no terreno acadêmico, pois significou uma análise contra hegemônica, embora gere disputas, como toda historiografia suscita. O importante é que a fama do termo “revisionismo” possibilitou que ele fosse sequestrado para dar validade às leituras anti-históricas, retornando ao sentido negativo do termo. Inclusive, ele é utilizado para definir a visão de Ernst Nolte com a culpabilização dos movimentos de esquerda e do bolchevismo pelos crimes perpetrados pelo nazifascismo no que foi caracterizado como uma tentativa de normalizar o nazismo e o Holocausto na identidade alemã (MELO, 2013, p. 54 – 58).

Por ser um termo tão ambíguo, haveria utilidade em usá-lo? Ele garante maior compreensão da história? As críticas quanto ao uso do termo recaem sobre um suposto elitismo

¹²² Sidnei J. Munhoz elenca as seguintes correntes historiográficas: Ortodoxia estadunidense; Ortodoxia soviética; Revisionismo; Pós-revisionismo e Corporatismo.

científico, na hierarquização entre histórias feitas por acadêmicos e não acadêmicos. Porém, com o termo não se procura afirmar uma superioridade de uma suposta história oficial contra uma história não oficial, como se houvesse uma "ortodoxia predefinida, de um cânone normativo [...] uma história teologizada" como Enzo Traverso (2017, p. 36 – 37) apontou. Segundo Luciana Soutelo (apud SENA JÚNIOR et al; 2017, p. 21), a funcionalidade do termo “revisonismo” está justamente na demonstração de que não existe uma história única universal:

Ao invés da hipótese negativa mencionada pelo autor [Enzo Traverso] de oposição de uma História oficial àquilo que se identifica como interpretações revisionistas, corre-se o risco, ainda mais nefasto, de que as versões revisionistas se transformem justamente na "visão normativa da História" – ou seja, que tais versões passem a ser amplamente aceitas na memória coletiva e opinião pública das sociedades [...] o uso do conceito de revisionismo histórico é importante para desnaturalizar e promover a crítica destas interpretações.

Para melhor definição do que este trabalho entende por revisionismo, elenca-se dois fatores elucidativos: são visões de história que causam um dano à sociedade, seguindo a teoria do abuso da história de Antoon de Baets, e são tentativas de reafirmar narrativas legitimadoras dos crimes do passado que já foram desbancadas pela pesquisa histórica. Desta forma, não nega as evidências perniciosas, mas tenta legitimá-las para amenizar a consciência perante os crimes passados.

Assim, a história pública aparenta se constituir em lugares em que se defrontam narrativas revisionistas/negacionistas e a história enquanto conhecimento metodizado. Seu escopo enfatiza que não é necessário somente lembrar-se do passado, mas evitar narrativas silenciadoras, de negação da alteridade, de forma semelhante ao que Huysen observou ao se remeter a Adorno:

Sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento da diferença ('não-identidade', como a denomina Adorno) nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais (2000, p. 72).

Uma história que não reconhece a pluralidade de memórias ou uma cultura de memória não fundada na luta das minorias é um entrave a cidadania¹²³, o que suscita uma atuação do historiador público para evitar o processo de negação das diferenças e de sua exclusão social.

É possível notar que temáticas históricas são populares entre o público de *podcasts*, sendo um dos conteúdos mais procurados. Conforme pesquisa de opinião (*Podpesquisa*) da Associação Brasileira de *Podcasters* (*abPod*), tanto em 2018 quanto em 2019, assuntos de

¹²³ Entendida aqui como o conjunto de direitos básicos civis, políticos e sociais para uma sociedade.

história ficaram em quarto lugar entre os interesses e preferências dos ouvintes. Só foram superadas pelas categorias "Humor e Comédia"; "Cinema, séries e TV" e "Cultura Pop" em 2018, com 52,6% dos votos de um total de 22.993 participantes, sendo 22.691 ouvintes, dos quais 1.405 se identificaram como produtores de *podcasts*. Em 2019, "Cultura Pop"; "Humor e Comédia" e "Ciência" ficaram na frente de "História", que obteve uma margem variável de 60% dos votos de um total de 16.713, focado no perfil apenas dos ouvintes (ABPOD, 2018, 2019).

Além do interesse pela história, tem-se aumentado a inserção de historiadores nos espaços públicos através de *podcasts*, como uma medida de dialogar com os públicos inseridos no mundo digital. Alguns deles são *História FM* e *Fronteiras no Tempo*, que pretendo investigar no próximo capítulo.

O conteúdo desta investigação reflete a necessidade de historiadores públicos de cumprirem o dever de democratizar a história. Assim, a partir da produção de leituras do passado pode-se combater negacionismos e revisionismos históricos que, na história brasileira das últimas décadas, lançaram versões sobre a ditadura militar com objetivos de atenuar a violência do Estado contra diversas manifestações de interesses de setores da sociedade.

Para Caroline Bauer, o negacionismo e o revisionismo sobre a ditadura militar brasileira têm seus locais de produção no próprio regime autoritário (2018, p. 197), quando o Estado produziu uma narrativa de legitimação de sua dominação por meio da censura, da perseguição política e da tortura de opositores, ou seja, práticas antidemocráticas e anti-humanitárias.

Com as denúncias de tortura, tanto internacionais quanto nacionais, os militares tentaram se proteger com a produção do "Livro Branco" ou "Livro da Verdade", encomendado em 1970 pelo ministro da Justiça do governo de Emílio Garrastazu Médici, Alfredo Buzaid. O tal livro pode ser encontrado com o título "Relatório Especial de Informações" nº 06/74", de 25 de julho de 1974, na Biblioteca Nacional. Este nunca chegou a ser lançado, mas, apesar disso, tornou-se:

[...] uma verdadeira tópica, pois as justificativas ali mencionadas tornar-se-iam recorrentes no discurso militar que buscava negar a tortura. Assim, o Brasil não teria "presos políticos", mas simples criminosos comuns, "comuns delinquentes que, alegando pretensa motivação política, assaltam bancos, sequestram diplomatas, assassinam" (FICO, 2014a, p. 86).

Deve-se considerar que a argumentação do "Relatório Especial de Informações" é facilmente desmontada ao se constatar que as perseguições foram políticas e enrijecidas com o

Ato Institucional nº 5, implantado pelos militares e com o objetivo de proibir atividades políticas¹²⁴.

Em meados da década de 1980, com o processo de abertura política, foi possível a publicação do livro “Brasil: Nunca Mais” de Dom Paulo Evaristo Arns, que contém documentos dos processos do Superior Tribunal Militar (STM). Os militares, em resposta, tentaram novamente deslegitimar as denúncias com a produção de outro livro chamado “Projeto Orvil” (BAUER, 2018, p. 198).

A consciência da necessidade de um trabalho histórico que defendesse os anos de mando militar que se materializou no Orvil, parece ter se iniciado na Apreciação s/nº A1 de 27 de março de 1984, do tenente-coronel Romeu Antonio Ferreira, (PEDRETTI, 2021, *on-line*). A grande repercussão do livro “Brasil: Nunca Mais”, que apresentava as torturas do regime militar, foi o que convenceu o então ministro do Exército do governo José Sarney (1985-1990), Leônidas Pires Gonçalves, da produção do “Orvil” ou “As tentativas de tomada de poder”, nome que acabou recebendo.

Os agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), coordenados pelo coronel Agnaldo Del Nero Augusto, produziram e terminaram o Orvil em 1988 (PEDRETTI, 2021, *on-line*). O livro foi vetado por Sarney, mas isso não impediu que circulasse entre os membros das Forças Armadas e membros da extrema-direita (*idem*, 2021, *on-line*). Ficou assim até que o jornalista Lucas Figueiredo (MEIRELES, 2020, *on-line*) teve acesso ao documento e decidiu publicar, em 2009, o livro “Olho por olho: os livros secretos da ditadura”, em que comenta sobre o Orvil.¹²⁵

Do fim da ditadura militar até os anos recentes, foram publicados livros de memórias de seus agentes repressivos e ressentidos, que acreditaram terem “perdido a ‘batalha das memórias’” (BAUER, 2018, p. 198). Em 1988, foi criado o grupo “Terrorismo Nunca Mais” (TERNUMA) por militares representantes da ditadura em contraposição ao grupo “Tortura Nunca Mais”, criado em 1985, no Rio de Janeiro, em defesa dos direitos humanos no Brasil. O objetivo do Ternuma é publicizar pela *Internet* trabalhos que reproduzam a narrativa legitimadora da ditadura militar brasileira e negar os seus crimes cometidos (NUNES, 2004, *on-line*). No mesmo sentido, o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra lançou o livro “Rompendo o silêncio”, em 1987, e outro livro em 2006, “A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça” (CARDOSO, 2011, p. 139).

Anos depois, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e as manifestações de 2013 deram espaço para uma contra ofensiva reacionária das memórias desses agentes da ditadura

¹²⁴ Ato institucional nº 5, Art. 5, inciso III.

¹²⁵ Atualmente é possível encontrar o texto original do Orvil na Internet.

militar brasileira. Segundo Caroline Bauer (2018, p. 199), os argumentos desses grupos se basearam na

desmoralização das vítimas, seja através do descrédito de seus testemunhos — em muitos casos, as únicas provas de certas práticas — seja a partir da responsabilização pelo que lhes foi infligido. Encontra-se também uma tentativa de equiparação entre a violência empregada pelo Estado e as ações das organizações guerrilheiras, que na Argentina ficou conhecida como a "teoria dos dois demônios"¹²⁶.

Nesse contexto, é possível perceber que os revisionismos partiram da reafirmação da narrativa da própria ditadura militar, empenhada em silenciar as memórias e as fontes contrárias à sua atuação política. A história pública *podcastal* apareceu empreendendo críticas das narrativas que pregam a violência enquanto controle social e do silenciamento, obstaculizando sua naturalização.

Explorado as trajetórias dos revisionismos e dos negacionismos, bem como os debates sobre história pública no Brasil, faz-se necessário conhecer este campo da *podosfera* brasileira em formação e, especialmente, como ele tem tratado a ditadura militar.

2.3 A ditadura militar brasileira na *podosfera*

A partir dessas informações, propõe-se analisar *podcasts* que contaram com a participação de historiadoras e historiadores que abordaram a ditadura militar brasileira. Espera-se poder correlacionar essa produção com o contexto histórico da crise política que ocorreu no Brasil nos últimos anos. Acredita-se que a expansão dos profissionais da história na esfera *podcastal* se deu pelos usos políticos do passado no cenário político brasileiro.

Entre os anos de 2007 e 2009, poucas foram as temáticas da ditadura militar brasileira tratadas em *podcasts*. No entanto, entre 2014 e 2019, ocorreu um aumento considerável devido à conquista de popularidade dos *podcasts* desde 2014, a polarização política entre direita e esquerda após os protestos de 2013 e o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, o que fez ascender ao poder setores autoritários da sociedade brasileira.

Para entender melhor o desenvolvimento da temática da ditadura militar brasileira na *podosfera*, segue-se uma constatação de *podcasts* disponíveis até 2019. Cabe lembrar que esses são alguns *podcasts* encontrados que não refletem a totalidade de programas. O critério de

¹²⁶ A teoria dos dois demônios tem origem na Argentina nos anos 1970 e 1980. Foi uma designação criada pelos grupos de direitos humanos argentinos para definir um conjunto de narrativas revisionistas que pretendiam dizer que ambos os lados pró e contra a ditadura militar tiveram excessos e que, por tal razão, tudo deveria ser deixado no passado (OLIVEIRA; DOS REIS, 2021, p. 51, 59-60).

seleção se baseou nos seguintes pressupostos: *podcasts* brasileiros que abordaram a ditadura militar como tema central entre 2007 e 2019. A escolha do ano de 2007, embora fuja da delimitação temporal, justifica-se em razão de se tratar do mais antigo *podcast* encontrado até o ano limite do qual pretendo investigar. Como a objetivo deste capítulo é demonstrar a trajetória geral da temática da ditadura militar brasileira nos *podcasts* nacionais, torna-se mais esclarecedor elencar suas primeiras aparições na *Internet*.

Todos os formatos foram aceitos, inclusive as entrevistas com personagens que viveram na época da ditadura militar. Ficaram de fora *podcasts* que discorreram sobre temáticas mais amplas do período, como o *Salvo Melhor Juízo*, episódio “Presidencialismo de Coalizão”, em que se discorreu sobre o período ditatorial, mas sem ser o tema central. Também ficaram de fora os *podcasts* avulsos, aqueles que não possuem uma formação definida, como alguns *podcasts* sobre a ditadura militar disponíveis na plataforma *Anchor*¹²⁷, mas com autoria de usuários genéricos, como “Ryan”, “Dora” ou “Fernanda Aparecida de Souza”.

A ferramenta de busca foi o *Google* e as palavras-chave foram “ditadura militar *podcast*”; “golpe de 1964 *podcast*” e “regime militar *podcast*”. O sistema, por nem sempre oferecer resultados diretos, exigiu que alguns *podcasts* fossem encontrados de maneira indireta, como referências dadas por participantes de *podcasts* a outras produções que trataram da ditadura militar brasileira.

Ano	Podcasts	Episódios	Nomes	Grupo/Instituição
2007	1.Café Brasil.	1. ep.44.	1.Música e Ditadura.	1.Luciano Pires.
2009	1. <i>Nerdcast</i> .	1. ep.185.	1.Histórias do Brasil: Ditadura Militar.	1.Jovem Nerd.
2012	1.Uaréva.	1. ep.116.	1.Ditadura Militar.	1.Uaréva.
2014	1. <i>Temacast</i> . 2.Central da Memória. 3. <i>Podcast</i> Rio Bravo. 4. <i>Podcast</i> Urbanidades.	1. ep.04. 2. ep.01-09. 3. ep.299. 4. ep.07.	1.Regime Militar. 2.Central da Memória. 3.Almino Alffonso, as memórias dos idos de março de 1964. 4.50 anos do golpe de 1964.	1.Francisco Seixas. 2.Central 3. 3. Rio Bravo Investimentos. 4.Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).
2015	1. <i>Temacast</i> . 2.Sobre História. 3. <i>Front</i> da Ciência. 4.Rock com Ciência.	1.ep.33. 2. ep.02. 3. t.06 ep.35. 4. t.06 ep.04.	1.Corrupção na Ditadura. 2.Memórias da Ditadura. 3.Ditadura. 4.Ditadura – Parte 2.	1.Francisco Seixas 2.Sobre História 3.Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 4.Universidade Federal de Viçosa (UFV).
2016	1.Salvo Melhor Juízo. 2.Projeto Humanos. 3.Café Brasil.	1.ep.8. 2. ep.25. 3. ep.517.	1.Judiciário e Ditadura. 2.A donzela da Torre. 3.Música e Ditadura revisitado.	1.Thiago Hansen; Carolina de Quadros; Gustavo Favini.

¹²⁷ Um agregador de *podcasts*.

	4. <i>Nerdcast</i> .	4. ep.543.	4. Histórias do Brasil: Redemocratização.	2. <i>Anticast</i> (Ivan Mizanzuk) 3. Luciano Pires 4. Jovem Nerd.
2017	1. HQ Sem Roteiro <i>Podcast</i> . 2. Viracasacas. 3. <i>Scicast</i> Especial. 4. Salvo Melhor Juízo. 5. Contrafactual. 6. Fronteiras no Tempo. 7. Época.	1. ep.S/N. 2. ep.36. 3. ep.201. 4. ep.55. 5. ep. 32. 6. ep.21; 22 e 23. 7. ep.S/N.	1. Quadrinhos e a Ditadura no Brasil. 2. Ditadura Militar e Lei da Anistia. 3. Notas históricas #4, 1964: Caravan. 4. Juristas e Ditaduras. 5. E se não tivesse havido ditadura militar no Brasil? 6. O golpe de 1964; Ditadura Civil-Militar e Fim da Ditadura Civil-Militar. 7. A corrupção (também) veste farda.	1. Iradex. 2. Viracasacas (Gabriel Divan; Carlos Carapanã). 3. <i>Scicast</i> . 4. Thiago Hansen; Carolina de Quadros; Gustavo Favini 5. Contrafactual. 6. Fronteiras no Tempo. 7. Época.
2018	1. Historicidade. 2. Salvo Melhor Juízo. 3. Contrafactual. 4. Granma. 5. Presidente da Semana. 6. Sobre História. 7. Olhares <i>podcast</i> . 8. Teologia de Boteco. 9. Ponto G.	1. ep.9. 2. ep.69 e 78. 3. ep.65. 4. ep.3. 5. ep.S/N. 6. ep.21. 7. ep.26. 8. ep.66. 9. ep.77.	1. Histórias da Ditadura Militar no Brasil. 2. Tanques e Togas; AI-5. 3. E se o Brasil ainda fosse uma Ditadura? 4. É golpe! 5. Castelo Branco (1963-1967), as fundações da ditadura, com Heloisa Starling; Costa e Silva (1967-1969), o presidente do AI-5, com Daniel Aarão Reis; Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), crimes e milagres, com Carlos Fico; Ernesto Geisel (1974-1979), tensão e distensão, com Marcos Napolitano; João Baptista Figueiredo (1979-1985), o regime escreveu seu fim, com Angela Moreira. 6. Memórias da Ditadura II. 7. Mulheres, memória e ditadura. 8. Impunidade durante a ditadura militar, com Marie Declercq. 9. Ismene Mendes.	1. Fronteiras no Tempo. 2. Thiago Hansen; Carolina de Quadros; Gustavo Favini. 3. Contrafactual. 4. Portal Desaprender. 5. Folha de São Paulo. 6. Sobre História. 7. Olhares. 8. Christiano Machado. 9. Espaço de Falas.
2019	1. História FM. 2. <i>Front</i> da Ciência. 3. Mamilos. 4. UFG oficial. 5. <i>Historycast</i> . 6. O Assunto. 7. Estadão Notícias. 8. Filosofia Pop. 9. História Liberta! 10. ONDE Diversidade. 11. Ditadura Militar: uma história a ser lembrada. 12. <i>Podcast</i> Justificando.	1. ep.3. 2. ep.S/N. 3. ep.224. 4. ep.S/N. 5. ep.6. 6. ep.68. 7. ep.S/N. 8. n.83. 9. ep.7. 10. ep.6. 11. ep.1-3. 12. ep.3. 13. ep.S/N. 14. ep.19. 15. ep.39. 16. 2 eps.S/N.	1. Revisionismos sobre a Ditadura Militar. 2. A ciência da História e a Ditadura no Brasil (Reprise). 3. Ditadura no Brasil. 4. <i>Podcast</i> Ditadura Militar. 5. Ditadura Militar: 51 anos de AI-5 6. AI-5, o que é o ato que endureceu a ditadura, e o que significa o termo voltar ao vocabulário de quem está no poder. 7. A história do AI-5; o mais duro golpe da Ditadura. 8. O que resta da Ditadura?	1. Leitura Obrigatória. 2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 3. B9. 4. Universidade Federal de Goiás (UFG). 5. <i>History Channel</i> . 6. Globo. 7. Estadão. 8. Filosofia Pop. 9. História Liberta! 10. O nome disso é mundo.

	13.Saúde Com Ciência. 14.Tirando o Pé. 15.Guilhotina. 16.Revista Brasil de Fato. 17.Prosa <i>Podcast</i> . 18. <i>PonteCast</i> . 19.Idéias. 20. Sobre Nós. 21. <i>ClioCast</i> . 22.Chutando a escada. 23.História no <i>Cast</i> .	17. ep.3-4. 18. ep.7. 19. ep.98. 20. ep.1. 21. ep.29. 22. ep.95. 23. ep.14.	9.O golpe Civil-Militar de 1964. 10. A ditadura enrustida. 11.21 anos em quinze minutos; Santa Maria e o golpe; Cicatrizes do golpe. 12.O que podemos aprender com militantes antiditadura de 1964? 13.Para lembrar: Ditadura Nunca Mais. 14.O golpe de 64. 15.Eduardo Reina. 16.Lei da Anistia (40 anos) e conversa com Cajá; Conheça Marlene Crespo, sobrevivente da ditadura que desenha a resistência. 17.A ditadura militar e a história; O governo e a história. 18.Por que é um absurdo comemorar a ditadura militar no Brasil. 19.A ditadura brasileira deve ser comemorada? 20.Tortura. 21. Resistência Cultural na Ditadura Militar. 22.Globalização da resistência, com James Green. 23.Os temas que mais caem no Enem: Ditadura Militar.	11.Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). 12.Justificando. 13. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 14.RádioFobia. 15.Le Monde Diplomatique. 16. Brasil de Fato. 17.Prosa. <i>Podcast/Blog</i> . 18.Ponte. 19.Gazeta do Povo. 20. Vós. 21.Clio História e Literatura. 22.Filipe Mendonça; Geraldo Zahran; Débora Prado; Caroline Pavese. 23.História no <i>Cast</i> .
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 1. Episódios de *podcasts* com a temática da ditadura militar brasileira no Brasil.

Como foi possível ver, existe um considerável número de *podcasts* focados no tema da ditadura militar brasileira ou relacionados às questões do período. O que chamou atenção foi o crescimento de produções com tais temáticas após 2014 e, ao mesmo tempo, uma grande expansão do tema no ano de 2019, após a eleição presidencial e o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro.

Tudo indica que a quantidade expressiva de 2014 teve relação com a efeméride dos 50 anos do golpe militar. Aparentemente, o *site* agregador *Central 3* fez uma série de entrevistas com personagens que vivenciaram a ditadura militar, por isso seu número elevado de 9 episódios. Cabe lembrar ainda que o número menor de *podcasts* nos primeiros anos da década de 2010 pode estar vinculado à perda dessas fontes históricas, pois, provavelmente, existiram episódios que não estão mais disponíveis. Mas o que deve ser enfatizado foi a ocorrência de *podcasts* essencialmente feitos por historiadores, como o *Fronteiras no Tempo*, *Cliocast* e o *História FM*, todos posteriores à 2014.

Em se tratando de programas diversificados que abordaram o tema ditadura militar brasileira, o número de *podcasts* cresceu após 2017 atingindo um ápice em 2019. No próximo

capítulo, algumas propostas para se entender as razões desse aumento serão apresentadas, correlacionando os *podcasts* com a situação política do Brasil.

2.4 Momentos distintos pedem *podcasts* distintos.

A partir da seleção de episódios de *podcasts*, propõe-se analisar como historiadoras e historiadores apresentaram a ditadura militar brasileira na *podosfera* em três momentos, em 2009, 2017 e 2019. Os *podcasts* estudados foram o *Nerdcast*, programa de entretenimento que contou com a participação da historiadora Martina Spohr, publicado em 2009 (Figura 13), o *Fronteiras no Tempo*, *podcast* de historiadores que possui três episódios distintos com os títulos “O golpe de 1964”, “Ditadura Civil-Militar” e “Fim da Ditadura Civil-Militar” (Figuras 14, 15 e 16), todos lançados em 2017 e, por fim, o *História FM* número 3, do site *Leitura Obriga HISTÓRIA*, publicado em 2019 com o título “Revisionismos sobre a ditadura militar” (Figura 17).

Deve-se tomar nota do contexto de produção desses *podcasts*. Nos anos entre 2005 e 2010, como exposto anteriormente, foi possível encontrar dois *podcasts* com a temática da ditadura militar. Um do *Café Brasil* (2007), que não foi realizado por historiadores, e outro do *Nerdcast* (2009).

A situação mudaria em 2014 e aumentaria muito em 2019. Qual a razão disso? Duas hipóteses são explicativas: primeiro, os *podcasts* não eram tão famosos no Brasil até depois da década de 2010; segundo, a história da ditadura militar, e seu negacionismo, não havia sido cooptada para a disputa política, que se acirraria após 2014¹²⁸. E quando o negacionismo da ditadura se transformou numa narrativa antigovernos de esquerda, passou a ser apropriado para combater opositores políticos. Neste caso, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, ocorreu um peculiar crescimento dos *podcasts* de historiadores que procuram apresentar a ditadura para à *podosfera* com objetivos de contrapor revisionismos e negacionismos históricos.

Em 2009, ano do *Nerdcast* 185, foi aprovada junto à Conferência Nacional de Direitos Humanos a “proposta de uma ‘Comissão da Verdade e Justiça’”. A pauta seria incorporada ao III Plano Nacional de Direitos Humanos, e coadunaria, dois anos depois, na criação da Comissão Nacional da Verdade” (ABRÃO; TORELLY, 2012, p. 185), a CNV, que foi publicada em 1 de novembro de 2011, pela lei 12.528. Foi a terceira de uma sequência de

¹²⁸ O primeiro *podcast* negacionista da ditadura que pude encontrar data de 2013, chamado de “O Patriota”. Disponível em: <<https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly93d3cuYmxvZ3RhbGtyYWRpby5jb20vb3BhdHJpb3RhL3BvZGNhc3Q/episode/aHR0cDovL3d3dy5ibG9ndGFsa3JhZGlvLmNvbS9vcGF0cmlvdGEvMjAxMy8wMy8yOC9vLXBhdHJpb3RhLWVzcGVjaWFsLXJldm9sdW8tZGUtNjQ>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

medidas de transição do regime autoritário para a democracia. As primeiras foram a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, lei 9.140 de 1995, do governo Fernando Henrique (PSDB), que tinha o intuito de admitir os crimes de Estado às famílias dos mortos e desaparecidos do período entre 1961 e 1979. A segunda foi a Comissão de Anistia de 2002, lei 10.559, também de caráter reparativo aos perseguidos políticos. Por sua vez, a CNV tinha como objetivo investigar os crimes contra os direitos humanos cometidos durante a Ditadura Militar¹²⁹ e esclarecer acontecimentos até então não respondidos. Fora de sua competência estava o julgamento de eventuais criminosos, centrava-se apenas em desvendar os procedimentos e crimes do período. As comissões da verdade são um dos mecanismos das justiças de transição que tem como objetivo “[...] saber o que ocorreu, para satisfazer o direito das vítimas e da sociedade ao conhecimento dos fatos” (WEICHERT, 2014, p. 87). Seu caráter é de um direito à história para a população da nova sociedade democrática, para que tenha acesso ao passado e compreenda os problemas do tempo presente, pondo fim a muitas suposições e visões conflitantes, finalmente criando um documento oficial (WEICHERT, 2014, p. 97).

A CNV foi fruto de uma série de reivindicações da sociedade por longos anos e uma das recomendações da XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos em 2009. No âmbito internacional, foi uma das promessas do Brasil à Corte Interamericana de Direitos Humanos, através das demandas apresentadas por familiares de vítimas da Guerrilha do Araguaia (WEICHERT, 2014, p. 88). A criação da CNV gerou muitas polêmicas e tocou na ferida de setores da corporação militar¹³⁰.

Houveram alguns momentos de tensão sobre a memória da ditadura antes da CNV. Maria D’Araújo (2012, p. 44 – 47) relembra alguns casos: em 2004, a discussão apareceu em âmbito público, após a publicação pela imprensa de uma foto que supostamente seria de Vladimir Herzog¹³¹ enforcado em sua cela. O Serviço de Comunicação Social do Exército, sem consultar o ministro da Defesa, “justificou a ação das Forças Armadas no combate ao comunismo lançando nota em que o comandante do Exército defendia o golpe de 1964 e a ação repressiva das Forças Armadas durante a ditadura”. E depois de várias conversações entre o presidente da República e as autoridades militares “decidiu-se encerrar o assunto com um anota de retratação do comando do Exército, Francisco Roberto de Albuquerque, em que lamentava a morte do jornalista Herzog e afirmava o apreço dos militares pela democracia”. Após o ato

¹²⁹ O período completo é entre 1948 e 1988, mas suas investigações se aprofundaram no período ditatorial militar.

¹³⁰ <https://veja.abril.com.br/brasil/tribunal-militar-reage-a-relatorio-da-comissao-da-verdade-equivocos/>. Acesso em 07 set. 2022.

¹³¹ Jornalista Iugoslavo, naturalizado brasileiro, assassinado em 1975.

de insubordinação do Exército, o ministro da Defesa, José Viegas, pediu demissão e foi posto em seu lugar o vice-presidente da República, José Alencar.

Em 2008, ano anterior ao *Nerdcast* 185, houve a Audiência Pública no Ministério da Justiça para rever o tema da anistia, um evento chamado “Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante Estado de Exceção no Brasil”. O então ministro da Justiça, Tarso Genro, fez declarações, no mesmo período, favoráveis a condenação de militares torturadores, acarretando mais uma situação de contenda entre militares e o governo (D’ARAÚJO, 2012, p. 45 – 46).

Em reação, foi realizado um seminário chamado “Lei da anistia: alcances e consequências” em 7 de agosto de 2008, pelos clubes Militar, Aeronáutico e Naval. Participaram deste evento o coronel condenado por tortura pela Justiça, Carlos Alberto Brilhante Ustra; o general Luiz Cesário da Silveira Filho; os ex-ministros do Exército, Zenildo Zoroastro e Leônidas Pires Gonçalves; o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, Waldemar Zveiter e o então deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ).

Segundo a *Folha de S. Paulo*, neste evento, o advogado José Ribas Paiva defendeu

um golpe militar contra supostos agentes transnacionais que controlam o poder no país. “Não é através de poderes político-partidário que vamos resolver isso. Compete a nós restabelecer as instituições e criar um grupo monolítico de poder que garanta a soberania nacional” (ZAHAR, 2008, *online*).

No evento, foi defendido o golpe de 1964, “justificada a ‘guerra suja’ contra a oposição durante a ditadura e relembrando que a anistia foi feita em nome da pacificação, que permitiu que muitos ‘ex-terroristas’ tivessem chegado ao poder” (D’ARAÚJO, 2012, p. 46). O então ministro da Defesa, Nelson Jobim, não puniu o comandante militar do Leste, general Luís Cesário da Silveira, e o chefe do departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, general Paulo César Castro, por terem participado de manifestações públicas em prol do golpe de 1964 (D’ARAÚJO, 2012, p. 46). E, por fim, a própria proposta de criação da CNV, em 2009, fez com que os comandantes militares ameaçassem renunciar seus cargos, sendo endossados pelo ministro da Defesa, o tema foi protelado (D’ARAÚJO, 2012, p. 47).

Além desse escalonamento de eventos representativos de disputas de memória, o próprio *Nerdcast* 185 estudado, "Histórias do Brasil: Ditadura Militar", foi fruto de uma retomada pública da temática. O episódio teve o patrocínio, através da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, do projeto Memórias Reveladas: Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964 – 1985), criado em 2009 pela Casa Civil, com a então ministra Dilma Rousseff, na presidência de Luís Inácio Lula da Silva, vinculado ao Arquivo Nacional

do Ministério da Justiça¹³². O *Nerdcast* contou com a historiadora Martina Spohr, naquele momento, mestranda em História pela UFF e que trabalhava no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sua dissertação foi publicada com título “Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961 – 1964)”.

O Memórias Reveladas teve como objetivos "estimular a organização e a gestão do acervo documental"; "estimular a pesquisa"; "promover amplo acesso às fontes de informação e de conhecimento"; "contribuir para o debate de natureza acadêmica e política" e "promover concursos monográficos" sobre o regime político entre 1964-1985 (BRASIL, 2009, p. 1 – 2). A propaganda do projeto pode ser vista no *site* do Jovem Nerd e ouvida no início do episódio 185 (Figura 18).

A constituição do Memórias Reveladas foi polêmica, uma vez que tocou em temas sensíveis do passado. A partir do projeto, setores conservadores mais ligados ao espectro político da direita brasileira começaram a se sentir atingidos, levando a tentativa de revisionismo e negacionismo a outros patamares. Sobre as tensões da época, o historiador Marcos Napolitano assim se referiu:

O projeto Memórias Reveladas, do Governo Federal, e o Memorial da Resistência, ligado ao governo do Estado de São Paulo, são exemplos de tentativas de políticas de memória sobre o regime, com foco nos perseguidos e em busca de reafirmar uma memória hegemônica de matriz esquerdista, que começa a ser questionada inclusive na imprensa liberal que ajudou a construí-la. Tendo em vista que era um governo de esquerda, composto por muitos ex-guerrilheiros e enfrentando desconfiança da imprensa liberal, o governo Lula reacendeu tensões entre liberais e esquerdistas e, indiretamente, estimulou certo revisionismo sobre a memória do regime. Nesse processo, cresceu a versão brasileira da “teoria dos dois demônios” e da responsabilidade da própria esquerda e do governo Goulart nos acontecimentos de 1964 e no endurecimento do regime em 1968. Essa equivalência da responsabilidade política e moral entre esquerda e direita em momentos capitais da história recente é uma das marcas do revisionismo [...]. Dentro desse clima, no qual uma política de memória convive com debates sobre as responsabilidades das esquerdas nas tragédias de 1964 e 1968, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em maio de 2012. Ela tem como missão esclarecer o paradeiro dos desaparecidos (NAPOLITANO, 2014, p. 349 – 350).

Desta forma, pode-se ver os elementos históricos que estavam presentes nos debates públicos no ano de 2009, que favoreceram disputas ideológicas sobre o passado. O Memórias Reveladas propôs encontrar e colocar à disposição da sociedade e de pesquisadores arquivos,

¹³² Portaria nº204, de 13 de maio de 2019. <Disponível em:<https://web.archive.org/web/20160304031953/http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Portaria%20204.pdf>> Acesso em: 23 mai. 2020.

fotos e documentos da ditadura militar e seus aparelhos de ação. A divulgação do projeto foi realizada em diferentes suportes midiáticos de comunicação, como *podcasts*. Para a professora Inez Stampa:

[...] com o objetivo de dar conhecimento à sociedade das ações do Centro de Referência, bem como de buscar informações e acervos sobre desaparecidos políticos, foi divulgada, em setembro de 2009, a campanha de rádio, televisão e mídia impressa do Memórias Reveladas. Produzida pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom PR), a campanha foi baseada em três curtas metragens com depoimentos de familiares de desaparecidos políticos, dirigidos pelos cineastas Cao Hamburger, Helvécio Raton e João Batista Andrade. Na oportunidade, foi divulgado também o número 0800 701 2441 para atendimento gratuito ao cidadão. Como resultado dessa campanha e do Edital de Chamamento Público de Acervos, também lançado em 2009, foram doadas ao Arquivo Nacional mais de 200.000 páginas de documentos, além de dezenas de livros e documentos sonoros em suportes variados (STAMPA, 2011, *on-line*)¹³³.

Por sua vez, a produção e divulgação dos *podcasts* do *Fronteiras no Tempo* foram feitas num período posterior e que contou com uma ampliação do revisionismo e do negacionismo histórico nas disputas políticas brasileiras.

De acordo com Caroline Bauer (2019, p. 41 – 42), a eleição de Dilma Rousseff (PT), em 2010, é um ponto de inflexão na memória social da Ditadura Militar. Tanto Dilma quanto seu oponente, José Serra (PSDB), faziam parte da memória de resistência da ditadura – a primeira enquanto guerrilheira, o segundo enquanto exilado político – e ambos usaram de seu passado como capital político para a eleição. No entanto, é nesse momento que emergem as primeiras *fake news*, divulgadas pelas redes, sobre a trajetória da candidata do PT para impedir sua vitória. Para tanto, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 433), acusou-se a candidata de ser contra a moral religiosa e se desenterrou a retórica anticomunista nos setores conservadores. E “embora não tenha impedido a vitória dos petistas, essa campanha tonificou os grupos conservadores, cuja influência aumentaria nos anos seguintes” (MOTTA, 2018, p. 433). A oposição conservadora voltou a inflar o revisionismo após as medidas que Dilma tomaria em seu primeiro governo (2010 – 2014).

Outra reação militar ocorreu em 2012, após ministras de Estado declararem favoráveis à revisão da lei da anistia anteriormente reafirmada pelo STF. A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, fez declarações no *Correio Braziliense* sobre a possibilidade de punir os agentes da ditadura, enquanto a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, defendeu seu passado de luta contra a ditadura pela

¹³³ Note-se que o *Nerdcast* 185 foi publicado em outubro de 2009.

democracia. À esta última, os militares disseram que “[...] o grupo ao qual pertenceu a Sra. Eleonora conduziu suas ações no sentido de implantar, pela força, uma ditadura, nunca tendo pretendido a democracia” (CLUBES..., 2012, *on-line*).

Os clubes militares questionaram a presidenta Dilma por sua omissão na repreensão das ministras. Assim, “as críticas dos militares ao governo Dilma Rousseff, incluindo possibilidades de ‘desordem’ ou de ‘levante em nome da honra’, ganharam volume desde então nas redes sociais” (D’ARAÚJO, 2012, p. 48). Com a publicação do relatório da CNV, em 2014, não haveria reação diferente. O Superior Tribunal Militar (STM) disse: “Entende-se, como inverídicos, injustos e equivocados, os conceitos contidos no relatório da Comissão Nacional da Verdade a respeito da Justiça Militar da União” (CASTRO, 2014, *on-line*), afirmando-se “independente” durante o regime militar e que não agira contra os direitos humanos.

No mesmo ano em que o golpe militar fazia 50 anos (2014), Dilma era reeleita e o relatório da CNV era publicado, com 1300 páginas que reconheciam 434 mortes e desaparecimentos, além de 8 mil indígenas, camponeses e membros da população negra (BAUER, 2019 p. 43). O segundo governo Dilma foi atravessado pela Operação Lava Jato e por protestos que levaram ao golpe parlamentar em 2016. Cabe lembrar que na sessão em que se decidiu pelo impeachment da ex-presidenta, o então deputado Jair Bolsonaro ofereceu seu voto em homenagem ao coronel condenado por tortura pela Justiça, Carlos Brilhante Ustra, procurando reabilitar a imagem do personagem ligado à ditadura militar.

Em 2017, ano de publicação do *Fronteiras no Tempo* sobre a ditadura militar, estava em curso a deslegitimação dos governos petistas com o golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff e a propaganda política de Jair Bolsonaro, defensor do regime militar. No ano de lançamento do episódio 21 sobre ditadura militar do *Fronteiras no Tempo*, o Brasil estava sob a presidência de Michel Temer. Ao longo dos três programas, são constantes as menções ao tempo presente e ao combate entre narrativas.

Após a eleição de Jair Bolsonaro, no primeiro ano de seu governo em 2019, Icles Rodrigues publicou o *História FM* dedicado a se contrapor aos revisionismos da ditadura militar brasileira, numa leitura do tempo presente e de disputas políticas contemporâneas. Como esclareceu Rodrigues, o tema lhe foi solicitado, pois o assunto estava “[...] bastante em voga no mês passado, muita gente me cobrou vídeo, mas não é como se eu fosse virar um especialista em ditadura militar do dia pra noite [...]” (HISTÓRIA FM, 2019, 1m – 1m13s). Ao longo do *podcast* são feitas várias conotações com eventos do presente, levando o ouvinte a repensar o momento histórico em que vive.

O time de *podcasters* do *História FM* para as questões da ditadura militar se constituiu com Clarissa Grahl Santos, mestra em História pela UFSC, que trabalha com as memórias dos

militares sobre o período, e Ricardo Duwe, historiador também da UFSC que, durante o lançamento do *História FM 03*, era doutorando pela mesma instituição.

Por fim, para o próximo capítulo, com base nas produções selecionadas em meio a uma diversidade de *podcasts*, propõe-se analisar os conteúdos produzidos e divulgados na *podosfera* sobre a ditadura militar brasileira. Preferiu-se a abordagem de tópicos para cada subtítulo, relacionando os três *podcasts* em suas convergências e divergências.

ANEXOS



Figura 13 - Arte da capa do *Nerdcast* 185. Acesso em 30 abr. 2021.

EP21 - GOLPE DE 1964

agosto 20, 2017 fronteirasnotempo

00:00 00:00

Podcast: [Play in new window](#) | [Download](#)

GOLPE DE 1964

21

PESQUISAR

Pesquisar ...

ASSINE NOSSO FEED

RSS - PODCAST

POSTS RECENTES

- Fronteiras no Tempo #56 A Era Vargas parte 4: o fim do Estado Novo e a redemocratização
- Fronteiras no Tempo: Historicidade #39 A infância em Frida Kahlo
- Fronteiras no Tempo: #55 Para que serve um Museu?
- Fronteiras no Tempo: Historicidade #38 Ensino de História e tecnologias digitais
- Fronteiras no Tempo #54 Mitos da Escravidão

COMENTÁRIOS RECENTES

Ativar o Windows

- SciCast #273: Revolução Industrial Medieval - Deviante em EP17 - HISTÓRIA MEDIEVAL
- Fronteiras no Tempo #22 - Ditadura Civil-Militar -

Aguardando live.rezync.com...

Figura 14 Página do *Fronteiras no Tempo*, episódio 21. Acesso em 05 mai. 2021.

EP22 DITADURA CIVIL-MILITAR

setembro 2, 2017 fronteirasnotempo

Podcast: [Play in new window](#) | [Download](#)



PESQUISAR

Pesquisar ...

ASSINE NOSSO FEED

RSS - PODCAST

POSTS RECENTES

- Fronteiras no Tempo #56 A Era Vargas parte 4: o fim do Estado Novo e a redemocratização
- Fronteiras no Tempo: Historicidade #39 A infância em Frida Kahlo
- Fronteiras no Tempo: #55 Para que serve um Museu?
- Fronteiras no Tempo: Historicidade #38 Ensino de História e tecnologias digitais
- Fronteiras no Tempo #54 Mitos da Escravidão

COMENTÁRIOS RECENTES

- SciCast #273: Revolução Industrial Medieval - Deviante em EP17 - HISTÓRIA MEDIEVAL
- Fronteiras no Tempo #27 - Ditadura Civil-Militar -

Figura 15 Página do *Fronteiras no Tempo*, episódio 22. Acesso em 05 mai. 2021.

EP24 FIM DA DITADURA CIVIL-MILITAR

novembro 2, 2017 fronteirasnotempo

Podcast: [Play in new window](#) | [Download](#)



PESQUISAR

Pesquisar ...

ASSINE NOSSO FEED

RSS - PODCAST

POSTS RECENTES

- Fronteiras no Tempo #56 A Era Vargas parte 4: o fim do Estado Novo e a redemocratização
- Fronteiras no Tempo: Historicidade #39 A infância em Frida Kahlo
- Fronteiras no Tempo: #55 Para que serve um Museu?
- Fronteiras no Tempo: Historicidade #38 Ensino de História e tecnologias digitais
- Fronteiras no Tempo #54 Mitos da Escravidão

COMENTÁRIOS RECENTES

- SciCast #273: Revolução Industrial Medieval - Deviante em EP17 - HISTÓRIA MEDIEVAL
- Fronteiras no Tempo #22 a Ditadura Civil-Militar - Deviante em EP21 - GOLPE DE 1964
- Fronteiras no Tempo #16 - O que está acontecendo com o mundo hoje? - Deviante em EP 11 - INCAS E

Figura 16 Página do *Fronteiras no Tempo*, episódio 24. Acesso em 15 mai. 2021.



Figura 17 Página do *Leitura Obrigatória HISTÓRIA*, História FM 03. Acesso em 16 mai. 2021.

Figura 18 Página do *Jovem Nerd* com propaganda do Memórias Reveladas. Acesso em 05 mai. 2021.

CAPÍTULO 3

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM *PODCASTS*

3.1 Civis e militares no golpe de 1964.

Neste capítulo, pretende-se analisar quais as temáticas mais presentes nos *podcasts* selecionados, quais os pontos que concordam e que divergem, utilizando o referencial historiográfico de diversos historiadores sobre a ditadura militar.

Tema que não pôde faltar para se compreender a ditadura militar é a compreensão do golpe civil-militar de 1964¹³⁴. Dos *podcasts* selecionados para esta análise, alguns abordaram a temática de forma mais detalhada do que outros. O *Nerdcast* fez uma breve descrição da renúncia de Jânio Quadros, mas não conseguiu explicar as disputas políticas que antecederam 1964, enquanto o *Fronteiras no Tempo* dedicou todo o episódio 21, de duas horas, para apresentar o contexto anterior ao golpe. O *História FM* fez uma síntese das características determinantes que levaram à tomada de poder pelos militares.

Do ponto de vista dos elementos sonoros contidos nos *podcasts*, eles procuram usar as músicas consideradas representativas da oposição à ditadura militar, com clássicos de Geraldo Vandré, Chico Buarque, Elis Regina e variações. Porém, suas utilizações motivadas, isto é, ligadas ao que está sendo dito são raras. Isso significa que as músicas embalaram os programas, mas poucas foram inseridas em contextos. Os momentos em que isso ocorreu se caracterizaram pela exemplificação da censura, utilizando a música “Cálice”, de Chico Buarque, mencionada pelo *Nerdcast* e, no *Fronteiras no Tempo*, a apresentação da música “Pra não dizer que não falei das Flores” de Geraldo Vandré para apresentar os protestos contra a ditadura militar.

Após alguns breves comentários ao som da música “Roda Viva”, de Chico Buarque, no *Nerdcast*, Caio Boiteux (*Bluehand*) lançou, sarcasticamente, a primeira controvérsia: a definição de golpe ou revolução:

Alexandre Ottoni: [...] aqui teve violência pra cassete, mas vamos lá...

Caio Boiteux: Jovem Nerd, você tá falando de Ditadura, você tá muito; tom; tá tomando partido, você pode chamar de revolução também.

Alexandre Ottoni: É verdade! [Sarcasticamente rindo]

¹³⁴ A nomenclatura sobre o golpe e o regime é discutida entre os historiadores do período. Marcos Napolitano (2014, p. 6; 161 – 162.) e Carlos Fico (2014b, p. 9), concordam com o termo "civil-militar" para o golpe, porém a ditadura teria sido eminentemente militar.

[Risos de Fernando, Alexandre e Caio].

Fernando Russel: ou uma contrarrevolução, né?

Martina Spohr: tá mais pra contrarrevolução do que revolução.

Alexandre Ottoni: Exatamente.

Caio Boiteux: Mas normalmente, eles se referem como ‘revolução’, não sei porquê (17m12s – 17m22s).

Após esse diálogo, Martina Spohr concluiu que a palavra revolução faz parte do discurso militar. A ideia não é nova, assim como muitas outras artimanhas da ditadura militar, os negacionistas não criam novos argumentos ou provas, pelo contrário, usam recursos requeitados da própria ditadura: reproduzem o discurso dos agentes estatais do período como se fosse verdade, sem crítica do lugar social de onde falam. Seria mais prudente uma melhor explicação dos conceitos de Golpe e Revolução¹³⁵. É na falta de definição, nos conceitos vagos, que negacionistas crescem perante o senso comum.

Depois deste ponto, a próxima questão que pode suscitar revisionismos e negacionismos é o argumento contrafactual de que havia uma ameaça comunista no Brasil e que, portanto, os militares impediram seu avanço com um golpe. Hipótese que foi ridicularizada pelos *nerdcasters*. É neste momento que Alexandre Ottoni introduz Martina Spohr como historiadora, então mestranda que estudava o período, e pergunta se o medo do comunismo pode abraçar todas as "contrarrevoluções" daquele momento. A historiadora respondeu que a fobia comunista não pode abraçar todas as revoltas da época, mas que era a desculpa esfarrapada para atingir o poder e que existia uma conjuntura de fatores.

Spohr aprofundou o debate, demonstrando que a construção do ideário anticomunista no Brasil estava consolidada na década de 1960, vinda desde 1930, e ficou pior depois da revolução cubana. A historiadora disse que "[...] a desculpa esfarrapada teve embasamento histórico pra eles usarem" (NERDCAST, 2009, 19m18s – 19m22s).

Após uma breve contextualização de Martina das várias tentativas de golpe ao longo dos anos, entre 1945 e 1964, Caio Boiteux teceu um comentário cáustico: "os milicos se usando do medo da classe média de perder o pouca [*sic*] porcaria que eles tinham, e os empresários com medo de algumas reformas que fossem tirar os 200% de lucro que eles tinham" (NERDCAST, 2009, 20m07s – 20m15s). A partir daí, Martina Spohr desenvolve um argumento importante para a compreensão do tema: a união dos projetos militares com os projetos da população civil empresarial. Assim, introduz no debate o papel civil na ditadura militar brasileira, demarcando um setor da sociedade que contribuiu com o golpe. A vírgula sonora

¹³⁵ A diferenciação dos conceitos só ocorreu anos depois, no Nerdologia de História “Existe diferença entre golpe e revolução” em 2019. Programa em vídeos no Youtube do Jovem Nerd que visam um conhecimento educacional em várias áreas, apresentado por Átila Iamarino e por Felipe Figueiredo. O episódio em questão pode ser visto em: <<https://www.youtube.com/watch?v=awhJ45W--bI>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

escolhida, isto é, o som utilizado para separar assuntos diferentes no *podcast*, foi o barulho de grades se fechando, no intuito de expressar o caráter repressivo do período.

As discussões que se seguiram sobre reforma agrária caíram numa fórmula geral que pode ser resumida na disputa entre conservadores e reformistas, sendo que esta disputa é mobilizada por negadores da história: o que os negacionistas tentam fazer é inventar uma falsa dicotomia entre “reformismo” e “democracia”. Assim, todo ato em prol da expansão de direitos sociais ou de maior participação política da sociedade nas tomadas de decisão do governo, acabam se tornando antidemocráticas e golpistas (MELO, 2013, p. 62).

A modernização, para os militares e liberais conservadores, "não passaria mais pelas reformas sociais para distribuir renda ou pela ampliação da democracia participativa e eleitoral, mas por 'segurança e desenvolvimento' a todo custo" (NAPOLITANO, 2014, p. 3). E "Mirando os comunistas, os golpistas de 1964 varreram o reformismo da agenda política brasileira" (NAPOLITANO, 2014, p. 7).

A conversa sobre a participação civil no golpe de 1964 no *Nerdcast* não levou a uma discussão mais aprofundada, como identificada nos demais *podcasts*, que trataram da polêmica legitimidade do golpe sustentada pretensamente pela participação e apoio da sociedade civil, como observado no episódio 22 do *Fronteiras no Tempo*:

Marcelo Silva: [...] Os civis não pensavam [...] que o regime fosse durar muito tempo. Acreditavam que ia ser uma intervenção curta em que os militares fariam a “limpeza”, né? Entre aspas. Retirando os grupos mais à esquerda do poder, né? [...] retirando esses grupos do debate e que pra que eles em 1965 pudessem voltar a sua forma tradicional de fazer política, sem esses grupos que eles consideravam radicais (20m37s – 21m03s).

No mesmo episódio, ao falar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, os historiadores explicaram que nem todas as pessoas que participaram dessas manifestações apoiavam uma ditadura, uma vez que não havia como saber do futuro (FRONTEIRAS NO TEMPO, 2017, 17m55s – 17m58s).

Por sua vez, os participantes do *História FM* fizeram uma leitura mais pormenorizada sobre a opinião pública para discutir a pretensa legitimidade do golpe e da ditadura militar:

Icles Rodrigues: E com relação ao que você falou de bases populares [...] de Jango buscar respaldo popular [...] você tinha mencionado [...] sobre um plebiscito que aconteceu e eu acho que é importante voltar nesse ponto antes da gente chegar a 1º de Abril de 1964, porque uma das coisas que muito se fala nas discussões em redes sociais e, às vezes, em falas públicas é a defesa da ideia de que havia muito apoio popular ao golpe, por conta das marchas que aconteceram em capitais e tal. Mas também se fala sobre a tal maioria silenciosa, ou seja, toda aquela população que não necessariamente foi pra rua, não necessariamente se manifesta e que não morava nas grandes capitais, que

morava bem no interior que deu apoio maciço às propostas do Jango no plebiscito [...]

Ricardo Duwe: [...] De fato, muita gente não gostava desse movimento que era considerado uma espécie de radicalização do Jango. Isso é algo que a gente tem que compreender. Só que eu acho que o que confunde muito é o que essas 300 mil pessoas [marcha da família] concordariam com uma solução golpista pra isso. Para essas pessoas, o golpe, [...] não existia nada no horizonte que poderia se assemelhar: “Vamos resolver isso por meio do golpe. Estamos aqui legitimando um golpe”. Não, elas estavam se manifestando, contrária a uma posição muito específica do Jango. E quando a gente vai ver, o professor Rodrigo Patto Sá Motta [...] ele tem um artigo muito interessante que ele usa pesquisas do IBOPE na época [...] o governo de Jango era avaliado quase 40%, 30% de bom [...]

Clarissa Grahl: A questão das marchas, assim, é interessante porque elas são sempre usadas como grande exemplo de que o golpe, ele teve apoio civil, né? E aí a gente tem que caracterizar esse civil também, né? Porque é claro que teve apoio civil, mas quem que é essa sociedade civil da qual estamos falando? Eh, os militares, né? Que eu estudei, eles costumam usar muito o sinônimo da marcha como uma sociedade civil de maneira geral, sem divisões, que clamava pelo [...] que os militares viessem salvar a sociedade do comunismo. E a gente tem que ver na verdade que essas marchas, elas não ocorreram como algo espontâneo, né? Na verdade, nenhuma manifestação ocorre de maneira espontânea. Se for ver, as organizações, né? Como elas foram puxadas, a marcha de São Paulo, ela foi organizada pela CAND que era uma entidade feminina, conservadora, de cunho católico. A União Cívica Feminina, né? Idem [...] setores do clero, e teve apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Então, a organização dessa marcha, ela tem um caráter de classe, né? Atraiu muitas pessoas [...] sim, mas que interesses estavam em jogo, estavam sendo pautados lá? Eram interesses de toda a população? [...] Chega a ser bem simbólico que nos relatos militares ou do revisionismo em geral, quando se fala das marchas da família com Deus pela liberdade, a questão do financiamento e da organização dessas marchas é sempre colocada de lado, né? Nunca é mencionado (HISTÓRIA FM, 2019, 23m – 29m09s)

O *História FM* trouxe alguns pontos para os ouvintes levarem em consideração: as pessoas nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade não necessariamente queriam um golpe, eram contra a radicalização de João Goulart. Demonstravam uma posição contrária às propostas do governo Goulart e não, necessariamente, legitimavam um golpe. Além disso, não se pode esquecer que Jango, pelo que pesquisas apontavam na época, apresentava índices de popularidade.

O *podcast* tratou da opinião pública sobre João Goulart tendo como referência o artigo de Rodrigo Patto Sá Motta, o que demonstrou uma relação importante com o campo historiográfico. As pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), que ficaram muito tempo arquivadas pelo instituto e foram doadas em 1989 para o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e seus resultados sugerem uma discordância na opinião pública. Para Motta:

Pesquisas realizadas alguns dias antes do golpe de 1964 mostram índices significativos de apoio a Goulart. No entanto, outras enquetes realizadas pelo IBOPE cerca de dois meses depois revelam apoio notável ao golpe. Como entender o paradoxo? (MOTTA, 2014, p. 5).

Como foi argumentado no *podcast*, Goulart era bem popular antes do golpe militar e as reformas de base, como a reforma agrária, chegavam a ser mais populares do que o próprio presidente. Ainda, segundo Motta, entre os 950 entrevistados numa pesquisa realizada entre os dias 20 e 30 de março de 1964, nas cidades de São Paulo, Araraquara e Avaí, respectivamente, 13%, 15% e 18%, consideravam o governo Jango “Ótimo”; 29%, 24% e 37% consideravam “Bom”; contra 7%, 10% e 5% dos entrevistados que o consideravam “Mau” e 12%, 11% e 5% de “Péssimo” (2014, p. 6)¹³⁶.

Nos mesmos municípios, as reformas de base tinham uma porcentagem de 40%, 39% e 52% de "Absolutamente necessárias, e com urgência"; 39%, 24% e 17% de "Necessárias, porém com moderação, sem pressa" e 7%, 7% e 6% de "Não são necessárias", respectivamente, em São Paulo, Araraquara e Avaí (MOTTA, 2014, p. 7)¹³⁷. Concomitantemente, as pesquisas e enquetes nas três cidades demonstram que a "[...] simpatia por reformas e por Goulart conviviam com valores anticomunistas. Em outras palavras, muitos cidadãos apoiavam reformas e tinham boa impressão do governo Goulart, porém repudiavam alternativas de esquerda mais radicais" (MOTTA, 2014, p. 10). Além disso, deve-se levar em conta a constante mudança da opinião pública, que oscilou ao longo dos anos.

Por sua vez, Icles Rodrigues acrescenta uma questão geográfica à análise ao observar que em capitais, qualquer manifestação política num contexto de crise tem a capacidade de angariar muitos participantes. Além disso, segundo Clarissa Grahl, a maioria das marchas aconteceu depois do golpe e foram convocadas pelos “grandes meios” de comunicação, como jornais conservadores (HISTÓRIA FM, 2019, 29m09s – 30m26). Outro aspecto trata que as marchas contaram com o apoio de políticos, como Carlos Lacerda e Ademar de Barros, que também serviram de convocadores. Dessas argumentações, o que se esboçou no *História FM* foi que grandes líderes do movimento poderiam ser golpistas, o povo que foi às ruas, não necessariamente (ibidem, 2019, 31m50s – 33m30s).

Mas, durante essa conversa, quando se falou dos ataques extremados, Icles Rodrigues chamou a atenção para a polarização do tempo presente, sobre posturas “absolutamente análogas à muita coisa que a gente viu em 2018” (HISTÓRIA FM, 2019, 32m40s – 32m46s). E um importante apontamento é feito por Grahl, ao lembrar que o discurso da despolitização

¹³⁶ Dados completos de Ótimo; Bom; Regular; Mau; Péssimo e Não Sabem, ver: MOTTA, 2014, p.6.

¹³⁷ De acordo com o mesmo historiador, apenas a proposta de voto aos analfabetos não tinha grande respaldo nas pesquisas, enquanto a elegibilidade de oficiais subalternos era bem vista (2014, p. 7).

ocorreu tanto nas marchas quanto nas eleições de 2018. As marchas se diziam “não partidárias”, como se não fossem políticas, quando o são. A passagem faz uma referência direta às disputas que levaram ao golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018:

Clarissa Grahl: E além disso, sempre é nesse, nessa questão, né? Que o comício da Central, ele tem caráter político, ele tem cor, ele é vermelho, né? Já as manifestações da esquerda elas são sempre, né? Ideológicas [...] [Falas que se cruzam]

Icles Rodrigues: [...] “porque são partidárias, porque tem bandeiras, tem a CUT”, pensando em termos modernos.

Clarissa Grahl: O bom que falar de 64 é que [...] é, a gente tem muita analogia pra fazer com o presente, assim, que se tornam muito ilustrativo. Já as manifestações, né? Da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, não. É verde-amarelo, não é político, é toda a população, é toda uma nação. Não é uma parte, né? Então, isso é muito simbólico, sim, de como era antes e continua sendo exemplo atual da forma como é tratado com diferença, né? Manifestações da esquerda e da direita (HISTÓRIA FM, 2019, 34m18s – 35m07s).

Por fim, as discussões sobre o golpe de 1964 giraram em torno do medo da ameaça comunista; a participação civil no golpe e o quanto o apoio civil pode ser considerado uma pretensa legitimação ao golpe e a ditadura militar que se seguiu.

Pelo que foi apresentado nos *podcasts* estudados, o golpe de 1964 suscita dois agentes históricos, cada um com suas discussões e dissensos específicos. Por um lado, tem-se a sociedade civil em que o significado de sua participação no golpe é disputado por revisionismos e negacionismos. Nestas leituras, a sociedade desejava o golpe e a ditadura que se seguiria. No entanto, o *Fronteiras no Tempo* e o *História FM* procuraram demonstrar que a sociedade é dividida por interesses distintos e que não é possível generalizar o apoio à ditadura militar. Afinal, se houve pessoas contra João Goulart, também é verdade que este era igualmente popular.

O segundo agente histórico sobre qual se recai disputas quanto ao significado de suas ações são os militares que efetivamente tomaram o poder. Neste caso, revisionismos e negacionismos recorrem à uma justificativa através de um pretensa ameaça comunista para legitimar o golpe e a ditadura militar brasileira. Neste quesito, o *Nerdcast* ironiza a incapacidade do Brasil de se tornar um país comunista, sem muitas explicações detalhadas. Isto suscita uma segunda questão problemática, que é o caráter e a legitimidade da oposição armada de esquerda, principalmente àquelas ligadas ao comunismo, assunto que será o tema seguinte.

3.2 O papel da oposição e da luta armada nas disputas de memória

Assunto frequente nos *podcasts* é a oposição à ditadura militar, principalmente aquelas ligadas à luta armada. Sobre estas, discorre-se sobre a capacidade de combate frente ao Estado e o caráter democrático ou antidemocrático de suas ações e reivindicações, que podem gerar revisionismos históricos.

Parte da deslegitimação da luta armada pode ser identificada em 2004, pela efeméride dos 40 anos do golpe militar de 1964 marcada pela retomada do revisionismo sobre a ditadura. Retoma-se a legitimação dos golpistas de que a esquerda estaria preparando um golpe, mas quem deu a princípio foi a direita junto aos militares. Algo como a teoria dos dois demônios, uma tentativa de tentar igualar, através de uma redução à violência, as ações da direita e da esquerda, tentando dizer que ambos são culpados pela ditadura militar e que ambas não tinham valores democráticos.

Isso se deveu em certa medida à publicação do livro do jornalista Elio Gaspari, “A ditadura envergonhada”, em 2002, o primeiro de uma sequência de outros três, publicados até 2004, pela Companhia das Letras¹³⁸. Seu trabalho dava primazia à articulação de Ernesto Geisel e de Golbery do Couto e Silva no processo de abertura política, deixando que muito do imaginário dos militares aparecesse em sua escrita, como a narrativa verídica sobre o período, sem fazer a crítica do lugar que estes ocupavam no regime autoritário. De acordo com Gilberto Calil,

Neste conjunto de livros, Gaspari propõe uma interpretação sobre o Golpe de 1964, os objetivos da ditadura, o papel da resistência armada e a caracterização do processo de transição. Nossa hipótese principal é que esta interpretação pode ser definida como revisionista, o que se evidencia, por exemplo, na responsabilização da esquerda pelo Golpe de 1964, na visão positiva em relação a uma fração dos golpistas identificada como “moderada”, na desqualificação da resistência armada à ditadura e na visão acrítica acerca do processo de transição conservadora conduzida por integrantes do governo ditatorial (2014, p. 99).

O livro de Gaspari ficou famoso e possibilitou que revisionismos tivessem um novo respiro. Talvez seja daí que o participante Fernando Russell chegue a comentar no *Nerdcast* que, aqueles que foram treinar em Cuba, não lutavam por democracia:

Fernando Russel: [...] É ilusão falar ‘quem pegava em armas, pegava porque era contra o regime ditatorial’. Ele era contra o regime ditatorial de direita que existia no Brasil.

Martina Spohr: Capitalista, né? Basicamente.

Caio Boiteux: A ditadura do proletariado.

Fernando Russel: Exatamente, porque quem é a favor de democracia não vai ter treinamento guerrilheiro em Cuba.

¹³⁸ Os livros são: “A ditadura escancarada” (2002); “A ditadura derrotada” (2003) e “A ditadura encurralada” (2004) e, bem depois, em 2016, “A ditadura acabada”.

Martina Spohr: Não vai (NERDCAST, 2009, 36m – 36m20s).

Aqui, o tópico que pode gerar revisionismos ou negacionismos parece girar no caráter da “ditadura do proletariado”. Defensores da ditadura militar alegam que o intuito das esquerdas era instaurar uma ditadura comunista essencialmente violenta. Os comunistas argumentam que defendiam uma democracia controlada pela classe trabalhadora e, talvez, teóricos anarquistas defendam que os comunistas estariam caindo num erro ao lutar por um Estado socialista, uma vez que o aparato de dominação, o Estado, continua existindo, exigindo que a luta pela democracia deva ser pela autogestão imediata¹³⁹. Deve-se lembrar que houveram vários grupos com estratégias diferentes de oposição e objetivos durante a ditadura militar, como apresentado por Marcelo Ridenti (2010)

De certa forma, encontra-se aqui, no *Nerdcast*, espaço para um discurso que se aproxima do revisionismo histórico por generalizar a luta contra a ditadura militar brasileira como uma ação antidemocrática. Essa argumentação deveria, num *podcast* mais cuidadoso, ser apresentada com várias indagações: qual é o entendimento dos comunistas sobre “ditadura do proletariado”? Quais eram os entendimentos sobre esse conceito dentro dos diversos grupos de esquerda no Brasil? Quem foi para a luta armada pensava somente no comunismo ou houve pessoas que entraram nas organizações com o objetivo de somente lutar contra a ditadura, sem ter o conhecimento teórico marxista, como era o caso de alguns estudantes após o AI-5?¹⁴⁰. Para citar um exemplo, este é o caso de estudantes, após 1968, que adentraram na luta armada contra a ditadura por si mesma, mas não defendendo o comunismo¹⁴¹.

Por sua vez, o *Fronteiras no Tempo*, no episódio 22, argumentou que a possibilidade de um golpe comunista vindo das ditas guerrilhas contra a ditadura militar não tinha a capacidade de tomada do poder, desfazendo o negacionismo de que o regime autoritário foi necessário para conter grupos comunistas:

Cesar Agenor: Nenhum desses movimentos tinha real capacidade de conseguir derrubar o governo.

Marcelo Silva: Não, lógico que não.

Cesar Agenor: Nenhum deles tinha, eram pequenos, assim, não eram com milhares de pessoas, né? [...] e você não tinha uma abertura pro debate público, né? Não tinha meio político de competição.

¹³⁹ Para os sentidos de “ditadura do proletariado”, ver o verbete “Ditadura” em STOPPINO, 1998, p. 378 – 379. Para os sentidos de democracia nos grupos de esquerda contra a ditadura militar brasileira, ler os textos reunidos por REIS FILHO; SÁ, 1985.

¹⁴⁰ Um pouco dessas questões apareceu depois no episódio, aos 53 minutos, quando os participantes dizem de passagem que o processo genérico de formação de guerrilheiros era de estudantes que se envolviam no partido comunista, ou aqueles que simplesmente “deixavam a barba crescer, pronto, virou guerrilheiro”.

¹⁴¹ Para tal informação, ver a apresentação de Carlos Fico: <<https://www.youtube.com/watch?v=06ySSxnkyM4>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Marcelo Silva: [...] muito bem, militares, então, abusaram de uma maneira impressionante, desse poder do Estado. Como o C.A disse: um grupo, civis armados lutando contra o Estado, que tem um aparato infinitamente maior que qualquer grupo civil, mesmo que fosse muita gente, né? (1h16m33s – 1h17m24s).

Eles terminam o assunto dizendo que, embora esses grupos não tivessem a chance de lutar contra o Estado, a simples existência deles dava a justificava necessária para o regime aumentar a repressão. A temática da luta armada retorna no episódio 24, em que se defende novamente que os grupos armados não tinham a capacidade de tomar o poder no Brasil.

Por outro lado, o *História FM* expandiu a discussão para outros temas. As questões lançadas pelo *podcasters* foram: qual o caráter da democracia naquela época? E qual seria o caráter dessa democracia que impediu que partidos, como o PCB, participassem legalmente da disputa política, forçando este a viver na ilegalidade na maior parte do tempo?¹⁴² (HISTÓRIA FM, 2019, 1h10m1s – 1h14m36s). Ou seja, a democracia brasileira, de 1946-1965, foi excludente até a eclosão da ditadura militar, gerando aqueles que decidiram pegar em armas para derrubar o regime militar. A impressão que fica é que a democracia brasileira foi fechando os espaços de diálogo, que teve seu auge nas cassações da ditadura militar, aumentando o engajamento desses grupos excluídos à vertente armada na busca por sua participação.

Icles adiciona a questão das organizações estrangeiras. Ele menciona os documentos do serviço secreto da Tchecoslováquia que discutiam a conjuntura brasileira e que eles próprios admitiam não haver possibilidade de fazer a revolução por características locais.

Icles Rodrigues: [...] A gente sabe que tem documentação do serviço secreto da Tchecoslováquia discutindo conjuntura brasileira, possibilidade de uma revolução etc. Só que, primeiro: até onde eu tenho conhecimento — não sei se o que vocês leram respalda o que eu li — o próprio serviço secreto tchecoslovaco, os próprios interessados externos em um Brasil se tornar um país socialista, admitiam que seria virtualmente impossível fazer isso por características culturais, políticas locais, né? Inclusive, eu já vi trechos bastante depreciativos [...] em relação aos brasileiros escritos por esse serviço secreto, falando sobre como: “Olha, não vai rolar, não, cara. Aqui vai ser difícil”. Só que acontece que a mera existência do interesse em se estabelecer uma revolução socialista ou algo assim, é transformada em uma ameaça iminente. Como algo que pode de fato acontecer. É tipo dizer que: “Ah, eu quero comprar uma *Ferrari*, então, eu tô na iminência de ter uma porque eu quero”. Não é assim que funciona [...] (HISTÓRIA FM, 2019, 1h08m33s – 1h09m39s).

¹⁴² A fundação do PCB se deu em março de 1922 e, em junho do mesmo ano seria colocado na ilegalidade pelo governo Epitácio Pessoa. O PCB voltaria a legalidade em janeiro de 1927, mas, novamente, posto na ilegalidade em agosto. Somente em 1945 retomaria a legalidade, perdendo-a em 1947. O PCB entraria na legalidade mais uma vez apenas em 1985, após o fim do mando militar, existindo até os dias de hoje (PARTIDO..., S/D, *on-line*)

Através dessa argumentação, Icles concorda com Motta quanto, ao se referir a luta armada, a não existência de um motivo legítimo para a imposição de uma ditadura militar em caso de espionagem soviética, pois:

[...] mesmo se hipoteticamente aceitássemos o ponto de vista de quem lutava contra a esquerda, o golpe não era a única opção na luta pela ordem. Poderiam ter defendido seus interesses e ideais utilizando instituições e instrumentos compatíveis com a democracia liberal. Sobretudo, a defesa da ordem não implicava necessariamente uma ditadura, tampouco lançar mão da tortura e dos desaparecimentos como política de Estado. A propósito, vale a pena lembrar os casos italiano e alemão nos anos 1970, em que o Estado enfrentou o desafio armado da extrema-esquerda sem ditadura e sem desaparecimentos (MOTTA, 2014, p. 20).

Clarissa Grahl encerrou a questão com uma pergunta: se o serviço tchecoslovaco podia fazer tal revolução, por que os EUA não demonstraram preocupação com a participação tchecoslovaca? (HISTÓRIA FM, 2019, 1h23m – 1h23m05). Isto é, por que a potência capitalista não se preocupou com esse serviço secreto supostamente poderoso?

Seguindo adiante, Icles Rodrigues fez uma reflexão teórica importante para os ouvintes: o problema do revisionista/negacionista é estar mais preocupado em julgar do que compreender, de usar critérios morais para julgar o evento. Ficando a impressão de que dar um golpe contra a democracia para defendê-la é “belo e moral”. Mas, pegar em armas para lutar contra um governo autoritário seria “terrorismo” (1h15m48 – 1h15m57s). Com esse tipo de argumentação moral, cooptam-se pessoas para causas políticas. Rodrigues deu o exemplo da “idealização que se faz da Independência dos Estados Unidos” que, neste caso, supostamente a luta contra o Estado britânico foi “bela e moral”, enquanto no caso brasileiro, não. E completa dizendo que o julgamento não parte de um viés analítico e é incapaz de compreender os processos históricos (HISTÓRIA FM, 2019, 1h16m06s – 1h17m17s).

O contraste é acentuado quanto à oposição armada à ditadura militar brasileira na visão dos *podcasts*. O *Nerdcast* deixou escapar a noção de que os comunistas que lutaram contra a ditadura militar através das armas não eram favoráveis a democracia, algo que pode gerar interpretação revisionista sustentada pela teoria dos dois demônios, legitimando o golpe e o regime autoritário, combatidos nos *podcasts* posteriores aqui estudados.

3.3 O assim chamado milagre econômico

Questões econômicas são frequentes na história da ditadura militar, os *podcasts* não se eximiram de discutir o dito milagre econômico, embora com acentuações diferenciadas. Referente ao milagre econômico, enfatizou-se com frequência que este foi usado como propaganda para legitimar a ditadura.

No caso do *Nerdcast* (2009, 44m43s – 45m09s), o tema recaiu sobre a memória seletiva que o discurso econômico gera. Eduardo Spohr, explica que esse período é utilizado para legitimar a ditadura militar. Por causa do dito milagre econômico, do que as pessoas tiveram a impressão de que esse período teria sido bom para se viver. Martina Spohr apresenta o chamado milagre econômico e seu fim com a crise do petróleo como um dos fatores de desestabilização do regime militar (NERDCAST, 2009, 58m – 59m40s). Afora essas questões, o *Nerdcast* não adentra em problemáticas mais econômicas.

Revisionistas e negacionistas tentam defender o milagre econômico como se fosse incompatível com ditaduras ou com o sentido de que, supostamente, “valeu a pena”. A primeira é absurda, pois pode haver todos os tipos de ditaduras, na riqueza ou na pobreza. A segunda também, pois ela diz que é supostamente aceitável excluir pessoas para se fazer um avanço econômico. Ora, não pode haver avanço econômico e inclusão? Ou só pode haver aumento da riqueza para uma camada da sociedade?

A noção de que o dito “milagre econômico” foi benéfico para o povo brasileiro é equívoca, pois ele foi salutar para as camadas mais ricas da sociedade. A desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres aumentou muito. Na década de 1970, um trabalho de Albert Fishlow denunciava o aumento da desigualdade gerada pela política econômica dos governos militares tanto da estratégia anti-inflacionária quanto nas reformas estruturais que “tinham montado um sistema que não beneficiava os setores mais vulneráveis e [...] tendia a concentrar renda” (PRADO; EARP, 2007, p. 231). E essa

[...] questão foi ampliada com diversos artigos na imprensa e um grande número de publicações acadêmicas criticando a política governamental. Um dos mais instigantes e provocativos artigos publicados na época foi a sátira de Edmar Bacha, intitulada "O rei da Belíndia – Uma fábula para tecnocratas"; em que apresentava de maneira criativa e irônica as implicações das formas de se medir o crescimento econômico para avaliar a melhoria da renda de todos segmentos sociais. O governo, no entanto, não deixou esta questão sem resposta. Um trabalho foi encomendado a Carlos Geraldo Langoni, professor da Fundação Getúlio Vargas, que, depois de circular de maneira restrita durante cerca de um ano, foi divulgado ao grande público em 1973, através de um livro intitulado *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil* (PRADO; EARP, 2007, p. 231).

No livro de Carlos Langoni supracitado, defendeu-se crescer primeiro para depois redistribuir, e que a desigualdade da distribuição de renda "foi a combinação de ganhos relativamente pequenos (inferiores a 10%) nos grupos de renda próximos à um salário mínimo, e de ganhos extremamente elevados nos grupos de renda alta" (PRADO; EARP, 2007. p. 232). Esse tipo de argumentação foi usado pelo ministro da Fazenda dos governos Costa e Silva e

Médici, Delfim Netto, através de uma analogia que ficou famosa: de que era necessário esperar o bolo crescer para depois repartir.

Mesmo com as tentativas de justificar essa desigualdade com a noção de que seria necessário fazer o bolo crescer para depois dividi-lo, o milagre econômico se fez pela concentração de renda. Napolitano (2014, p. 154) informa que o salário mínimo teve perda real de 25% entre 1964 e 1966 para 15% entre 1967 e 1973. Bresser-Pereira afirma que: "Os 50% mais pobres, que controlavam 17,4% da renda pessoal no Brasil em 1960 (o que já era muito pouco), passaram a controlar 12,6% em 1980" (1998, p. 89)¹⁴³. O mesmo autor também dá as porcentagens da renda dos mais ricos no PIB:

O país desenvolve-se, a produtividade aumenta (o produto interno bruto *per capita*, medida global de produtividade, cresceu em 79% entre 1970 e 1980), mas a renda se concentra. Os beneficiados pelo desenvolvimento são muito poucos. Em 1960, os 10% mais ricos da população controlavam 39,6% da renda no Brasil; em 1970, essa porcentagem aumentou para 46,7%, e em 1980, para 50,9%. Em 1989, os 20% mais ricos controlavam 67,5% da renda nacional. Por outro lado, quando comparamos a repartição da renda no Brasil com a dos demais países desenvolvidos (e mesmo de alguns subdesenvolvidos), verificamos definitivamente o alto grau de concentração de renda existente no país (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 27).

No episódio 24 do *Fronteiras no Tempo*, o milagre econômico foi abordado através dos anos da ditadura militar, especificando suas variações e a ampliação das desigualdades sociais, tendo como foco a área industrial:

Cesar Azenor: A parte econômica é interessante porque quando os militares assumem, inicialmente, eles têm um projeto político-econômico de um nacionalismo não intervencionista, de um liberalismo privatista; no início. Eles tiveram o Mario Henrique Simonsen, que foi presidente do Banco Central no governo Castelo Branco. Depois ele vai ter outras participações, vai ser ministro da Fazenda no governo Geisel, do Planejamento no governo Figueiredo [...]. Inicialmente eles tentaram uma série de medidas pra reformular tanto a economia quanto a área política e a questão de direitos trabalhistas [...] os militares tentaram fazer uma reformulação na economia. Primeiro ponto foi tentar controlar o salário mínimo a partir dos chamados PAEG, que era o reajuste pela média de salário real dos últimos 24 meses. Pegava a média de dois anos e aí, com a referência de dois anos atrás, fazia-se, então, o reajuste pra repor a inflação. Mas não era a inflação do último ano, era a inflação dos 24 meses anteriores. Também que teve de controle de preço, com alimentos, aluguéis, e um excessivo controle dos gastos públicos. Eles apertaram o gargalo dos gastos públicos do governo militar pra tentar fazer com que essa economia melhorasse. Deu resultado?

Marcelo Silva: Não.

Cesar Azenor: Nenhum resultado. E aí que foi uma virada, com uma ascensão cada vez maior de Antônio Delfim Netto [...] que ele passa, então, a

¹⁴³ Quadro X na página 90 do livro de Bresser-Pereira apresenta os dados do IBGE de 1960, 1970 e 1980.

ser ministro da Fazenda em 1967, fica no cargo até 1973. Começa, ainda no governo Castelo, passa pelo governo Costa e Silva, e o governo Médici inteiro praticamente.

Marcelo Silva: É dele que é a frase famosa de que “primeiro temos que fazer o bolo crescer pra depois dividir”, né? [...]

Cesar Azenor: [O Brasil] passou a crescer pelo seguinte; o quê que os militares passaram a fazer? Eles recuperaram o projeto nacional-desenvolvimentista do Vargas e do JK.

Marcelo Silva: Há, que ironia! [...]

Cesar Azenor: [...] Havia, então, esse, um projeto de que o Brasil precisava se industrializar. E pra isso, então, o Estado por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — o BNDE, BNDES só mais próximo de nós [...] com o social do S [...] — criação de Getúlio Vargas em seu Estado Novo; eles vão pegar esse banco e vão pegar crédito no exterior, que a Europa estava se reerguendo, então, passou a ter capital disponível na Europa e haviam empresas europeias que queriam competir com as empresas americanas um processo de transnacionalização de suas indústrias, e o Brasil se mostrou extremamente favorável a isso, né? Porque no governo Castelo e parte do Governo Costa e Silva, alinhamento automático com os Estados Unidos na política externa, quando os Estados Unidos deixaram de atender algumas demandas e o projeto nacional-desenvolvimentista volta com muita força, o Brasil começa a olhar pra outros lados a sua política externa [...] você teve uma série de empresas estatais que foram criadas, e o Estado era o grande motor da economia, né? (FRONTEIRAS NO TEMPO, 2017, 54m29 – 1h20s07)

E termina explicando que o desenvolvimento da economia cessou após a crise do petróleo e o aumento da dívida externa. Esta leitura é condizente com os estudos de diversos pesquisadores: ocorreram mudanças nos projetos econômicos no período ditatorial. O projeto econômico que sobe ao poder é de caráter liberal personificado em Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, que faziam parte da direção econômica do governo Castelo Branco. Estes defendiam que o crescimento viria enquanto um resultado da resposta da iniciativa privada às condições econômicas favoráveis, sem a necessidade de participação do Estado que fosse além da garantia de estabilidade monetária e tributações que incentivassem os investimentos (PRADO; EARP, 2007, p. 212). Ainda, segundo os mesmos autores, o primeiro projeto chamado PAEG — Plano de Ação Econômica do Governo — tinha como objetivo conter o processo inflacionário, uma vez que para seus criadores¹⁴⁴, a estagnação se dava fundamentalmente pelo aumento inflacionário de demanda.

Uma série de mudanças foram implementadas como um novo Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172/66); correção monetária (Lei n°4.357/64); as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) que reformulava os juros para melhor financiar os déficits

¹⁴⁴ Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos, responsáveis pela política econômica de Castelo, tinham os objetivos de remover as "falhas institucionais": a ficção da moeda estável na legislação econômica; a desordem tributária; a propensão ao déficit orçamentário; lacunas no sistema financeiro; os focos de atrito criados pela legislação trabalhista. Ver NAPOLITANO, 2014, p. 157.

públicos; alteração da lei da remessa de lucros que se tornou menos perigosa ao capital estrangeiro; criação do Banco Central orientado pelo Conselho Monetário Nacional; e o Fundo de Garantida do Tempo de Serviço (FGTS). Todas essas medidas não conseguiram conter a inflação. Pretendia-se chegar à 10% em 1966 e nunca conseguiu chegar abaixo de 40%. (PRADO; EARP, 2007, p. 213 – 215). Ou seja, nos seus primeiros anos a ditadura militar teve um mal desempenho econômico, convenientemente esquecido pelos revisionistas e negacionistas. No entanto, colocaram condições internas para o futuro:

A reforma fiscal criou uma base tributária consistente e eficiente para o financiamento do setor público e, ainda, com a adoção do estatuto da correção monetária, surgiu um mercado para títulos públicos federais. A reforma financeira permitiu uma gestão mais eficiente da política monetária com a criação do Banco Central e a reestruturação do mercado de capitais. A reforma trabalhista, além de reduzir custos de mão-de-obra [*sic*], criou fundos de poupança compulsória que contribuíram para a ampliação dos investimentos públicos e um Plano Nacional de Habitação (PRADO, EARP, 2007, p. 216).

Ainda, seguindo com os autores, em relação às condições externas, a economia mundial ia bem, marcada pelo "mercado de euro-dólares" de movimentação de moedas sem nenhuma regulamentação, taxa de juros ou regras de segurança, possibilitando um grande

fluxo internacional de capital, permitindo uma elevação dos investimentos diretos das empresas transnacionais e facilitando a captação de empréstimos em dólar por países em desenvolvimento, para financiar crescimento econômico ou déficits na balança de pagamentos (PRADO; EARP, 2007, p. 217 – 218).

Com a chegada de Costa e Silva ao poder, mesmo este prometendo continuar a política de combate à inflação, o grupo ortodoxo sai de cena. Delfim Netto se torna ministro da Fazenda e tem uma outra explicação para a inflação brasileira. Esta seria uma inflação de custos, porém "oculta pelo crescimento da demanda" (MACARINI, 2000, p. 4). Para ele, a continuidade da política anterior impediria o desenvolvimento, pois deprimiria os investimentos.

As coisas mudaram após 1968. Com o aparecimento da oposição interna ao regime e do movimento estudantil, exigiu-se um programa de crescimento mais direto para arranjar alguma desculpa que legitimasse o regime, uma vez que este se dizia existir para ordem política e econômica do país. Não houve a busca do equilíbrio orçamentário — diferenciando-se do PAEG — e a política monetária foi a que mais mudou, com a expansão real da oferta de moeda e crédito (MACARINI, 2000, p. 8).

De 1968 a 1973, o PIB ficou em 10% por três anos, 11%, 12% e 14%¹⁴⁵ ao mesmo tempo que a desigualdade de renda piorou em 1970¹⁴⁶. Houve uma política de expansão de crédito: aumentou-se o crédito para o setor privado, principalmente para a área agrícola — objetivando elevar a oferta de alimentos para o mercado interno e aumentar as exportações —; aumentou-se para a exportação de manufaturados; para os consumidores em geral, de aquisição de bens duráveis como carros e eletrodomésticos (PRADO; EARP, 2007, p. 224 – 225).

Prestigiou-se a construção civil, setor que mais emprega mão de obra não especializada, dividindo-se em construção residencial — alimentado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), financiando o construtor civil e o comprador de imóvel — e a pesada, beneficiada pelo aumento da demanda estatal por obras de infraestrutura (PRADO; EARP, 2007, p. 225). O alto crescimento do Produto Industrial, especialmente a Indústria de Transformação, no estudo de Serra (1982)¹⁴⁷, demonstra que "o maior resultado é o combinado da ampliação do crédito ao consumidor, da capacidade ociosa existente e do crédito fácil para capital de giro" (PRADO; EARP, 2007, p. 226). As exportações e importações surpreenderam bastante, crescendo para US\$ 6,2 bilhões em 1973: "Estes resultados foram fortemente influenciados pelo crescimento do comércio mundial, pela evolução favorável dos termos de troca e pelo aumento da liquidez internacional, todos frutos do crescimento das principais economias industriais" (PRADO; EARP, 2007, p. 226).

As condições que possibilitaram o crescimento econômico se coadunam nos fatores internos e nos externos, com o comércio mundial favorável. De um ponto de vista de suas consequências, as características mais marcantes que se deve ressaltar do suposto milagre econômico (1967-1973) se resumem em duas palavras: arrocho salarial e dívida externa. Como explicou Napolitano:

[...] este salto impressionante, na verdade, tinha sido feito à custa de arrocho salarial, reforço dos laços de dependência estrutural do capital internacional e brutal concentração de renda, até para os padrões capitalistas. O problema é que nos dez anos que se seguiram ao fim do regime militar os governos civis não apenas não reverteram este quadro como aprofundaram o caos econômico, gerando uma sensação de nostalgia do “milagre econômico” que até hoje é um argumento utilizado para defender as realizações da ditadura (NAPOLITANO, 2014, p. 152-153).

O segundo aspecto se dá pela busca de financiamento para a indústria brasileira de infraestrutura, visando a possibilidade de, no futuro, multinacionais adentrarem o Brasil, que

¹⁴⁵ Tabela em PRADO; EARP, 2007, p. 223.

¹⁴⁶ Em 1969, após o crescimento do PIB e do AI-5, retomasse o combate à inflação, não tão bem gerida.

¹⁴⁷ O trabalho de José Serra referenciado se chama "Ciclos e mudanças estruturais na Economia Brasileira no Pós-Guerra".

precisava de "hidrelétricas, portos e estradas para desafogar seus gargalos produtivos, mas não tinha poupança interna o suficiente" (NAPOLITANO, 2014, p. 168). A busca por financiamento estrangeiro foi relativamente fácil antes de 1973. "O Brasil não teve dificuldade em obter crédito tanto para o setor público quanto para o privado. Isto implicou, naturalmente, o aumento da dívida externa, que pulou de US\$ 4,5 bilhões, em 1966, para US\$ 12,6 bilhões, em 1973" (PRADO; EARP, 2007, p. 227). Quando as condições externas deixaram de ser favoráveis, a dívida externa se tornou onerosa demais.

Resumindo, de acordo com Napolitano (2014, p. 155-156), a economia na ditadura militar passou por três fases: uma política dura de ajuste fiscal e monetário da ortodoxia liberal com controle salarial, menos gastos e mais impostos; a expansão do consumo privado no dito milagre econômico; e o financiamento de obras de infraestrutura, estatizante, com Geisel:

Na forma de uma planificação normativa da economia, reforço das estatais produtivas (ligadas à siderurgia, energia e petroquímica) e investimento em bens de capital, a Era Geisel acabou se desviando de algumas diretrizes do milagre, como o foco na indústria de bens de consumo duráveis. Na verdade, a política econômica proposta por Geisel visava evitar gargalos energéticos e de bens intermediários fundamentais para se manter a produção de bens de consumo. Por outro lado, o governo tentava reforçar o mercado interno, o protecionismo setorial e a autossuficiência energética da economia, à base de ampla captação de recursos no exterior sob a forma de endividamento estatal (NAPOLITANO, 2014, p. 137).

Comparado aos anos anteriores à ditadura militar, na democracia brasileira anterior ao golpe de 1964 a economia andava relativamente bem, não sendo necessária uma ruptura institucional que pretensamente a justificasse. Como salientou Marcos Napolitano:

Quando vistas em uma perspectiva histórica mais longa, as realizações econômicas do regime, em parte, se diluem. Entre 1948 e 1963, o crescimento médio do PIB foi de 6,3%. Entre 1964 e 1985, foi de 6,7%. A exuberância de crescimento do "milagre" dos governos Costa e Silva e Médici (1968-1973) e do crescimento induzido pela política do governo Geisel (1974-1979) foi, em grande parte, anulada pela política recessiva do primeiro governo militar e pela profunda crise econômica pós-1980. Portanto, no jogo dos índices de crescimento entre a democracia e a ditadura, quase dá empate (2014, p. 153).

Níveis semelhantes já eram atingidos anteriormente na democracia, não sendo necessário golpeá-la para retomar o crescimento. Afinal,

a economia brasileira chegou a crescer acima de sua média histórica em outros períodos a partir de 1940. Houve fases de elevadas taxas de crescimento logo após a Segunda Guerra Mundial e no período do Plano de Metas, além do "milagre". Por outro lado, no final dos anos 1970, durante a ditadura militar, o crescimento do PIB passou a ter médias baixas (VIEIRA, 2008, p. 19). Ou seja, a modernização – aqui entendida como crescimento do PIB e suas

consequências – não decorreu do regime autoritário; vinha sendo construída havia décadas. Note-se que não estou propondo mobilizar condicionais contrafáticos do tipo “teria havido crescimento mesmo que não houvesse ditadura”. O que estou afirmando é que o crescimento que houve durante o período não foi apenas uma decorrência das ações dos governos militares, devendo também ser lido em duração mais longa (FICO, 2017, p. 30).

O dito milagre se encerrou com uma crise econômica e com a alta dívida externa no final de 1970, devido ao segundo choque do petróleo mundial. O Brasil entra em uma crise que demorará até os anos 2000 para se recuperar. A ditadura militar, apesar do milagre econômico, deixa um grande problema para as forças democráticas pós-1985. Em nota, Napolitano (2014, p. 368) aponta que o desemprego cresceu de 2,8% da População Economicamente Ativa (PEA) em 1979, para 4,3%; a inflação de 38% em 1978, para 76% no ano seguinte. A crise do final do governo Geisel pôde ser resumida por Bresser-Pereira, ao dizer que o modelo desenvolvimentista do então presidente não podia ir adiante:

[...] quatro choques externos forçaram o Brasil a ajustar de forma imediata a sua economia: (1) o segundo choque do petróleo, que elevou o valor das importações; (2) a recessão nos Estados Unidos, que provocou uma redução das exportações brasileiras; (3) o aumento das taxas de juros nominais graças à inflação nos Estados Unidos; e (4) o aumento das taxas de juros reais graças à política monetarista de ajuste adotada pelos Estados Unidos. Os últimos dois choques aumentaram o montante de juros que o Brasil necessitava pagar a seus credores (1998, p. 167).

Por fim se, por um lado, o *Fronteiras no Tempo* dedicou uma boa parte do episódio 24 à temática do dito milagre econômico, por outro, o *História FM* foi o único que não reservou alguns minutos para discuti-lo. Porém, tanto o *Nerdcast* quanto o *Fronteiras no Tempo* abordaram os aspectos gerais do chamado milagre econômico, embora o primeiro tenha se limitado a dizer só o necessário, enquanto o segundo teve um zelo maior quanto as políticas econômicas. Assim, nos *podcasts* selecionados, os aspectos econômicos foram menos discutidos.

3.4 O caráter sistêmico da repressão e da tortura.

Não poderia se falar de ditadura militar sem tocar no assunto da supressão da cidadania, da repressão e da tortura. Temas que foram abordados de maneiras distintas. O *Nerdcast* versa sobre a censura e sobre os atentados terroristas da ditadura militar, mas pouco sobre a tortura. Por exemplo, apresentou-se a tentativa de explosão do gasômetro do Rio de Janeiro, bem como o atentado do Rio Centro pelos militares, mas não se discutiu muito sobre a tortura, exceto

quando Eduardo Spohr menciona o filme “Pra frente, Brasil”, em que o personagem principal sofre as sevícias.

Quanto ao caráter ditatorial do regime, Martina Spohr explica que, apesar da ditadura militar manter aberta o Legislativo e o Judiciário, os Atos Institucionais permitiam que todo o poder se concentrasse no Executivo tutelado pelas Forças Armadas. E em seguida, Alexandre Ottoni demonstra sua capacidade de síntese humorística e explica como a democracia funciona:

Alexandre Ottoni: [...] você tem a oposição que tá no seu direito democrático de...

Caio Boiteux: De fazer oposição ao governo.

[Alexandre Ottoni diz “contestar” ao fundo]

Alexandre Ottoni: [...] e fazer oposição e tal. Quando você tem uma ditadura, a oposição teoricamente não existe...

Caio Boiteux: Tem o direito de morrer, só, é o único.

Alexandre Ottoni: ... porque morre!

[Risadas de Deive Pazos]

Alexandre Ottoni: Exato.

Martina Spohr: Eles fingem que admite permitindo um partido como o MDB, né? Ele finge que admite (NERDCAST, 2009, 32m59 – 33m18s).

Toda essa parte tem a função de demonstrar, ao público, os mecanismos que identificam esse período enquanto uma “ditadura”, uma vez que alguns podem se questionar ao perceber que ainda havia os poderes Legislativo e Judiciário, bem como eleições do Executivo em disputas locais de poder. O que demonstra com facilidade o arbítrio desse período são os Atos Institucionais que concentram o poder na mão dos militares, bem como a capacidade de fechar o Congresso do AI-5 (eufemisticamente chamado de “recesso”) e a perseguição aos opositores do regime.

A temática da censura foi introduzida no *Nerdcast* aos 49 minutos de uma maneira interessante, através de uma anedota de um caso familiar: Alexandre contou que sua mãe, que trabalhava no Jornal do Brasil (RJ) na época, foi vigiada por falar a “língua do P” e que ela teve que explicar o que significava tal língua para os militares. Estes relatos tornam a história mais viva. Sua função é servir como um dos vários exemplos de censura e a vida nessa situação vigiada.

Os demais *podcasts* vão além da repressão política e da censura, falando diretamente de tortura. No episódio 22 do *Fronteiras no Tempo*, a situação é posta de uma maneira que seja articulada com o tempo presente. Mais especificamente, fazendo uma menção à Jair Bolsonaro, além de esboçar um ataque ao negacionismo sobre os “desaparecidos” do regime num tom de desabafo na seguinte passagem:

César Agenor: [...] não adianta as pessoas tirarem sarro, dizendo que “quem gosta de osso é cachorro” né? Que independente: os familiares têm direito ao

luto. Direito de enterrar os seus mortos. Independente se esse morto é um criminoso ou se foi um político aguerrido; se foi um trabalhador; uma pessoa comum; um professor; um trabalhador [...] ou jogador de futebol; o Pelé ou a Xuxa. Os familiares têm direito ao luto [...] e teve muita gente nesse processo que nem chegou a ser julgado [...] E não necessariamente essas pessoas, tem muita gente que fala “ah, [...] o regime militar só atacou gente que era revolucionário, que pegou em arma pra derrubar o governo”. Não, meus amigos. Não foi isso. Não foi num momento de troca de tiros. Não, teve gente que era estudante que tava reivindicando, que reclamava alguma coisa do governo em sala de aula, de repente, no outro dia, sumiu.

Marcelo Silva: C.A, advogados de presos políticos eram torturados para que eles dissessem o que os seus clientes tinham dito a eles sobre seus companheiros (FRONTEIRAS NO TEMPO, 2017, 1h11m53s – 1h13m07s).

Foi o até então deputado, Jair Bolsonaro, que cunhou a expressão “quem procura osso é cachorro” em 2009, colocando um cartaz com o desenho de cão em seu gabinete, para se opor à abertura dos arquivos da ditadura militar referente ao extermínio da Guerrilha do Araguaia e o reconhecimento das vítimas (LOCATELLI, 2009, *on-line*). Cesar Agenor, ao mesmo tempo que fez a crítica, denunciou o negacionismo de que a ditadura militar teria perseguido apenas “criminosos”.

Ao final do episódio 22, ao prometerem que haveria um terceiro programa, os historiadores falam abertamente da situação em que vivem e o papel que a profissão exige deles:

César Agenor: [...] tema será novamente alvo porque 2018, essa memória, talvez, terá uma disputa ainda mais ferrenha por ela. E é um papel nosso falar com as pessoas sobre isso, né? Nós somos historiadores, né? Então, a gente não pode deixar que as *fake news*, a pós-verdade tome conta, né? Da memória coletiva. A gente não tá querendo dizer que a gente vai falar a verdade absoluta sobre o passado, mas nós garantimos que mentir sobre ele nós também não iremos (FRONTEIRAS NO TEMPO, 2017, 1h30m).

São palavras fortes que premeditavam a disputa pelas eleições de 2018 em que discursos revisionistas e negacionistas estavam sendo mobilizados politicamente para descartar candidaturas de esquerda, utilizada por Jair Bolsonaro em sua campanha. Assim, César e Marcelo se viram impelidos — uma vez que produziam *podcasts* de história — a tratar do tema da ditadura militar brasileira, numa tentativa de remediar os discursos revisionistas e negacionistas, e os ataques aos historiadores profissionais.

Especificamente sobre a tortura, no episódio 24 do *Fronteiras no Tempo* foi citado como um caráter sistêmico do regime militar:

Marcelo Silva: Então, você tinha um sistema de tortura [...] um sistema que não tá escrito assim: “Ah, eh, vamos criar um sistema de tortura?” Não, eles dizem que era um sistema de policiamento, investigação e tudo mais.

César Agenor: Segurança Nacional!

Marcelo Silva: “Segurança Nacional” contra o “inimigo interno”, porque os militares tinha esse, muito, era muito caro para eles essa coisa do inimigo

interno. Eles tinham que derrotá-los. Mas isso não era exceção, tá gente? Isso não era um, um doído qualquer aí que saía torturando os outros. Não, era recorrente, desde o governo do Castelo Branco — 1964/65 — isso só foi aumentando, por negligência, inclusive, dos líderes militares. Isso foi perdendo o controle; o quê que foi perdendo o controle? O uso da tortura das mais variadas maneiras, né? Isso foi crescendo apesar de não aparecer, todo mundo sabia que acontecia (FRONTEIRAS NO TEMPO, 2017, 24m26s – 25m14s).

E novamente o *Fronteiras no Tempo* retoma a crítica à ilusão de que na ditadura somente “bandidos” foram punidos e torturados, algo que já haviam apresentado no episódio anterior. E logo em seguida, ao som de “Índios” da Legião Urbana, os historiadores falam do genocídio indígena que é negado no livro encomendado por Alfredo Buzaid já mencionado anteriormente¹⁴⁸. O genocídio indígena é uma temática que só apareceu no *Fronteiras no Tempo*:

César Agenor: [...] realizavam-se caçadas humanas com indígenas [...] caçavam eles com metralhadoras, com bombas de helicópteros, de aviões, e porque você tinha um projeto de nação, que na qual as tribos indígenas eram vistas como um empecilho (2017, 39m40s – 40m03s).

Por outro lado, a apresentação *podcastal* sobre esse tema da repressão e da tortura no *História FM* segue uma linha de demonstrar a hipocrisia e o revisionismo:

Icles Rodrigues: Muito se fala que a ditadura brasileira é, comparado a outras ditaduras, ela teria sido “branda”, porque supostamente matou pouco. Independente da questão da execução dos opositores, que é uma coisa que independe de números, a moralidade da questão, um número muito, muito, muito superior de assassinatos foi de pessoas que foram torturadas. E aí você coloca pessoas de diversas faixas de idade, desde crianças a idosos, e de todos os sexos, gêneros e afins. E aí, a gente tem um movimento, uma vulgarização, — eu não vou nem dizer que existe um movimento escrito sobre isso, relevante ou levado a sério — [...] existe a retórica de que a tortura não aconteceu. Quando você demonstra empiricamente o acontecimento da tortura e quando fica constrangedor demais defender essa mentira, aí os sujeitos partem pra coisa do “Eh, aconteceu, mas foi só com quem não prestava, com quem era uma ameaça” (2019, 1h30m32s – 1h31m34s).

O *História FM* escancara que os negadores da tortura, ao terem contatos com as fontes, tentam atenuar a violência, dizendo que só aconteceu com “bandidos”, o que é uma mentira¹⁴⁹. Logo depois, Ricardo Duwe faz o trabalho de demonstrar quais os cuidados com as fontes para que o público possa entender como historiadores chegam às suas conclusões, que consiste numa

¹⁴⁸ O texto supostamente aborda as denúncias de genocídio indígena, no entanto, esse tema é respondido apenas com uma afirmação de que tal denúncia seria tão absurda que nem precisava ser rebatida, deixando a questão sem nenhuma explicação (RELATÓRIO..., fls 58).

¹⁴⁹ Crianças também sofreram tortura, como Alexandre Azevedo que tinha 1 ano apenas quando sofreu a tortura (BECKER, 2013, *on-line*).

referência empírica que não pode faltar. Por sua vez, Clarissa encerra o assunto do negacionismo da tortura:

Clarissa Grahl: [...] não é algo que a gente pode extrair de relatos de pessoas que foram vítimas, mas de seus próprios executores. E aí entre eles, eu vou citar dois casos que se tornaram bem emblemáticos: um é o Paulo Malhões que admitiu, né? A tortura publicamente, inclusive, eh, ele se disse ser responsável pelo desaparecimento do Rubens Paiva — do deputado Rubens Paiva — e depois ele volta atrás, diz que não lembrava mais se ele teve diretamente envolvido com o fato ou não, né? E ele, depois, acho que 2014 [...] ele acabou sendo assassinado na casa dele em circunstâncias muito estranhas. E acabou despertando [...] uma desconfiança de uma queima de arquivos. E o outro, né? Foi o Marival Chaves, né? Que, ex-sargento, né? Trabalhou no DOI-CODI junto com o Ustra, com o Carlos Alberto Brilhante Ustra, no DOI-CODI de São Paulo e que ele diz que não participou diretamente, né? [...]. Mas diz que assistiu várias sessões de tortura, inclusive, diz que o Ustra era tido por todos eles ali como o “Senhor da vida e da morte” (HISTÓRIA FM, 2019, 1h37m24s – 1h38ms).

O relato termina com a apresentação do documento encontrado por Matias Spektor¹⁵⁰, liberado pelos EUA, do memorando da CIA para Henry Kissinger sobre uma reunião de Ernesto Geisel, onde este fora informando que 104 pessoas tinham sido executadas pelo Centro de Informações do Exército (CIE). Neste documento, Geisel defende que essas execuções continuem, embora enfatize que seja feito apenas contra “subversivos”¹⁵¹. Isto prova que a tortura era uma prática conhecida pelo alto escalão e não um exagero de pessoas isoladas. A inocência e ignorância das Forças Armadas sobre a tortura é desbaratada também pela série de denúncias feitas à Justiça Militar, documentos que foram publicados por Dom Paulo Evaristo Arns no livro “Brasil: Nunca Mais”. Com todas essas informações, confirma-se a relação de simbiose entre os grupos na parte superior do governo e seus subalternos.

Icles Rodrigues mencionou o termo “branda” anteriormente, fazendo uma alusão à expressão “ditabranda”, termo cunhado pelo jornal *Folha de S. Paulo* para designar a ditadura militar brasileira em seu editorial em 2009. Tal expressão simboliza a ilusão de que, por ter menos vítimas que suas semelhantes na América do Sul, a ditadura militar brasileira supostamente foi mais “branda”¹⁵². Cabe dizer que o termo “ditabranda” é um negacionismo que tenta, por meio do eufemismo, suavizar a imagem da ditadura militar brasileira, como se ela não tivesse sido um período de supressão de direitos e perseguições.

¹⁵⁰ Professor de relações internacionais da FGV.

¹⁵¹ Documento disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>>. Acesso em: 14 out. 2021.

¹⁵² Este termo parece ter sido retirado da Espanha, quando Damaso Berenguer substituiu o ditador Primo de Rivera, período que foi eufemisticamente chamado de “dictablanda de Berenguer”.

O *podcast* que mais discutiu esse termo foi o *Fronteiras no Tempo* em seu episódio 24, que começa com a ideia de “ditabranda” e a leitura reducionista da ditadura militar originária de Marco Antonio Villa:

Marcelo Silva: A ideia de que 1964 a 1968 nós vivíamos um regime que “ainda não era ditadura” e que só em 1968 ele se “torna” uma ditadura mais “dura”, né? Por assim dizer.

Cesar Agenor: A famosa “ditabranda”, né? Beraba?

Marcelo Silva? É, é a ideia de que só a partir do AI-5 que houve repressão e tudo mais. Não, a gente começou observar que existia um projeto dos militares, um projeto de contenção, principalmente das esquerdas no Brasil, né? Que eles estavam muito alinhados aí à uma política internacional do bloco norte-americano, capitalista. Então, todos os grupos dissidentes de esquerda ou que pudessem em algum momento se aproximar do comunismo, foram proibidos, perseguidos, e isso já no governo Castelo Branco, né? Inclusive, com o uso de técnicas de tortura; eh, uma repressão muito grande. (FRONTEIRAS NO TEMPO, 2007, 16m03s –16m50s).

Seguiu-se para a apresentação de que já no início da ditadura militar houve perseguições políticas aos sindicalistas. Essa parte do *podcast* procura explicitar, mediante o elencar das ações que suprimiram a cidadania no Brasil, que a ditadura já havia começado com o golpe. A visão reducionista de periodização foi proposta, segundo Carlos Fico, por Marco Antonio Villa. Para este, o período que vai do golpe até o AI-5 não teria sido uma ditadura porque o Congresso e outras casas legislativas estiveram abertas e “houve eleições para governadores e prefeitos (exceto nas capitais e cidades declaradas como áreas de segurança nacional), houve liberdade de imprensa e de editoração, bem como intensa atividade cultural (cinema, música e teatro), além do movimento estudantil” (2017, p. 53 – 54).

No entanto, o Congresso foi fechado algumas vezes arbitrariamente e houve sérias restrições ao seu funcionamento nesse período, além de haver a censura da imprensa e a repressão ao movimento estudantil. Na análise de Carlos Fico:

[...] se retirarmos o que é tautológico da definição de Villa, resta que houve ditadura quando “o Executivo teve plenos poderes”. Ora, podemos observar que, no período em pauta (31 de março de 1964 a 13 de dezembro de 1968), o Executivo teve plenos poderes durante a vigência do Ato Institucional e do Ato Institucional n. 2. Como se sabe, o primeiro ato – depois conhecido como AI-1 – permitiu que o Comando Supremo da Revolução, primeiro, e o presidente Castelo Branco, depois, cassasse mandatos e suspendesse direitos políticos até 15 de junho de 1964. Desse modo, da decretação do primeiro ato (9 de abril de 1964) até essa data terá havido ditadura – poder-se-ia pensar seguindo a linha de raciocínio de Villa (2017, p. 54).

O Executivo teve plenos poderes no AI-1 e no AI-2, o que deixa a periodização de Villa incoerente, excessivamente fragmentária:

Se for assim, segundo a própria definição de Villa teria havido ditadura entre o golpe e junho (ou outubro) de 1964. Depois, novamente, entre 27 de outubro de 1965 e o fim do mandato de Castelo em 15 de março de 1967. Finalmente, o país entraria em ditadura depois de 13 de dezembro de 1968 com o AI-5. Tentando entender a proposta de Villa (de que não houve ditadura na etapa inicial), talvez devêssemos supor que, para ele, nos primeiros anos houve, digamos, espasmos ditatoriais, algo que não caracterizaria própria e permanentemente uma ditadura, razão pela qual Villa também apela para a ironia e para a chave da singularidade do Brasil: seria uma ditadura à brasileira, título do seu livro (FICO, 2017, p. 55 – 56).

Por fim, a repressão é apresentada por todos os programas estudados, porém nota-se um certo desfalque do *Nerdcast* quando se trata da tortura, preferindo abordar prisões, atentados e censuras. Os demais *podcasts* falaram diretamente sobre o assunto, discutindo suas implicações para nossa sociedade atual. Sendo problema essencial para se refletir sobre o período autoritário pelo qual passou o Brasil, o caráter sistêmico da repressão e da tortura precisam ser tratados com a seriedade que o tema exige.

3.5 A polêmica lei da anistia e a memória militar.

A anistia é uma questão de divergência entre os *podcasts* estudados. O *Nerdcast* corrobora com a imagem positiva do processo de anistia, enquanto os demais apresentam uma visão crítica.

Deive Pazos argumenta com um discurso comum: a ideia de que a lei da anistia era para terminar com a "caça às bruxas" interminável, ou seja, seria necessário esquecer para que a democracia pudesse sobreviver (NERDCAST, 2009, 1h02m53s). A argumentação de Deive parece coerente, no entanto, o pedido de justiça contra os agentes do Estado ditatorial não é uma caça às bruxas.

A lei da anistia garantiu uma parte do plano de “abertura política” do interventor militar na presidência do Brasil, Ernesto Geisel (1974-1979), que desejava uma abertura “lenta, gradual e segura” para atingir os seguintes objetivos: reestabelecer a estrutura e a ordem no interior das forças armadas, uma vez que os militares dentro da política se fragmentam, corrompem-se e desobedecem a hierarquia entre si (um exemplo são os militares que explodiam bombas em áreas civis, desobedecendo até superiores); a constituição de um regime político que dificultasse a participação social na política após a abertura (*accountability*)¹⁵³; e que os militares não fossem julgados após saírem do poder (CODATO, 2005, p. 84).

¹⁵³ Significa a capacidade que a sociedade tem de exigir prestação de contas do Estado. Isso fica aparente na força do Executivo, nos “superministérios” da Fazenda e o Banco Central; e na área militar o Gabinete de Segurança Institucional, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a Justiça Militar; que agem com grande independência de controles políticos e sociais (CODATO, 2005, p. 101).

Embora a lei da anistia, tenha se iniciado em âmbito civil pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado por Therezinha Zerbini, com o objetivo de possibilitar o retorno de exilados políticos, sua promulgação chegou no governo João Figueiredo (1979-1985) de maneira alterada, deixando uma brecha que evitou a punição dos militares que por ventura cometeram crimes:

É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL, 1979, *on-line*).

Ao tratar dos militares, de maneira ampla para possibilitar dúvida, o governo ditatorial-militar: “[...] apresentou outro projeto de lei, que previa uma anistia aos ‘crimes conexos’, ou seja, bilateral, porém restrita, excluindo [também] os crimes violentos contra a pessoa, os ditos ‘crimes de sangue’ praticados pela resistência” (ABRÃO; TORELLY, 2012, p. 179).

Ela anistiou torturadores e torturados e, de forma alguma, esta é uma relação recíproca. Pois, aqueles que lutaram contra a ditadura já receberam sua condenação pelas normas autoritárias do regime anterior. Aliás, normas autoritárias que os próprios militares desobedeciam, ou seja, um regime criminoso até para as suas leis¹⁵⁴. Por esse regime criminoso — num duplo sentido — as pessoas foram assassinadas, torturadas e exiladas. Elas já sofreram as penas arbitrárias. A anistia impediu somente a “[...] apuração da violência de Estado, pois os dissidentes políticos já haviam sido investigados e sancionados. Assim, para eles, a Lei representou a libertação do cárcere ou o fim do exílio” (WEICHERT, 2014, p. 95), mas para os militares, simbolizou apenas o não julgamento por seus crimes. Há uma clara diferença de ser “liberto de uma penalidade” para “não ser sancionado”.

Um julgamento dos agentes do Estado, não se caracteriza como uma espécie de “pagar na mesma moeda”. Espera-se um julgamento dentro de um Estado democrático, com direito a defesa. Diferente dos julgamentos ditatoriais, que não passaram pelos processos legais, em que pessoas foram assassinadas e seus corpos escondidos. Desde então, a lei da anistia se tornou

¹⁵⁴ Por exemplo, a Junta Militar (1969) publicou o Ato Institucional nº 14 que previa a pena de morte, mas todos os 8.434 mortos (contando indígenas, negros e camponeses), não passaram pelo devido processo legal do regime autoritário, foram execuções extrajudiciais. O único processado foi Theodomiro Romeiro dos Santos, mas sua pena foi trocada para prisão perpétua.

um dogma para os militares ligados aos delitos e um entrave para o avanço da justiça de transição¹⁵⁵ no Brasil.

Os membros das esquerdas que pegaram em armas e que possuem seus crimes já foram identificados, caçados e, em boa parte, punidos com execuções extralegais. Poucos foram os militares ligados aos delitos realmente punidos, tendo como um dos poucos exemplos, o militar Aladino Felix que foi preso por terrorismo (GORENDER, 1987, p. 234) e, somente em 2021, o delegado Carlos Alberto Augusto, que foi julgado por tortura (VENDRUSCOLO, 2021, *online*).

Sendo assim, a lei da anistia foi mais benéfica para os militares e ela constitui um pilar dos revisionismos e negacionismos históricos brasileiros. Esta é a polêmica da anistia que acaba, inclusive, sendo aceita por Deive Pazos naquele momento¹⁵⁶. A historiadora, Martina Spohr que participou do episódio, não colabora com a ideia e pede para que os processos fossem mais abertos, pois há muita gente que sofreu e não têm acesso a essa discussão, fazendo com que o esquecimento sobre a ditadura permaneça, algo que ajuda na escalada dos revisionismos e negacionismos atuais. Martina denunciou este aspecto da lei da anistia enquanto silenciamento, não enquanto um processo de expansão da democracia, de reconhecimento dos crimes e perigos do Estado.

Mesmo com 40 anos de atraso, a lei da anistia foi considerada constitucional em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº153 protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2008, que contestava sua constitucionalidade¹⁵⁷. Podemos identificar aqui que a questão da anistia estava em pauta no período que o *Nerdcast* 185 foi publicado (2009), o que pode ter sido mais um dos fatores de sua presença no debate.

A discussão sobre a anistia apareceu no *Fronteiras no Tempo* em seu episódio 24. Eles abordam a questão fazendo a crítica: os agentes do Estado não podem se autoanistiar (2017, 1h24m – 1h28m47s). Logo, combatem a noção de que a anistia foi uma medida para se impedir uma luta eterna, pelo contrário, foi uma saída para a impunidade dos militares.

O quinto bloco do *História FM* discute a lei da anistia em que Clarissa a define bem: tinha o objetivo de garantir que os militares não pudessem ser punidos na transição para o

¹⁵⁵ Justiça de transição foi entendida aqui como: conjunto de mecanismos da sociedade para se chegar à um acordo sobre a violação dos direitos humanos ocorridos no regime anterior para que se possa ocorrer uma transição para à democracia. Seus principais mecanismos são: memória, verdade, reparação (financeira e simbólica), reformas institucionais, e justiça (WEICHERT, 2014).

¹⁵⁶ No *Nerdcast* sobre a redemocratização publicado em 2016, ele coloca a mesma questão, mas se exime de declarar sua opinião. Diz, em sua defesa, que é algo que “se diz sobre a anistia”, mas que nem concorda nem discorda.

¹⁵⁷ Em 2014, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) protocolou a ADPF 320 para rever a lei da anistia e continua em espera.

regime civil. A diferença do Brasil com relação aos demais países da América Latina é que não foi um processo revisto (D'ARAÚJO, 2012, p. 39). A autoanistia é supostamente explicada relacionando o ato de tortura como um “crime conexo”: é a continuação do ato de ilegalidade do dito subversivo. O texto da lei foi muito vago com o propósito de abrir brechas para evitar a punição dos militares (HISTÓRIA FM, 2019, 1h46m40s – 1h48m08).

Não é somente acerca da anistia que o *História FM* discorre, ele também apresenta a memória dos militares sobre o período, algo que não é muito mencionado nos demais *podcasts*. Clarissa encerrou o *podcast* com um último aspecto para se pensar: as memórias de militares pró-ditadura, as fontes originais do processo negacionista, que acreditam terem perdido a “batalha da memória”, discurso utilizado para reforçar a ideia de que as esquerdas montaram uma história enviesada.

Clarissa Grahl: [...] a gente pode meio que dividir eles em 2: tem os militares do “palácio”, digamos assim, né? Entre aspas. Que são os militares que atuavam mais em cargos administrativos, né? Que atuaram em ministérios e tudo mais, mais na parte mais política mesmo. E os militares que atuaram na repressão política, né? Que são os militares que durante a minha dissertação eu me dediquei a estudar. E aí, é interessante pensar, né? Que eles falam diretamente de um lugar específico, porque é um grupo que ele não aceitou o projeto de redemocratização, né? Eles conquistaram muito poder [...] durante a ditadura, muito prestígio de certa forma, dentro dos espaços onde eles circulavam e isso diz até respeito ao próprio caráter das atividades que eles executavam dentro dos serviços de formação e repressão, né? Quanto da própria, né? Serviços sigilosos, secretos, o que dava a eles uma determinada diferenciação, um status ali, quanto o fato deles não terem necessariamente que usar a farda, então, eram vistos como alguém executando um serviço especial, um braço importante dentro da ditadura. E quando tem a abertura política, embora esses militares, eles tenham sido blindados, né? Com a anistia que garantiu a certeza de não punição a eles e tenham sido, inclusive, reconhecidos pelas Forças Armadas, né? Como, por exemplo, a ampla distribuição de medalhas pra essa parte repressiva da ditadura [...] a medalha do pacificador com palma [...] uma das mais altas condecorações dentro das Forças Armadas brasileiras, que inclusive, o Carlos Alberto Brilhante Ustra quando vai depor na Comissão da Verdade, ele leva essa medalha estampada [...] pregada na camiseta, né? [...] Pra mostrar: “Olha só, o exército me deu essa medalha. Ele reconheceu o papel que eu prestei aqui”. Mas ao mesmo tempo eles se sentem meio que, se sentiam traídos e abandonados, né? Eles partem desse ponto de vista, porque eles exigem das Forças Armadas uma postura mais ativa em defesa da, das suas memórias, em defesa da sua visão, em defesa dos próprios, né? “Perseguição” que eles alegam sofrer. Então, essas memórias [...] vão criticar os relatos das esquerdas [...] a historiografia sobre o tema, como uma infiltração comunista dentro das universidades; os organismos de direitos humanos, mas também as Forças Armadas e os meios de comunicação (HISTÓRIA FM, 2019, 2h03m28s – 2h06-25s).

Na fala de Clarissa Grahl ficou evidente o caráter dos agentes da ditadura militar de achar que todos estão contra eles e que, por tal razão, todos são comunistas disfarçados, inclusive as pessoas nas universidades. Temos dois negacionismos aqui: o da suposta infiltração

comunista nas universidades e a ideia de que os militares saíram perdendo na “memória” ou na opinião pública.

Supostamente a versão da história vitoriosa foi de “viés esquerdista”, para esses militares. No entanto, isso não é verdade. As esquerdas não conseguiram atingir as suas prerrogativas de fazer com que os criminosos do Estado fossem punidos pela nova legislação democrática. Por sua vez, a noção de “perder a batalha das memórias” não se verifica: durante todo o tempo até o ano de 2019, as forças militares sempre foram bem vistas pela população brasileira.

Segundo Relatório da FGV ICJBrasil, Índice de Confiança na Justiça, mais antigo (2º semestre de 2010), os militares eram o grupo em que os brasileiros mais confiavam: Forças Armadas 63%; Grandes Empresas 54%; Governo Federal 43%; Emissoras de TV 42%; Imprensa Escrita 41%; Polícia 38%; Igreja Católica 34%; Judiciário 33%; Congresso Nacional 28% e Partidos Políticos 21% (RELATÓRIO..., 2010, p. 14). Em 2014, continuava a mesma coisa. Os militares ficaram com 68%; Igreja Católica com 59%; Ministério Público com 50%; Grandes Empresas com 43%; Imprensa Escrita com 43%; Polícia com 36%; Emissoras de TV com 33%; Governo Federal com 29%; Congresso Nacional com 19%; e Partidos Políticos com 6% (RELATÓRIO..., 2014, p. 24).

Em 2017, na última pesquisa, as Forças Armadas continuavam sendo a instituição de maior confiança entre os brasileiros, com 56%; seguido pela Igreja Católica com 53%; Redes Sociais (*Facebook, Twitter*) com 37%; Imprensa Escrita com 35%; Emissoras de TV com 30%; Grandes Empresas com 29%; Ministério Público com 28%; Polícia com 26%; STF com 24%; Poder Judiciário com 24%; Os Sindicatos com 17%; Congresso Nacional com 7%; Partidos Políticos com 7% e Governo Federal com 6% (RELATÓRIO..., 2017, p. 13).

O argumento da “perda na batalha da memória” apareceu muito forte enquanto um ressentimento das investigações da CNV, que significou um ataque às Forças Armadas ao propor investigar os seus crimes. Desta forma, a argumentação da “batalha da memória” visa impedir a expansão das investigações e evitar retaliações.

Por fim, a lei da anistia é um assunto que gera muitas controvérsias. Isto ficou patente na diferença de tratamento dado pelos *podcasts* selecionados. Por um lado, há aqueles que tendem a ver a medida como necessária para a normalidade do regime democrático posterior e, por outro, há os que defendem que a medida é problemática, pois permite que os agentes da ditadura militar continuem ativos na política, gerando um perigo de refluxos autoritários, além de ser uma medida injusta na medida em que não distribui as penalidades em equidade. A tentativa de rever a lei da anistia gera entre os militares a retórica de “perda da batalha da memória”, num intuito de impedi-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da dissertação procurou-se demonstrar como a produção *podcastal* apresenta a ditadura militar brasileira e quais os caminhos que impulsionaram a história pública no contexto de disputas de memórias no Brasil recente.

Na primeira parte foi introduzida uma breve história da *Internet* e a cultura de convergência dela advinda que possibilitou a criação dessa nova mídia chamada *podcast*. Ela evidencia as condições necessárias para o surgimento do *podcast*, elucidando desde aspectos físicos até programas de computador básicos. Dando sequência, apresentou-se a história dos *podcasts* no mundo e no Brasil para que se pudesse pensar a especificidade histórica dessa fonte e sua categorização.

Na segunda parte, prosseguiu-se para uma demonstração da inserção de historiadoras e historiadores na *podosfera* brasileira, bem como uma amostra da recorrência da temática da ditadura militar brasileira nessas mídias. Para entender os *podcasts* que seriam analisados em pormenores, resolveu-se explicar o cenário político brasileiro enquanto um dos fatores para se compreender as razões e os objetivos de tais *podcasts*.

Na terceira parte, discorreu-se sobre como o *Nerdcast*, o *Fronteiras no Tempo* e o *História FM* apresentaram a ditadura militar em *podcasts*, elencando suas principais temáticas. Abordou-se seus principais tópicos, suas desavenças e coincidências, relacionando-os com a historiografia pertinente.

Os *podcasts* estudados possuem finalidades diferentes e partem de épocas distintas. Em 2009, o *Nerdcast* buscou uma forma humorística e descontraída de apresentar a ditadura militar. Embora tenha seus pontos positivos como o caráter agradável de se ouvir, a falta de comedimento pode gerar leituras históricas que beiram o revisionismo e o negacionismo histórico. O *Fronteiras no Tempo* e o *História FM* são mais acurados e cuidadosos com as informações, porém, mesmo com a informalidade, podem não ser tão agradáveis ao público geral não diletante.

Ao longo da discussão sobre os usos do passado tentou-se argumentar que os revisionismos e os negacionismos que tratam da ditadura militar se enquadram no que Antoon de Baets chamou de “abuso da história” (2013, p. 21 – 26), aquelas narrativas que sempre são danosas¹⁵⁸. Primeiro porque pretendem ferir ou excluir algum grupo social de seus direitos; segundo, porque uma narrativa abusivamente conduzida prejudica a credibilidade dos profissionais da história.

¹⁵⁸ Lembrando que nem toda história não científica é abusiva, mas o contrário é verdadeiro.

Para ele, podemos separar as narrativas em dois polos: 1) Histórias irresponsáveis e 2) Histórias responsáveis. Nas primeiras se inserem as A) Histórias abusivas e B) Histórias negligentes ou irresponsáveis. A diferença entre ambas é que histórias abusivas são intencionalmente enganosas e sempre causam danos ou perigo para a sociedade. Não só porque pode enganar grupos sociais contemporâneos, mas também prejudicar a própria corporação dos historiadores, que perdem a legitimidade de demonstrar seu trabalho cientificamente conduzida, prejudicando a prestação de contas para com a sua sociedade. Afinal, é necessário responsabilidade na escrita dos historiadores, mas os “abusos ameaçam essa confiança” (BAETS, p. 26).

Por outro lado, as histórias irresponsáveis são aquelas em que não havia a intenção de causar dano, mas que, em diferentes níveis de erro, ocorre a negligência de ler a fonte por inteiro ou irresponsabilidade ao deixar de dar crédito aos autores de uma pesquisa; muitos desses erros podem acontecer com historiadores em formação, muitos ainda com graduações, não sendo uma história abusiva em si. É claro que a delimitação de um trabalho irresponsável não intencional para um intencional depende de cada caso e de provas suficientes. Não se deve confundir também com as histórias “ex-científicas”, pois essas são responsáveis com toda a metodologia do ofício, mas apenas ficaram velhas a partir de novas fontes e novos ângulos de análise, perdendo a hegemonia.

As histórias abusivas, caso dos revisionismos e dos negacionismos, tentam legitimar a violência de estado da ditadura militar. Assim, prejudicam a expansão da democracia e da cidadania no Brasil. Elas favorecem vertentes autoritárias de política, sendo um risco para a sociedade na medida em que facilita discursos de repressão e censura.

Infelizmente, a história dita científica e a não científica também podem causar dano ou perigo, em sentidos diferentes, dependendo da situação:

a história não científica porque pode fornecer mitos que incitam ódio e violência; a história científica porque pode destruir mitos muito acalentados e desmascarar tabus, com o risco de desencadear violentas retaliações no processo. Com isso, historiadores responsáveis arriscam-se a ser acusados de destruir reputações ou de traição, e a sofrer perseguição de governos, indivíduos ou grupos. Nesses casos, o discernimento histórico do público é crucial: na maioria das vezes o público não está apto a distinguir a história científica da não científica, nem propenso a aceitar duras verdades em substituição a enganos e mentiras mais confortáveis (BAETS, 2013, p. 24).

A apresentação *podcastal* da ditadura militar circulou entre os temas do golpe militar e a participação civil nele. Desta discussão, seguiu-se para as noções de suposta legitimidade popular para o golpe, no *Fronteiras no Tempo* e no *História FM*, assunto que o *Nerdcast* não tratou. Contudo, todos os programas tratam da supressão de direitos, da repressão, da censura

e da tortura. O caráter ditatorial do regime é apresentado conjuntamente com os Atos Institucionais, principalmente pelo quinto, seguindo-se para exemplos de violência arbitrária e a censura no ramo jornalístico e cultural. A tortura não foi tratada no *Nerdcast*, exceto quando se foi mencionado o filme “Pra frente, Brasil”. Talvez porque a necessidade de abarcar os negacionismos sobre o tema recaia com maior pertinência nos *podcasts* de profissionais da história.

A temática econômica é comum, porém com importância variada. O dito milagre econômico apareceu para se demonstrar a razão de algumas pessoas se iludirem quanto ao período ditatorial militar. No caso do *Fronteiras no Tempo*, as principais características da economia no período, o projeto nacional desenvolvimentista, os empréstimos internacionais e a crise de 1980 também entram na explicação histórica.

Os temas que geraram mais divergências são o caráter da oposição armada e o sentido da lei da anistia. O *Nerdcast* expõe opiniões críticas à participação dos comunistas na luta armada, creditando àqueles treinados em Cuba um caráter antidemocrático. Por outro lado, os demais *podcasts* não desvalorizam a luta armada e nem a participação dos comunistas nela. O *Nerdcast* expressa uma opinião de aceitação da lei da anistia tal qual ela foi feita, por acreditar que ela é útil para se evitar uma “caça às bruxas” interminável. Os demais *podcasts* enfatizam o caráter desigual que é perdoar torturadores na mesma medida que se perdoa torturados, além de enfatizar o contrassenso que é permitir ao Estado se autoanistiar.

O ponto positivo é que as historiadoras e historiadores estão conseguindo demonstrar na *podofera* como o conhecimento histórico é produzido para um público amplo e diletante. O marco de memória — a fonte deixada para se começar a pensar algum fenômeno — incorporado nesses *podcasts* de história pública são de uma leitura histórica crítica da violência de Estado e da supressão de direitos básicos, fortalecendo o espírito democrático. A história da ditadura militar em *podcasts* tem sido construída por um viés combatente das narrativas da própria ditadura que voltaram a tentar se impor anacronicamente na atualidade em outras redes.

Por fim, esta dissertação esboçou uma trajetória do fenômeno *podcast* na cultura contemporânea, a inserção das historiadoras e historiadores na *podofera* brasileira e como o tema da ditadura militar foi apresentado através dessa mídia. Concluiu-se que a narrativa histórica *podcastal* vem se construindo numa demonstração da supressão dos direitos que foi o regime militar e que teve forte influência dos revisionismos e dos negacionismos históricos que chegaram ao cenário público, forçando alguns *podcasters* a fazerem um contraponto direto a tais narrativas que valorizam a ditadura militar. Assim, os meios *podcastais* se tornaram um local de prática de história pública, onde se discutem os usos e abusos da história no mundo digital.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. *Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase luta pela anistia*. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica. *Violência na História: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, Rio Grande do Sul, n.8. v.3. p.09-30. jan-jun. 2011.
- ALVES, João; PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. *Podcast: modos narrativos que apontam tensões entre a liberdade de criar, de escutar e de monetizar*. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; KISCHINHEVSKY, Marcelo; LOPES, Debora Cristina; ZUCULOTO, Valci (orgs). *Rádio no Brasil: 100 anos de história em (re)construção*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020.
- BAETS, Antoon de. Uma teoria do abuso da História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.65. v.33. p.17-60, 2013
- BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Revista de Relaciones Internacionales*. nº57, 2019.
- _____. *Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico*. In: MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org). *Que história pública queremos?* São Paulo, Letra e Voz, 2018. p.195-203.
- BENATTI, Júlia Pinheiro. *Estratégias transmidiáticas por meio do fracionamento do conteúdo: uma análise do portal Jovem Nerd*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. – 2. Ed. – *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Limites políticos para a transição democrática no Brasil*. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica. *Violência na História: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CALIL, Gilberto Grassi. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. *Segle XX: Revista Catalana d'història*. Espanha, n.7, p.99–126. 2014. ISSN 1889-1152
- CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964'. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.31. n. 62. p.117-140. 2011.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Café História: Divulgação científica de História na Internet*. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (orgs.). *História Pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista sociologia e política*, Curitiba, n.25. p.83-106. nov., 2005.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Limites políticos para a transição democrática no Brasil*. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica. *Violência na História: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

FERREIRA DE SOUZA, Raone. *Usos e possibilidades do Podcast no Ensino de História*. Dissertação, (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014a.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

_____. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014b.

_____. *O Grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRISCH, Michael. *A história pública não é uma via de mão única, ou, de A Shared Authority À cozinha digital, e vice-versa*. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GASPARI, Elio. *A ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura derrotada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: as ilusões armadas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGOUNET, Valérie. *Histoire du négationnisme en France (XXE SIECLE)*. Edição do Kindle. França: Editions du Seuil, 2000.

JENKINS, Henry. *Cultura de convergência*. São Paulo: Editora Aleph, 2013.

JENKINS, Keith. *A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. São Paulo: Contexto, 2014.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Podcasting como suporte para experiências imersivas de radiojornalismo narrativo. In: 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. 2017, São Paulo. *SBJOR, Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; BENZECRY, Lena. Desafios na preservação do patrimônio radiofônico no Brasil. *Documentación de la ciencia de la información*. Madri, v.43, p.49-55. 2020.

LIDDINGTON, Jill. *O que é História Pública? Os públicos e seus passados*. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org). *Introdução à História Pública*. São Paulo, Letra e Voz, 2011. p.31-52.

LOPES, Leo. *Podcast: guia básico*. Nova Iguaçu: Marsupial Editora Ltda, 2015.

LUIZ, Lúcio; ASSIS, Pablo de. O podcast no Brasil e no mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2010, Caxias do Sul. *Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*.

LUIZ, Lucio. *Breve História do podcast no Brasil e no Mundo*. In: LOPES, Leo. *Podcast: guia básico*. Nova Iguaçu: Marsupial Editora Ltda, 2015.

MACARINI, José Pedro. *A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967/1969*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 99, set. 2000.

MAITINO, Martin Egon. Populismo e bolsonarismo. *Cadernos Cemarx*, n. 13. p.1-20, 2020.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Revista Marx e o Marxismo*, Rio de Janeiro, v.1. n.1, jul/dez., 2013.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Jul. 2011, São Paulo. do Sul. *Associação Nacional de História*.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.20, p.1-21. 2014.

_____. *O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda*. In: FERREIRA, George; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: História e Historiografia*. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NARCIZO, Makchwell Coimbra. *A negação da Shoah na História: uma análise dos trabalhos "Negacionistas" enquanto história e o problema da administração da Memória*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2012.

OLIVEIRA, David Barbosa de; DOS REIS, Ulisses Levi Silvério. A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v.12. n. 1, p. 48 – 76, 2021.

PERLI, Fernando. *A História e o público amplo: Um ensaio sobre a divulgação histórica no Brasil*. In: COELHO, Fabiano; LEITE, Eudes; PERLI, Fernando (orgs). *História: o que é, quanto vale, para que serve?* São Paulo: Letra e Voz, 2021.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira* [recurso digital].—2 ed. — São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, Icles. *História no Youtube: relato de experiência e possibilidades para o futuro*. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (Ed). *História Pública e divulgação de história*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2019.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Como e por que fomentar uma história pública latino-americana?* In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org). *Que história pública queremos?* São Paulo, Letra e Voz, 2018. p.307-314.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UnB, 2007a.

_____. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

_____. *Reconstruindo o passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UNB, 2007b.

_____. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTHIAGO, Ricardo. *Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil*. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. *Pode-se falar de uma história pública brasileira?* In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org). *Que história pública queremos?* São Paulo, Letra e Voz, 2018. p.323-330.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi.

Introdução. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra; CALIL, Gilberto Grassi (orgs). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017

SILVA, Marcelo de Souza; DA SILVA; Cérsar Agenor Fernandes. *A divulgação científica em história por meio de podcasts: possibilidades de educação histórica pela Internet*. In: LARA; Renata Marcelle; CAMARGO, Hertz Wendel de. *Conexões: mídia, cultura e sociedade*. Londrina: Syntagma Editores, 2017.

SMITH, Richard Cândida. *História Pública, por que não?* In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org). *Que história pública queremos?* São Paulo, Letra e Voz, 2018. p.293-299.

SOUTELO, Luciana de Castro. *A memória do 25 de Abril nos anos do Cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985 – 1995)*. Dissertação, (Mestrado) — Universidade do Porto, Portugal, 2009.

STAMPA, Inez. Memórias Reveladas e os arquivos da ditadura militar. Dossiê “Obras raras”, nº127. *ComCiência*, 10 abr 2011. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=65&id=825>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

TRAVERSO, Enzo. *Revisão e Revisionismo*. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (orgs). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2017. p. 27 – 37.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: História, Historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de Historiografia*, São Paulo, v.41. n. 84, p. 13 – 36, 2021.

WEICHERT, Marlon Alberto. Comissão Nacional da Verdade: Conquistas e Desafios. *Projeto História*, São Paulo, n.50. p.86-139. 2014.

FONTES

ACOHIDO, Byron. Radio to MP3 degree: Podcasting. *US Today*, EUA, 2 set 2005. Disponível em: <https://usatoday30.usatoday.com/money/media/2005-02-09-podcasting-usat-money-cover_x.htm>. Acesso em: 3 set. 2020.

ACTIVE CHANNEL, *The Free Dictionary by Farlex*, S/D. Disponível em: <<https://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Active+Channels>> Acesso em: 25 dez. 2020.

A HISTÓRIA DA SUA APROVAÇÃO. *Spotify*. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/3SxL629Zm05H8vYTfeaTh8>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

ALÔTÉNICA 61: DigitalMinds: o primeiro podcast do Brasil. Locutores: Léo Lopes. Entrevistado: Danilo Medeiros [S. l.] *RádioFobia*, 25 dez. 2017. *Podcast*. Disponível em: <<https://radiofobia.com.br/podcast/2017/12/alo-tenica-61-digital-minds-o-primeiro-podcast-do-brasil/>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ALOTTONI, Alexandre. *Linkedin*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/alexandre-ottoni-07b9479>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

ALVES, Soraia. Com aumento da publicidade em podcasts, programas devem faturar mais de US\$ 1 bilhão até 2021. *B9*, 05 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.b9.com.br/109263/com-aumento-da-publicidade-em-podcasts-programas-devem-faturar-mais-de-us-1-bilhao-ate-2021>> Acesso em: 02 ago. 2021.

ANPUH BRASIL, *Spotfy*. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/4FpViIpc95B46GeuF3RH0y>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

BECKER, Marcelo Miranda. Morre em SP homem torturado pela ditadura quando tinha 1 ano. *Terra*, 18 fev 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/morre-em-sp-homem-torturado-pela-ditadura-quando-tinha-1-ano,ead367d062fec310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BIBLIOTECA TERRA LIVRE, *Coletivo Anarquista Terra Livre*. Disponível em: <<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/post/2020/01/25/podosfera-antifascista/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede Anistia e dá outras providências. *Diário Oficial da União* — Seção 1, 28/08/1979, p. 12.265. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/lei-da-anistia>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Portaria nº204, de 13 de maio de 2009. *Diário Oficial da União*, de 14 de maio de 2009, nº90, Seção 1, p.2. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20160304031953/http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Portaria%20204.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL sedia primeiro evento 100% focado em podcasts do Spotfy. *Propmark*, 01 nov 2019. Disponível em: <<https://propmark.com.br/digital/brasil-sedia-primeiro-evento-100-focado-em-podcasts-do-spotify/>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CAFÉ HISTÓRIA, *Spotfy*. Disponível em:<<https://open.spotify.com/show/5AUYHp51qRMBYY5tFfuoi0>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

CARVALHO, Bruno. Café História estréia “mini-podcast”. *Café História*, 07 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/mini-podcast-cafe-historia>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

_____. *Podcast* do Café História é relançado em novo formato. *Café História*, 09 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/podcast-do-cafe-historia-e-relancado-em-novo-formato/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CARVALHO, Gabriela Silva de. História Preta: personagens que dão vida ao passado. *Cochicho*, 2020. Disponível em: <<https://cochicho.org/thiago-andre-historia-preta/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

CASTRO, Gabriel. Tribunal militar reage a relatório da Comissão Nacional da Verdade: “equivocos”. *Veja*, 12 dez. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/tribunal-militar-reage-a-relatorio-da-comissao-da-verdade-equivocos/>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CATANI, Fábio. *Fabio Catani*. Disponível em: <<https://fabiocatani.com.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CAVA, Marco R. della. Podcasting: it's all over the dial. *US Today*, EUA, 02 ago. 2005. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20121021172310/http://usatoday30.usatoday.com/money/media/2005-02-08-podcasting_x.htm>. Acesso em: 3 set. 2020.

CHANEL Definition Format, *Microsoft*, 09 mar 1997. Disponível em: <<https://www.w3.org/TR/NOTE-CDFsubmit.html>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

CLIOCAST, *Clio: História e Literatura*, S/D. Disponível em: <<https://cliohistoriaeliteratura.com/podcasts/cliocast/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

CLIO: HISTÓRIA E LITERATURA, *arquivo*, S/D. Disponível em: <<https://cliohistoriaeliteratura.com/arquivo/>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CLIO: HISTÓRIA E LITERATURA, *Sobre*, S/D. Disponível em: <<https://cliohistoriaeliteratura.com/quem-somos/sobre/>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CLIO: HISTÓRIA E LITERATURA, *Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QVwOzKbb9Dg>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CLIO: HISTÓRIA E LITERATURA, *YouTube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/ClioHist%C3%B3riaeLiteratura1/about>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CLIO: HISTÓRIA E LITERATURA, *Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FAwFqC8bH2M>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CLUBES militares criticam declarações de ministros sobre a ditadura. *g1*, 22 fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/02/clubes-militares-criticam-declaracoes-de-ministros-sobre-ditadura.html>>. Acesso em: 27 abr. 2021

CMS REVIEW, 2004, Disponível em: <<https://www.cmsreview.com/Videos/Bloggercon.html>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

COLBY, W. E. 99. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State. Washington, 1974. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>>. Acesso em: 14 out. 2021.

COMENTARISTA do UFC assina contrato de R\$ 568 milhões por seu podcast. *Uol*, 20 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/ag-fight/2020/05/20/comentarista-do-ufc-assina-contrato-de-r-568-milhoes-por-seu-podcast.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

COMITÊ Gestor da Internet no Brasil. *Tic domicílios*, Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. São Paulo, 2015. Disponível em <<https://www.cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2015/>> Acesso em: 21 mai. 2021.

_____. *Tic domicílios*, Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. São Paulo, 2019. Disponível em:<<https://www.cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/publicacoes/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

CORRESPONDENTE DE GUERRAS, *O Historiante*, S/D. Disponível em: <<https://ohistoriante.com.br/podcast-correspondente.html>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CRIDDLE, Cristina. Bitcoin consumes ‘more electricity than Argentina. *BBC News*, S/D. Disponível em< <https://www.bbc.com/news/technology-56012952>> Acesso em: 21 mai. 2021.

CRISTOPHER LYNDON'S PORTABLE WEB STUDIO FOR BLOGRADIO PRODUCTIONS. *Bob Doyle*, 2003. Página inicial. Disponível em: <<https://www.blogaudio.org/lydon/studio.html>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

DEBATE HISTÓRICO. *Podbean*, 2017. Disponível em: <<https://www.podbean.com/podcast-detail/j6tym-484ae/Debate-Hist%C3%B3rico-%C2%BB-Debates-em-Hist%C3%B3ria-Podcast>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/debatehistorico/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 24 jan. 2022.

DECLARAÇÃO de Eduardo Bolsonaro sobre AI-5 repercute na imprensa internacional. *g1*, 01 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/01/declaracao-de-eduardo-bolsonaro-sobre-o-ai-5-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

DREDGE, Stuart. Serial podcast breaks iTunes records as it passes 5m downloads and streams. *The guardian*, 18 nov 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2014/nov/18/serial-podcast-itunes-apple-downloads-streams>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

EN caso de que el mundo se desintegre. *Canaltrans*, S/D. Disponível em: <<http://www.canaltrans.com/09/historia-podcast.html>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ESCRIBACAFÉ, *Christian Gurtner*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://www.escriba.cafe/sobre>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

ESCUA HISTÓRIA, *Eric Marques Martins; Felipe Eduardo Kuhl Anastácio; José Paulio Figueiredo Neto*. Disponível em: <<https://escutahistoria.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em 26 jan. 2022.

_____, *Eric Marques Martins; Felipe Eduardo Kuhl Anastácio; José Paulio Figueiredo Neto*. Disponível em: <<https://escutahistoria.wordpress.com/>>. Acesso em 26 jan. 2022.

_____, *Eric Marques Martins; Felipe Eduardo Kuhl Anastácio; José Paulio Figueiredo Neto*. Disponível em: <<https://escutahistoria.wordpress.com/2020/05/29/episodio-10-palestina-livre-parte-01-introducao-ao-tema-e-panorama-geral-com-experiencias-pessoais-e-apelo-emocional/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ESPECIFICATION history, *RSS advisory board*, S/D. Disponível em: <<https://www.rssboard.org/rss-history>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO. *Associação Nacional de História (Anpuh)*. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/estatuto-da-associacao>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO, *Folha de São Paulo, 2006*. Página inicial. Acesso em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/informat/fr2202200626.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

FICO, Carlos. O que foi a luta armada no Brasil? *Café História TV*, S/D. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=06ySSxnkyM4>>. Acesso em: 02 set. 2021.

_____. Semana 18: Mitos da ditadura – usos políticos do passado / Entrevista com Carlos Fico. *História em Quarentena*, S/D. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=4ID_iOZB1KM>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FONSECA, Ana Carolina. Brasil se consolida como o segundo maior mercado de podcasts do mundo. *Correio Braziliense*, 02 nov 2019. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2019/11/02/interna_tecnologia,803272/brasil-se-consolida-como-o-segundo-maior-mercado-de-podcasts-do-mundo.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FRONTEIRAS NO TEMPO. *Cesar Agenor e Marcelo Silva*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://fronteirasnotempo.com/quem-somos/>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

FRONTEIRAS NO TEMPO. *Cesar Agenor e Marcelo Silva*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://fronteirasnotempo.com/sobre/>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

FRONTEIRAS NO TEMPO. *Cesar Agenor e Marcelo Silva*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://fronteirasnotempo.com/padrim/>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FRONTEIRAS NO TEMPO. *Padrim*. Disponível: <<https://www.padrim.com.br/fronteirasnotempo>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

FRONTEIRAS NO TEMPO 21: Golpe de 1964. Locutores: Cesar Agenor e Marcelo Silva. [S. l.] *Fronteiras no tempo*, 20 ago. 2017. *Podcast*. Disponível em: <<http://fronteirasnotempo.com/ep22-ditadura-civil-militar/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FRONTEIRAS NO TEMPO 22: Ditadura Civil-Militar. Locutores: Cesar Agenor e Marcelo Silva. [S. l.] *Fronteiras no tempo*, 02 set. 2017. *Podcast*. Disponível em: <<http://fronteirasnotempo.com/ep22-ditadura-civil-militar/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FRONTEIRAS NO TEMPO 24: Fim da Ditadura Civil-Militar. Locutores: Cesar Agenor e Marcelo Silva. [S. l.] *Fronteiras no tempo*, 02 nov. 2017. *Podcast*. Disponível em: <<http://fronteirasnotempo.com/ep22-ditadura-civil-militar/>>. Acesso em 12 jan 2021.

GEEK NEWS CENTRAL. *Todd Cochrane*. EUA, 13 out 2014. Página inicial. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20041014080752/http://www.geeknewscentral.com/>>. Acesso em: 31 out. 2020.

GOMPY, Raquel; Ramos, Chelly; MARASSI, Vi. *Monalisa de Pijamas*, 05 jan 2008. Disponível em: <<http://www.monalisadepijamas.com.br/category/podcasts/page/21>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

GOOGLE TRENDS. *Google*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=podcast>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GOOGLE TRENDS. *Google*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&q=podcast>>. Acesso em: 03 set. 2020.

GOOGLE TRENDS. *Google*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=US&q=podcast>> Acesso em: 03 set. 2020.

GOOGLE TRENDS. *Google*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=ditadura%20militar>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

HAMMERSLEY, Ben. Audible Revolution. Inglaterra: *The Guardian*, 12 fev 2004. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/media/2004/feb/12/broadcasting.digitalmedia>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

HARMANCI, Reyhan. How an ex-VJ transformed conventional midia into the vox populi. Ever hear of podcasting? *Sfgate*, 17 mai 2006. Disponível: <<https://www.sfgate.com/entertainment/article/How-an-ex-VJ-transformed-conventional-media-into-2534849.php#photo-2662926>>. Acesso em: 3 set. 2020.

HISTORIADORA/HISTORIADOR EXPLICA 01. Claudia Wasserman explica as ameaças de reedição do AI-5. *Associação Nacional de História (Anpuh)*, 01 abr. 2020. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/programas-de-pos-graduacao-em-historia/5/item/5736-claudia-wasserman-explica-as-ameacas-de-reedicao-do-ai-5-historiadora-explica-ep01>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

HISTORIADORA/HISTORIADOR EXPLICA 01. Claudia Wasserman explica as ameaças de reedição do AI-5. *Spotify*, nov. 2019. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/4FpViIpc95B46GeuF3RH0y>>. Acesso em: 09 nov. 2021

HISTORIADORA/HISTORIADOR EXPLICA 05: Alexandre Avelar explica negacionismo e revisionismo. *Spotify*, dez. 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/05CzU7nslEd6bpF8WPnrsK?si=gVQ8H_27RXaWSbXjDy1glw&nd=1>. Acesso em 27 jan. 2022.

HISTORIADORA/HISTORIADOR EXPLICA 09. Mariluce Cardoso de Vargas explica as armadilhas da memória da ditadura. *Spotify*, jan. 2020. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/0xRj5PYLhvuwa5w0mGCA1L>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

HISTÓRIA: Colégio e vestibular de A a Z. *Internet Archive*. Disponível em: <https://archive.org/details/podcast_histria-colgio-e-vestibular_932966127>. Acesso em: 08 nov. 2021

HISTÓRIA FM 03: Revisionismos sobre a Ditadura Militar. Locutores: Icles Rodrigues, Clariça e Ricardo Duwe. [S. l.] Leitura Obrigahistória, 03 jun. 2019. *Podcast*. Disponível em: <<https://historiafm.com/2019/06/03/historia-fm-003-revisionismos-sobre-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

HISTÓRIA LIBERTA!, *Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCZiHwtWsEw9ETChBOQuTy5g>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

HISTÓRIA NO CAST, *Spotify*. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/3IRM9QTViqng5MxJNlb2rS>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

HISTÓRIA NO PAINT, *Leandro Marin*. Disponível em: <<https://www.historianopaint.com/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

_____, *Apoia-se*. Disponível em: <<https://apoia.se/historianopaintcom>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

HISTÓRIA ONLINE. Rodolfo Neves; Daniel Pereira. Disponível em: <<https://historiaonline.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

HISTÓRIA PRESENTE, *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W_DWVGVexRY>. Acesso em: 25 jan. 2022.

HISTÓRIA PRETA, *Apoia-se*. Disponível em: <<https://apoia.se/historiapreta>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

INTERNET TALK RADIO. *Geek of the week*, 1993-94. Página inicial. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20090923191948/http://town.hall.org/radio/Geek/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

INTERNET ARCHIVE. *Todd Cochrane*. Página inicial. Disponível em: <https://archive.org/details/pcs_Geek_News_Central/GNC-10-12-04.mp3>. Acesso em: 31 out. 2020.

INTERNET ARCHIVE. *Adam Curry*. Página inicial. Disponível em: <https://archive.org/details/pcs_Adam_Curry_Daily_Source_Code>. Acesso em: 03 set. 2020.

INTERNET ARCHIVE. *Wayback machine*, 2004. Página inicial. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20090503165043/http://digitalminds.com.br/podcasts/rss.xml>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

INTRODUCTION to Active Channel Tecnology. *Microsoft*, EUA, 15 out 2017. Disponível em: <[https://docs.microsoft.com/en-us/previous-versions/windows/internet-explorer/ie-developer/platform-apis/aa768023\(v=vs.85\)?redirectedfrom=MSDN](https://docs.microsoft.com/en-us/previous-versions/windows/internet-explorer/ie-developer/platform-apis/aa768023(v=vs.85)?redirectedfrom=MSDN)>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ITAYA, Jonny Ken. *Decodificando*, 20 mai 2007. Disponível: <<https://www.decodificando.com.br/page/12/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

JOE ROGAN EXPERIENCE 1436: Adam Curry. Locutores: Joe Rogan e Adam Curry. [S.I]. Joe Rogan Experience. 4 mar. 2020. *Podcast*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NaPKrZTUoUs>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

JOVEM NERD. *Alexandre Ottoni e Deive Pazo*, S/D. Página inicial. Disponível: <<https://jovemnerd.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

JOVEM NERD. *Mídia Kit 2019*. [S. l.]: Jovem Nerd, S/D. Disponível em: <https://uploads.jovemnerd.com.br/wp-content/themes/jovemnerd/assets/other/Jovem-Nerd_MK.pdf>. Acesso 07 abr 2020.

LEITURA OBRIGAHISTÓRIA, *Leitura Obrigahistória*. Disponível em: <<https://leituraobrigahistoria.wordpress.com/tag/historia-fm/page/3>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

LINGUAGEM de marcação, *Glossário da sociedade da informação*, S/D. Disponível em: <<https://apdsi.pt/glossario/l/linguagem-de-marcacao/>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

LINKEDIN. *Linkedin*, S/D. Página inicial. Disponível em: <https://www.linkedin.com/checkpoint/challengesV2/AQH9zQNgdKdf5gAAAXalvnLZcbk_cUwEJ43Ghr7GOI82EnHWBkU3uQGEd3o7KDCnK4B4rhUThwTEZTK4FXRo_OHNftawzVOhMQ?original_referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>. Acesso em: 27 dez. 2020.

LINKEDIN. *Linkedin*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/juwallauer>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

LINKEDIN. *Linkedin*, S/D. Página inicial. Disponível: < https://br.linkedin.com/public-profile/in/crisbartis?challengeId=AQHsAK8ZL3Po0AAAAXb5P6cvLMWwA1nMPigC0_Nmom67rayJiscEukaewekaOInQWZfSvDVxYE1C3eMge4cCqLR-kkX50yfOUQ&submissionId=b5900074-bba4-5916-55e3-7842b900c30a >. Acesso em: 22 abr. 2020.

LOCATELLI, Piero. PCdoB pede processo contra Bolsonaro por cartaz polêmico. *Uol Notícias*, 28 mai 2009. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/2009/05/28/ult5773u1291.jhtm>>. Acesso em: 13 out. 2021.

LUIZ, Lúcio. *Breve história do podcast no Brasil e no mundo*. In: LOPES, Leo. *Podcast: guia básico*. Nova Iguaçu: Marsupial Editora, 2015.

MARKS, Kevin. Bloggercon live video. *Epeu's epigone*, 04 out 2003. Disponível em: <http://epeus.blogspot.com/2003_10_01_epeus_archive.html#106527364652597310>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MEIRELES, Mauricio. "Orvil", livro secreto da ditadura, inspira guerra cultural de Bolsonaro. *Folha de São Paulo*: São Paulo, 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/orvil-livro-secreto-da-ditadura-inspira-guerra-cultural-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

MORAES, Luís Edmundo S.; NAPOLITANO, Marcos. CARNEIRO, Ana Maria; FARIAS, Elton John da Silva. Negacionismo e revisionismo: teoria, historiografia e tempo presente. *Associação Nacional de História – Anpuh Brasil*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JeC0nsQMMuA>>. Acesso em: 01 set. 2021.

MIRO, Thiago. Os podcasts mais antigos em atividade no Brasil. *Mundo podcast*, 30 mar 2015. Disponível em: <<https://mundopodcast.com.br/artigos/podcasts-mais-antigos-em-atividade/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MOTA, Isis. Solte a voz na Internet e faça seu próprio podcast. *O Tempo*, 14 jul 2008. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/solte-a-voz-na-internet-e-faca-seu-proprio-podcast-1.261045>> Acesso em: 23 jul. 2021.

MUSEU DE MEMES, *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D1Gtw_GzNOU>. Acesso em: 26 jan. 2022

‘NÃO SE pode negar o conhecimento’, diz professor de História da USP. *Estado de Minas*, 26 abr 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/04/28/interna_nacional,1049586/nao-se-pode-negar-o-conhecimento-diz-professor-de-historia-da-usp.shtml>. Acesso em: 01 set. 2021.

NERDCAST 185: História do Brasil: Ditadura Militar. Entrevistadores: Alexandre Ottoni, Caio Boiteux, Deive Pazos, Eduardo Spohr e Fernando Russel. Entrevistada: Martina Spohr. [S. l.] Jovem Nerd, 30 out. 2009. *Podcast*. Disponível em: <https://jovemnerd.com.br/nerdcast/nerdcast-185-historias-do-brasil-ditadura-militar/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

NERDCAST 440: *Making of podcasts*. Locutores: Alexandre Ottoni, Carlos Merigo, Deive Pazos, Jurandir Filho e Leo Lopes. [S. l.] Jovem Nerd, 13 nov. 2014. *Podcast*. Disponível em: <<https://jovemnerd.com.br/nerdcast/nerdcast-440-making-of-podcasts/>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

NERDCAST 699: UM BILHÃO DE DOWNLOADS. Locutores: Alexandre Ottoni, Deive Pazos, Eduardo Spohr, Frederico Carstens Fernando Russel, João Paulo. [S. l.] Jovem Nerd, 8 nov 2019. *Podcast*. Disponível em: <<https://jovemnerd.com.br/nerdcast/um-bilhao-de-downloads/>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NERDOLOGIA. Existe diferença entre golpe e revolução? *Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=awhJ45W--bI>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

NGRAM VIEWER. *Google*, 2021. Página inicial. Disponível: <https://books.google.com/ngrams/graph?content=podcast&year_start=1800&year_end=2019&corpus=26&smoothing=3&direct_url=t1%3B%2Cpodcast%3B%2C#t1%3B%2Cpodcast%3B%2C>. Acesso em: 24 dez. 2020.

NUNES, Douglas. *LinkedIn*, S/D. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/douglasnunes12>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

NUNES, Juliana Cézar. Ong Terrorismo Nunca Mais defende ações da ditadura e afirma que golpe evitou mortes. *Agência Brasil*, 31 mar 2004. Disponível me:<<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-03-31/ong-terrorismo-nunca-mais-defende-acoes-da-ditadura-e-afirma-que-golpe-evitou-mortes>>. Acesso em 01 set 2021.

OGRO HISTORIADOR, *Catarse*, S/D. <<https://www.catarse.me/ogrohistoriador>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

OGRO HISTORIADOR, *Ogro Historiador*, S/D. Disponível em <<https://www.ogrohistoriador.com/podcast>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

OGRO HISTORIADOR, *Ogro Historiador*, S/D. Disponível em: <<https://www.ogrohistoriador.com/sobre>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

OGRO HISTORIADOR, *Ogro Historiador*, S/D. Disponível em: <<https://www.ogrohistoriador.com/equipe>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

O HISTORIANTE, *Apoia.se*, S/D. Disponível: <<https://apoia.se/historiante>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

O HISTORIANTE, *O Historiante*, S/D. Disponível em: <<https://ohistoriante.com.br/podcast.html>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

O HISTORIANTE, *O Historiante*, S/D. Disponível em: <<https://ohistoriante.com.br/conselho.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

O PATRIOTA, *Google Podcasts*. Disponível em: <<https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly93d3cuYmxvZ3RhbGtyYWRpby5jb20vb3BhdHJpb3RhL3BvZGNhc3Q/episode/aHR0cDovL3d3dy5ibG9ndGFsa3JhZGlvLmNvbS9vcGF0cmllvdGEvMjAxMy8wMy8yOC9vLXBhdHJpb3RhLWVzcGVjaWFsLXJldm9sdW8tZGUtNjQ>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

OUTRO LADO DA HISTÓRIA, *YouTube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/OutroladodaHist%C3%B3ria/about>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

OVER 14.000 copies downloaded and counting... , *The iSpider team*, 22 out 2004. Disponível em<<https://web.archive.org/web/20041030041807/http://ipodder.sourceforge.net/index.html>>. Acesso em: 03 set. 2020

PACETE, Luiz Gustavo. O perfil da audiência de podcasts no Brasil. *Meio&mensagem*, 23 out 2018. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2018/10/23/o-perfil-da-audiencia-de-podcasts-no-brasil.html>>. Acesso em: 06 abr. 2020

PARTIDO comunista do Brasil (PCB), *FGV*, S/D. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

PAZOS. Deive. *Linkedin*, S/D. Página inicial. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/pazos?trk=public_profile_browsemap_profile-result-card_result-card_full-click>. Acesso em: 06 abr. 2020.

PCMAG. *Ziff Davis*, S/D. Página inicial. Disponível: <<https://www.pcmag.com/encyclopedia/term/active-channel>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

PEDRETTI, Lucas. Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura. *Agência Pública*, 30 ago 2021. Disponível em: <<https://apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro>>

secreto-da-ditadura/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=orvil>. Acesso em: 01 set. 2021.

PNAD contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. *Agência IBGE Notícias*. 29 de abril de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

PODPESQUISA 2008. *Associação Brasileira de Podcasters (ABPOD)*, 2008. Disponível em: <<https://abpod.org/podpesquisa/>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

PODPESQUISA 2009. *Associação Brasileira de Podcasters (ABPOD)*, 2009. Disponível em: <<https://abpod.org/podpesquisa/>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PODPESQUISA 2014. *Associação Brasileira de Podcasters (ABPOD)*, 2014. Disponível em: <<https://abpod.org/podpesquisa/>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PODPESQUISA 2018. *Associação Brasileira de Podcasters (ABPOD)*, 2018. Disponível em: <<https://abpod.org/podpesquisa/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

PODPESQUISA 2019. *Associação Brasileira de Podcasters (ABPOD)*, 2019. Disponível em: <<https://abpod.org/podpesquisa/>> Acesso em: 11 ago. 2020.

PODPESQUISA PRODUTOR 2020. *Associação Brasileira de Podcasters (ABPOD)*, 2020. Disponível em: <<https://abpod.org/podpesquisa/>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

POLITI, Cassio; ROSA, André. Conheça a história do podcast no mundo. *Comunique-se*, São Paulo, 27 mar 2019. Disponível em: <<https://www.comunique-se.com.br/blog/conheca-a-historia-do-podcast-no-mundo/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

PRÊMIOPODCAST. *Prêmio podcast*, 2009. Página inicial. Disponível em: <<http://premiopodcast.com.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

RADIO 4 IN FOUR: The man who accidentally invented the word 'podcast'. Locutores: Miranda Sawyer e Ben Hammersley. [S.I] BBC, 20 nov. 2015. *Podcast*. Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/programmes/p038m811>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES, nº 06/74, de 25 de julho de 1974, elaborado pelo general-de-brigada Confúcio Danton de Paula Avelino. Documento “confidencial” da Série “Movimentos Contestatórios à Ordem Política e Social”, subsérie “Avulsos” do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Caixa 410-34, unidade documental 130.

RELATÓRIO ICJBRASIL. FGV, 2010. Disponível em: <<https://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RELATÓRIO ICJBRASIL. FGV, 2014. Disponível em: <<https://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RELATÓRIO ICJBRASIL. FGV, 2017. Disponível em: <<https://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RIBEIRO, Felipe. Spotify faz ranking dos mais ouvidos do ano e da década; veja lista. *Canaltech*, 03 dez 2019. Disponível: <<https://canaltech.com.br/apps/spotify-faz-ranking-dos-mais-ouvidos-do-ano-e-da-decada-veja-lista-156923/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

RICKS, Byron. Create your own podcast. *Microsoft*, 25 dez 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20151225095312/http://windows.microsoft.com/en-au/windows-vista/create-your-own-podcast-what-you-need-to-know-to-be-a-podcaster>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

RSS ADVERSORY BOARD. *Specification history*. Página inicial. Disponível: <<https://www.rssboard.org/rss-history>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SCRIPTING NEWS. *Dave Winer*, 2001. Página inicial. Disponível em: <<http://scripting.com/2001/01/11.html>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SCICAST. *Deviant*, 2017. Página inicial. Disponível em: <<https://www.deviant.com.br/podcasts/scicast/scicast-201-especial-caravan-1964/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SCICAST. *Deviant*. Disponível em: <<https://www.deviant.com.br/podcasts/scicast/scicast-025-historia-historiografia-ovos-de-pascoa-easter-eggs-promocao-ipods/>>. Acesso em: 08 nov. 2021

SOBRE HISTÓRIA, *SoundCloud*. Disponível em: <<https://soundcloud.com/sobrehistoriapodcast/sh-01-mae-vou-fazer-historia>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

SPOHR, Eduardo. *Medium*, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/@eduardo.spohr/aprenda-hist%C3%B3ria-com-o-nerdcast-um-guia-pr%C3%A1tico-ou-n%C3%A3o-a6e05b69d88b>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SPOTIFY. Spotify for podcasters summit Brasil. *Spotify*, nov 2019. Disponível: <<https://open.spotify.com/show/0MP5I0nVsnQbfKD8f682Ff>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

STOPPINO, Mario. *Ditadura*. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). Dicionário de política, vol. 1. 11 ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

TEMACAST, *Francisco Seixas*. Disponível em: <<http://temacast.com.br/wp/sobre-o-temacast/#>>. Acesso em: 21 nov.. 2021.

THE FIRST-EVER podcast was broadcasted in spanish. *Canaltrans*, México, S/D. Disponível em: <http://www.canaltrans.com/the_first-ever_podcast_was_broadcasted_in_spanish.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

VEJA a íntegra da carta de demissão de José Viegas. *Folha de São Paulo*, 04 nov. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u65514.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

VEJA. *Veja*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/podcast/>>. Acesso em: 23 mai. 2020

VENDRUSCOLO, Stephanie. Pela primeira vez, Justiça condena penalmente repressor da ditadura brasileira e abre precedente histórico. *El País*, 21 jun 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-21/pela-primeira-vez-justica-federal-condena-penalmente-repressor-da-ditadura-brasileira-e-abre-precedente-historico.html>>. Acesso em: 21 out. 2021.

VIMEO. *Vimeo*, S/D. Página inicial. Disponível em: <<https://vimeo.com/3105800>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

WALSH, Colleen. The podcast revolution. *The Harvard Gazette*, 27 out 2011. Disponível em: <<https://news.harvard.edu/gazette/story/2011/10/the-podcast-revolution/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

WINER, Dave. All Lyndon interviews in one dowload. *Christopher Lyndon's interviews*. EUA, 09 set 2003. Disponível em: <<http://blogs.harvard.edu/lydondev/all-the-lydon-interviews-in-one-download/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

YEAST RADIO. *Richard Bluestein*, 2004. Página inicial. Disponível em: <<https://www.yeastradio.com/?s=2004>>. Acesso em: 03 set. 2020.

ZAHAR, André. Acusado de comandar tortura no DOI-Codi participa de debate sobre a Lei da Anistia. *Folha de São Paulo*, 07 ago. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u430909.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2021